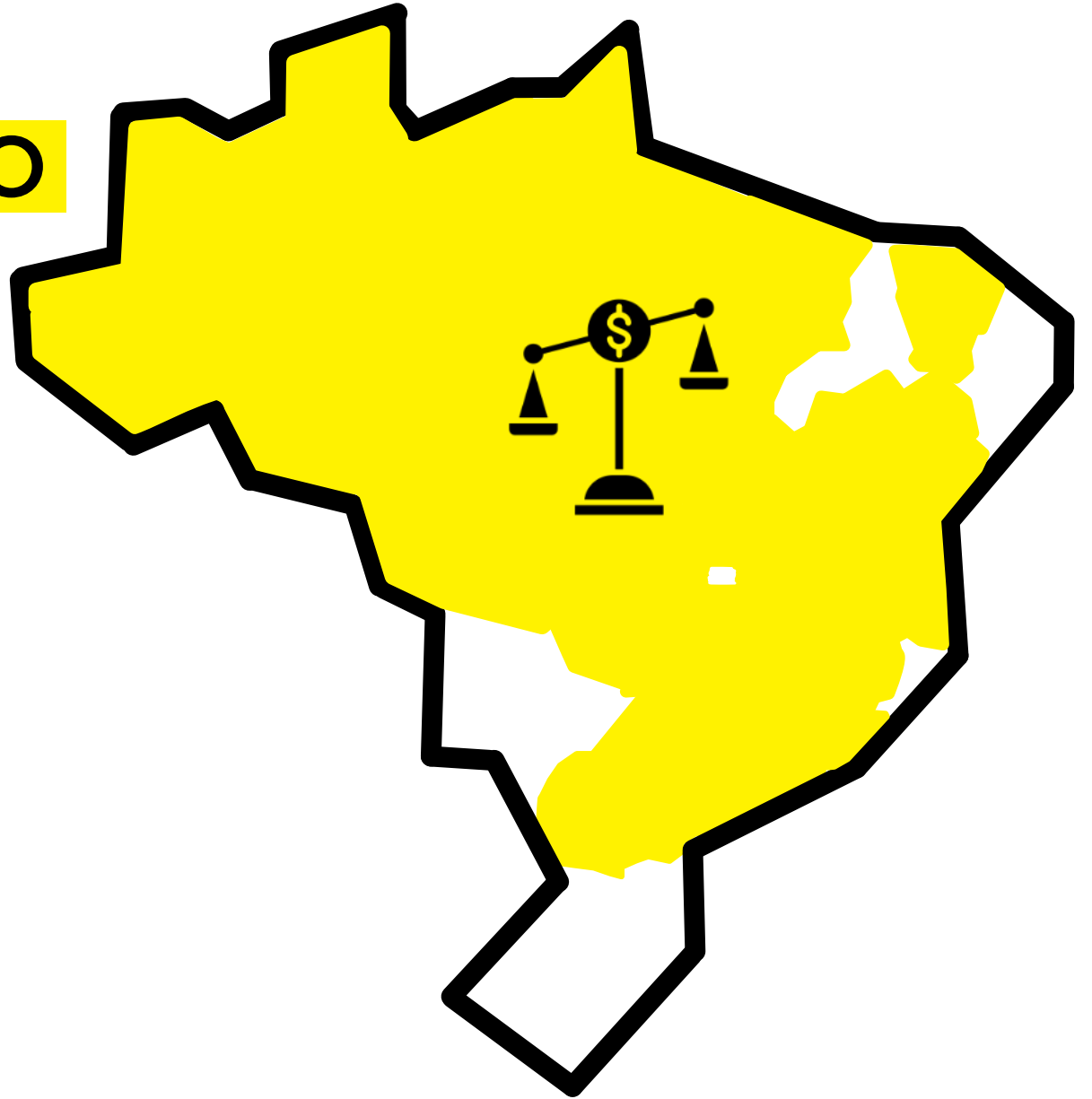


JUSTIÇA E ORÇAMENTO

EM 16 ESTADOS

2022



 **JUSTA**

ÍNDICE RESPONSIVO



ENTENDA A PESQUISA



ACESSO AOS DADOS



SUMÁRIO EXECUTIVO



SISTEMA DE JUSTIÇA E
ORÇAMENTO NOS ESTADOS



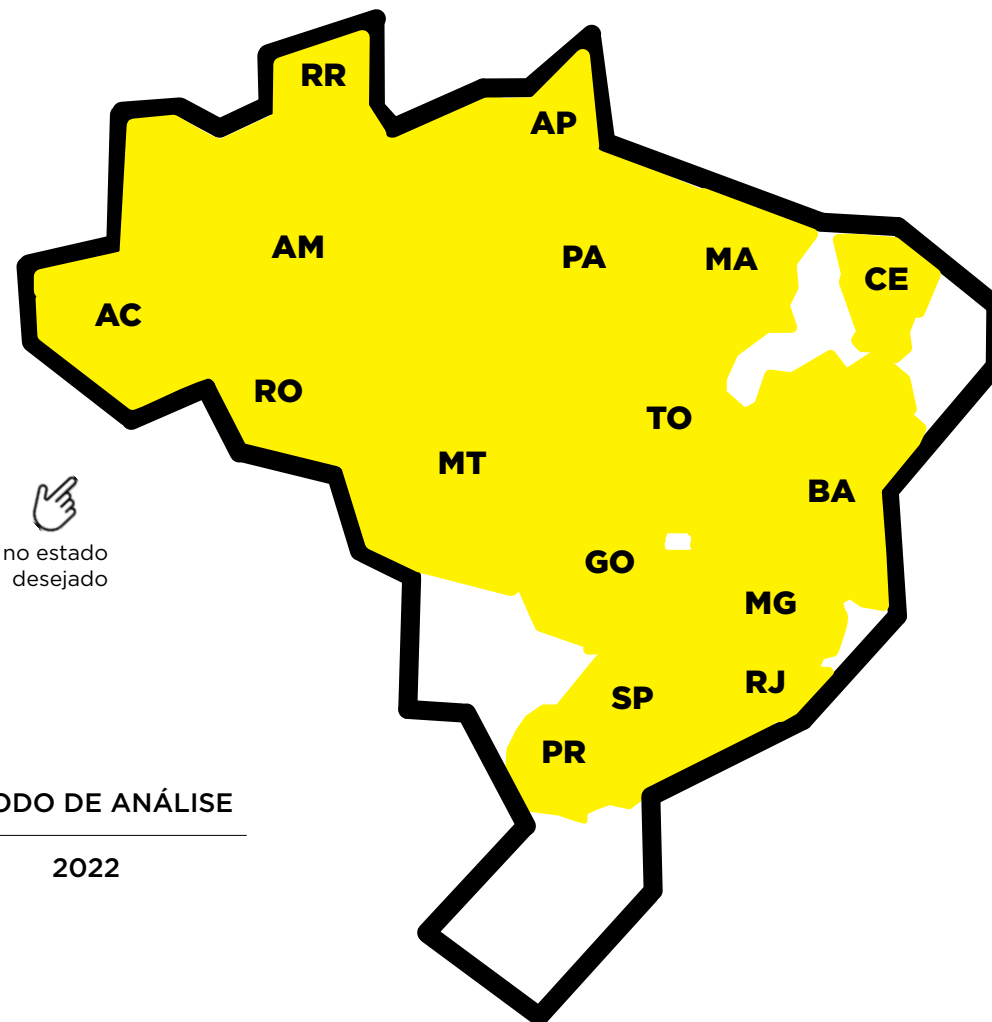
METODOLOGIA



MATERIAL DE APOIO

COMO FUNCIONA O ORÇAMENTO ESTADUAL
FONTE DE DADOS
FICHA TÉCNICA

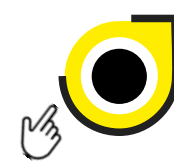
ESTADOS PESQUISADOS



Clique no estado
desejado

PERÍODO DE ANÁLISE

2022



Clique no ícone para
voltar a este índice



INTERESSA AO JUSTA
MONITORAR O ORÇAMENTO
TOTAL DO SISTEMA DE
JUSTIÇA DE CADA ESTADO
E ANALISAR OS CRÉDITOS
ADICIONAIS DAS
INSTITUIÇÕES JUDICIAIS
PESQUISADAS,
CONSIDERANDO SUAS
RESPONSABILIDADES E O
PAPEL QUE OS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO
TÊM NA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS PÚBLICOS

É IMPORTANTE OLHAR PARA O ORÇAMENTO E PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA

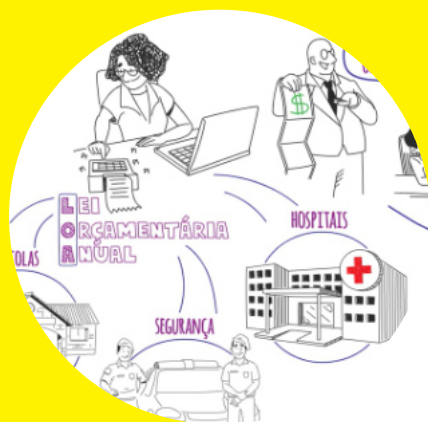
QUANDO O ESTADO NÃO FAZ SUA PARTE, É A **DEFENSORIA PÚBLICA** QUE PROCESSA O GOVERNO PARA PROTEGER OS NOSSOS DIREITOS, COMO EDUCAÇÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO

JÁ O **MINISTÉRIO PÚBLICO** DEVE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS. ELE DECIDE QUEM VAI SER PROCESSADO CRIMINALMENTE, INCLUINDO POLÍTICOS ELEITOS, COMO GOVERNADORES

E O **PODER JUDICIÁRIO** É O ÁRBITRO DO JOGO: O SEU PAPEL É RESOLVER OS CONFLITOS E DAR RAZÃO A UM LADO OU AO OUTRO, INCLUSIVE EM AÇÕES CONTRA OS GOVERNADORES E MEMBROS DOS GOVERNOS



CRÉDITOS ADICIONAIS E SISTEMA DE JUSTIÇA



 Saiba mais

É a Lei Orçamentária Anual, conhecida como **LOA**, que **determina como será repartido o dinheiro público**

Ao longo do ano, os valores definidos na LOA podem ser reduzidos (contingenciados) ou aumentados (suplementados) por meio da abertura de **créditos adicionais**

esses remanejamentos deveriam ser aprovados pelo legislativo, mas...

Trechos das LOAs têm **permitido que os governos distribuam mais dinheiro do que o aprovado**, sem passar pelas assembleias legislativas

e quando esse dinheiro a mais vai para o sistema de justiça...

Na prática, o governo dá dinheiro a mais para quem deve fiscalizar e julgar abusos e omissões do próprio governo

COMO CALCULAMOS OS CRÉDITOS ADICIONAIS



Saiba mais no
Capítulo 4
(CNJ, 2023)



Os **créditos adicionais** são calculados como gastos que extrapolam as dotações previstas na LOA.

Os **remanejamentos orçamentários dependem dos governos estaduais e não há transparência** com relação à motivação ou justificativa de tais medidas.

O JUSTA monitora:

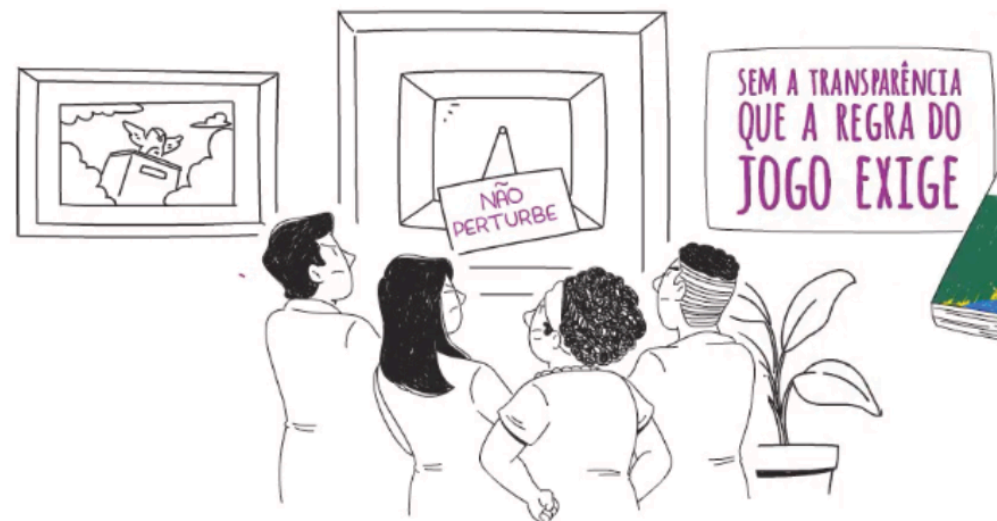
- **Créditos adicionais totais I** Soma de todos os remanejamentos orçamentários de cada instituição de justiça analisada. Ou seja, consideramos o que havia sido aprovado nas LOAs de cada estado para compreender o que foi alterado em todos os órgãos e unidades administrativas de cada instituição durante o ano.
- **Créditos adicionais das Folha de Pagamentos I** Considera os remanejamentos orçamentários específicos das Folhas de Pagamentos de cada instituição de justiça, tendo como base os gastos aprovados pelas LOAs de cada estado. Este enfoque nos permite identificar a importância das Folhas de Pagamentos no total dos créditos adicionais.

Como a Folha de Pagamentos é uma parte das despesas totais, inúmeras interações entre as 2 dimensões de análise são possíveis, inclusive ter, ao mesmo tempo, a redução do orçamento total de determinada instituição e o aumento das verbas previstas para suas Folhas de Pagamentos – resultado que reforça a decisão metodológica pelo monitoramento separado destes valores.

O JUSTA BUSCOU MONITORAR OS ORÇAMENTOS DOS **TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**, DOS **MINISTÉRIOS PÚBLICOS** E DAS **DEFENSORIAS PÚBLICAS** EM 16 ESTADOS.

FORAM ANALISADOS OS DADOS DOS SEGUINTE ESTADOS: **ACRE, BAHIA, CEARÁ, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RONDÔNIA, SÃO PAULO E TOCANTINS.**

O **PARÁ** COMPÕE TAMBÉM O ESTUDO, MAS DE FORMA PARCIAL, JÁ QUE **NÃO FOI POSSÍVEL ACESSAR OS DADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO.**



NÃO FOI POSSÍVEL ACESSAR OS DADOS DOS ESTADOS DO **AMAZONAS, DO **AMAPÁ**, DO **MATO GROSSO** E DE **RORAIMA**, QUE **NÃO DISPONIBILIZARAM OS DADOS PARA ANÁLISE.****

SUMÁRIO EXECUTIVO



R\$ 52,4 bi

FORAM GASTOS COM O SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022

75%

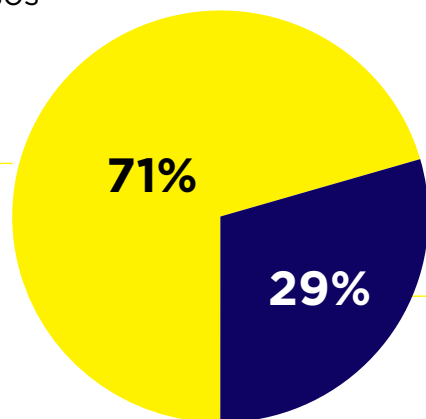
DO TOTAL DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS DO PAÍS FORAM ANALISADOS

COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DOS TJs, MPs e DPs

A soma dos orçamentos das instituições do sistema de justiça analisadas mostra que as Folhas de Pagamentos consomem a maior parte dos recursos

Folha de pagamento

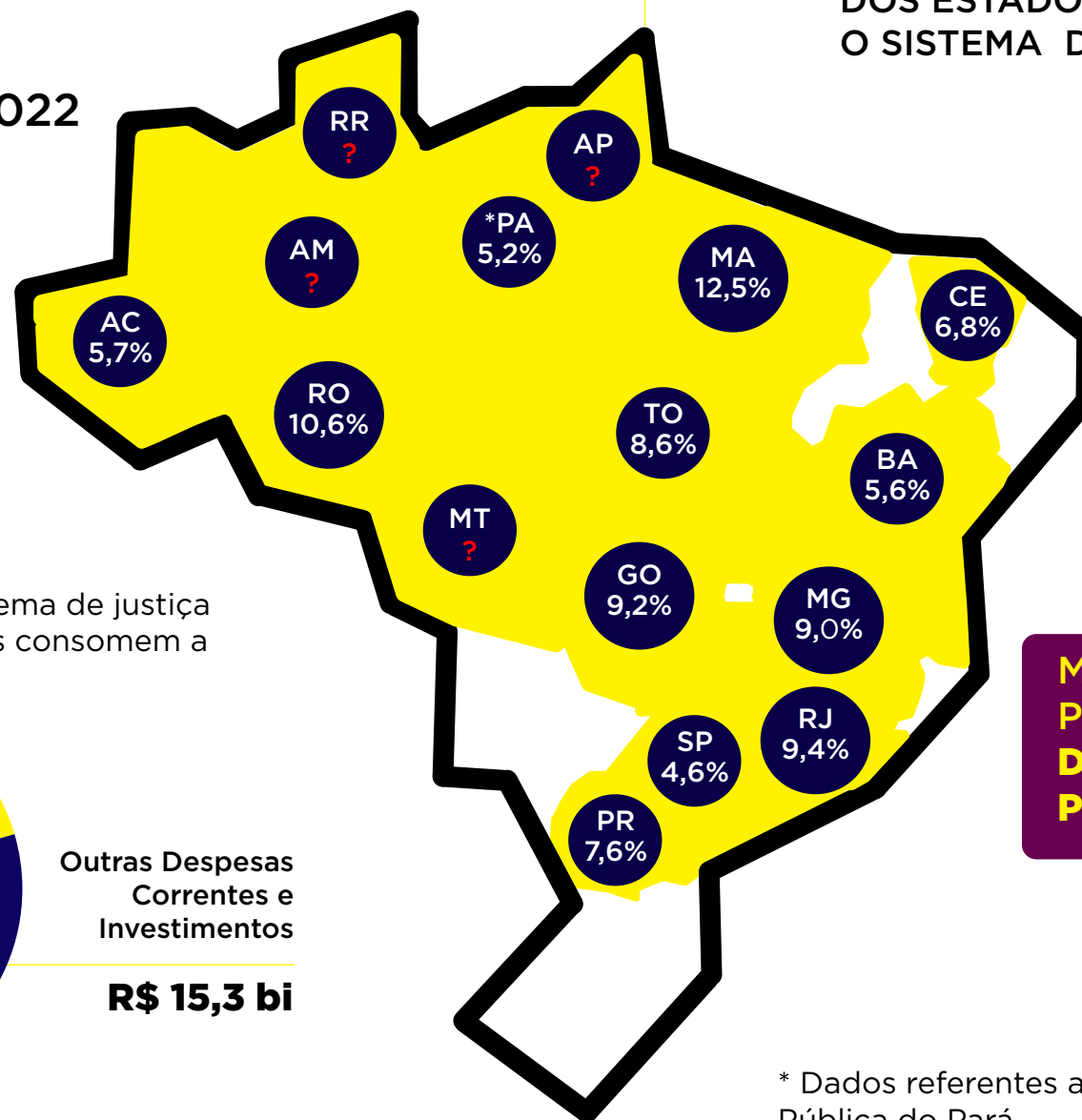
R\$ 37,1 bi



Outras Despesas Correntes e Investimentos

R\$ 15,3 bi

CONFIRA O PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DOS ESTADOS GASTO COM O SISTEMA DE JUSTIÇA



MARANHÃO E RONDÔNIA POSSUEM OS SISTEMAS DE JUSTIÇA MAIS CAROS PROPORCIONALMENTE



* Dados referentes ao Tribunal de Justiça e à Defensoria Pública do Pará.

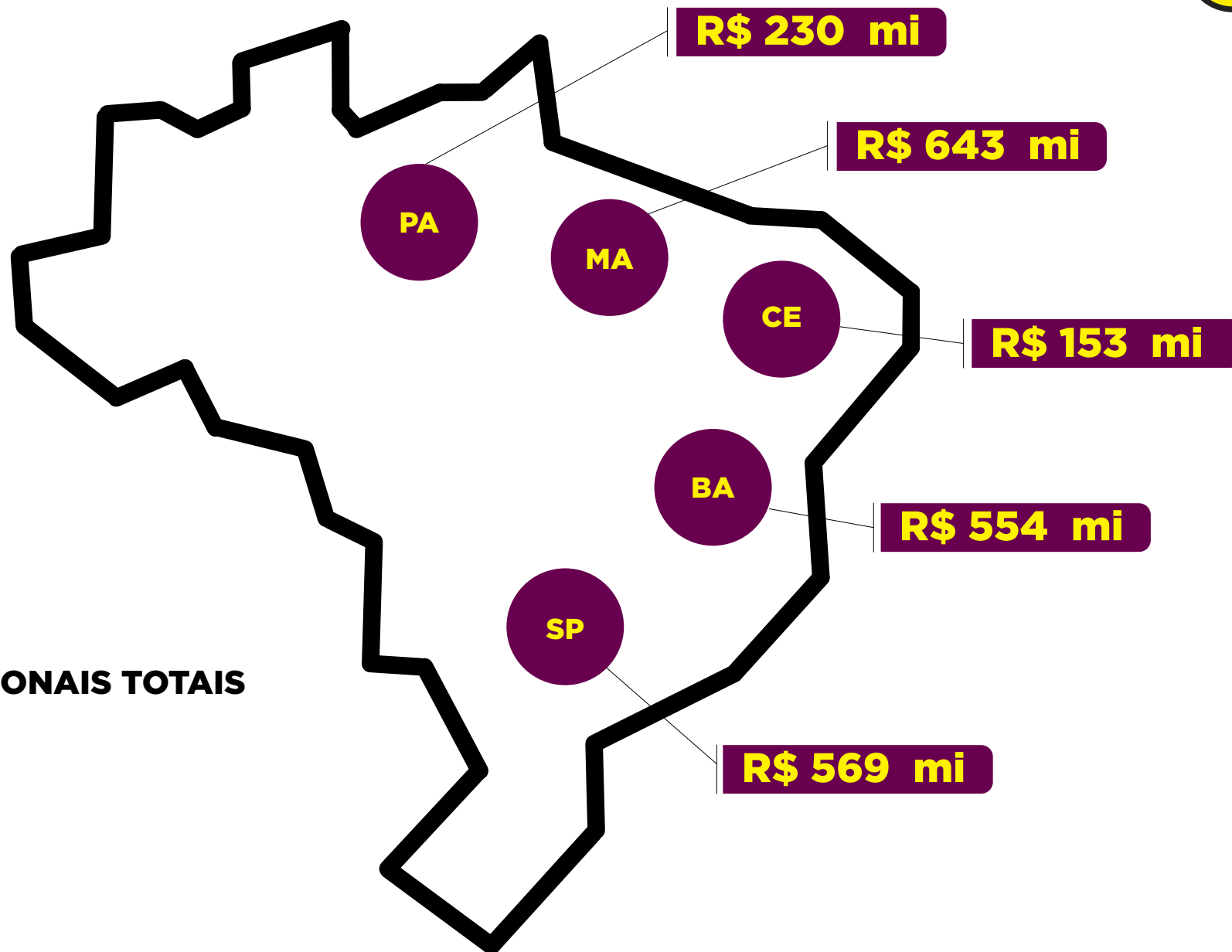
SUMÁRIO EXECUTIVO



CONFIRA OS ESTADOS EM QUE AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA MAIS RECEBERAM CRÉDITOS ADICIONAIS TOTAIS

R\$ 2,6 bilhões

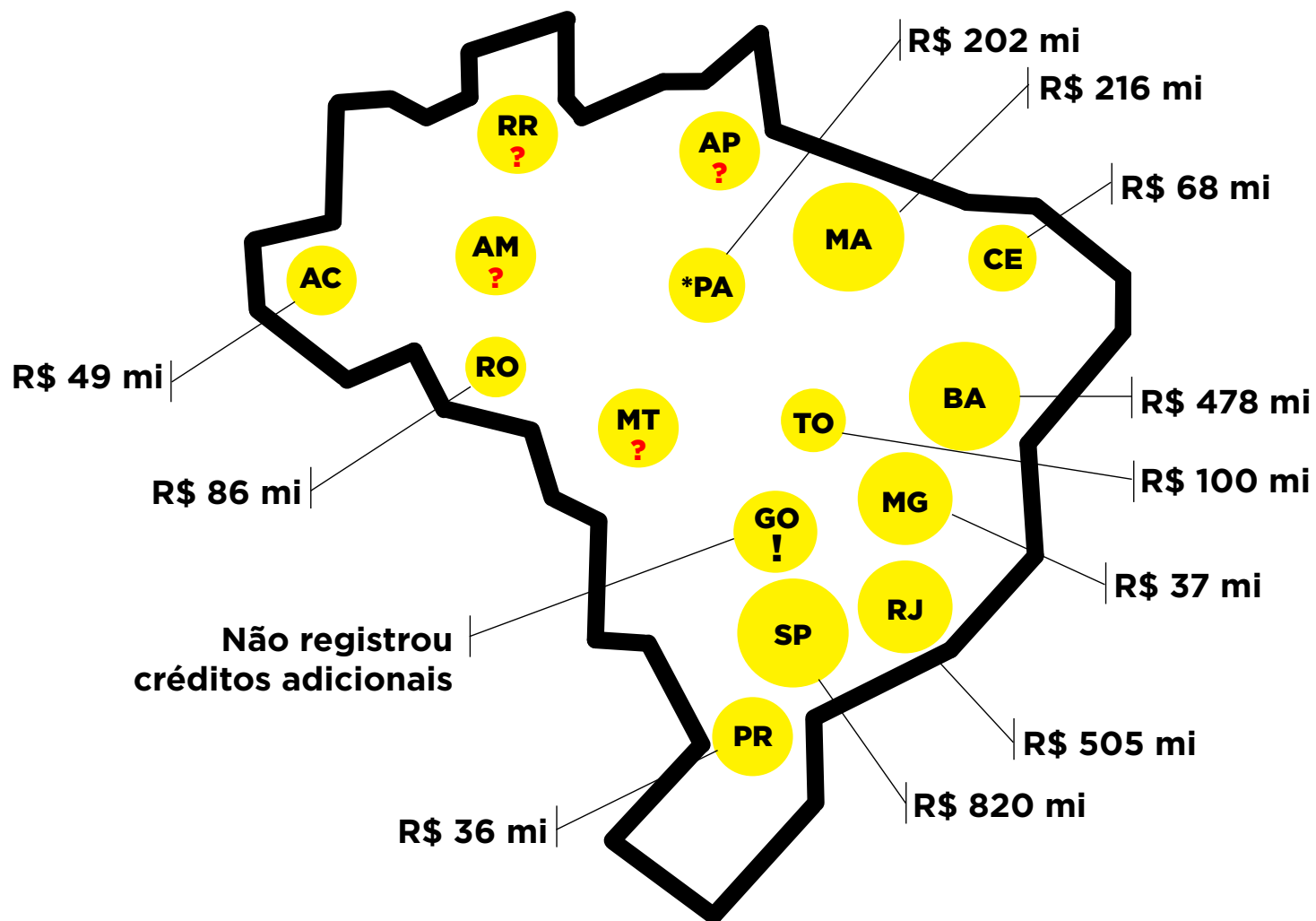
É O RECEBIDO EM CRÉDITOS ADICIONAIS TOTAIS PELAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA





R\$ 2,2 bi

FORAM PARA AS **FOLHAS DE PAGAMENTO** DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM **CRÉDITOS ADICIONAIS**, NÃO AUTORIZADOS PELO LEGISLATIVO



TJs QUE MAIS RECEBERAM CRÉDITOS ADICIONAIS PARA SUAS FOLHAS DE PAGAMENTO

- R\$ 553 mi São Paulo
- R\$ 394 mi Rio de Janeiro
- R\$ 343 mi Bahia
- R\$ 89 mi Pará

MPs QUE MAIS RECEBERAM CRÉDITOS ADICIONAIS PARA SUAS FOLHAS DE PAGAMENTO

- R\$ 293 mi São Paulo
- R\$ 140 mi Maranhão
- R\$ 104 mi Rio De Janeiro
- R\$ 99 mi Bahia



CONHEÇA OS VALORES E OS PERCENTUAIS DOS ORÇAMENTOS DOS ESTADOS ANALISADOS QUE FORAM GASTOS COM O SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022

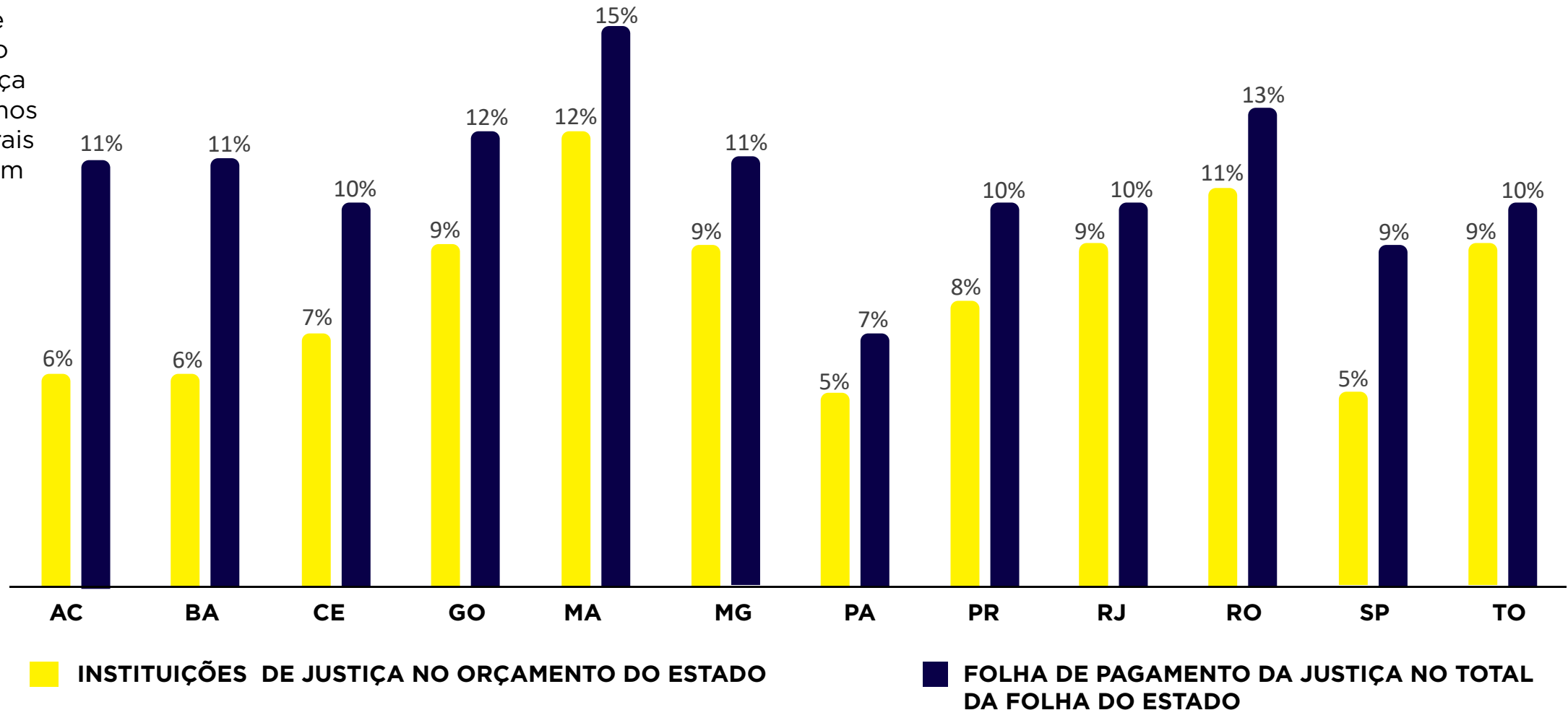
	Valor absoluto gasto com as instituições de justiça	Percentual gasto com instituições de justiça em relação ao gasto total da UF
SP	R\$ 14,4 bi	4,6%
MG	R\$ 8,7 bi	9,0%
RJ	R\$ 8,2 bi	9,4%
PR	R\$ 4,0 bi	7,6%
BA	R\$ 3,8 bi	5,6%
GO	R\$ 3,4 bi	9,2%
MA	R\$ 2,8 bi	12,5%
CE	R\$ 2,1 bi	6,8%
*PA	R\$ 1,8 bi	5,2%
RO	R\$ 1,2 bi	10,2%
TO	R\$ 1,1 bi	8,6%
AC	R\$ 526 mi	5,7%

* Os gastos e percentual do Pará foram calculados sem os dados do Ministério Público do estado.



PESO DO SISTEMA DE JUSTIÇA E DE SUAS FOLHAS DE PAGAMENTO NOS ORÇAMENTOS DOS ESTADOS

Confira os percentuais que os gastos com o sistema de justiça representaram nos orçamentos gerais dos estados e em suas folhas de pagamento em 2022



* O percentual do Pará foi calculado sem os dados do Ministério Público do estado.

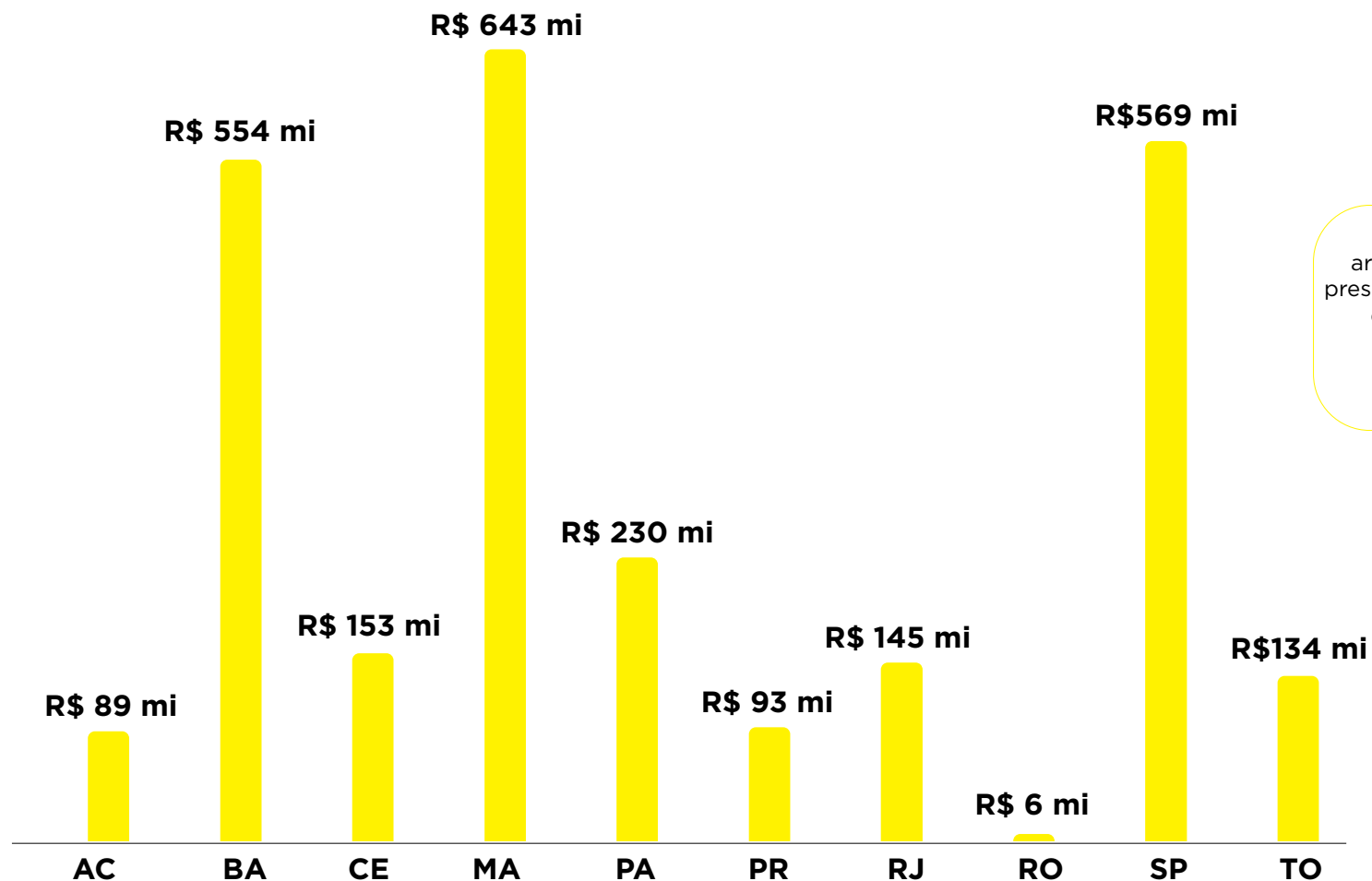
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação e SICONFI.



R\$ 2,6 bilhões*

em créditos adicionais foram para as instituições de justiça analisadas* em 2022

*EM GOIÁS NÃO HOUVE CRÉDITOS ADICIONAIS



Adotamos a regra do arredondamento decimal, preservando a integridade e evitando distorções dos valores.
Saiba mais em *notas metodológicas*

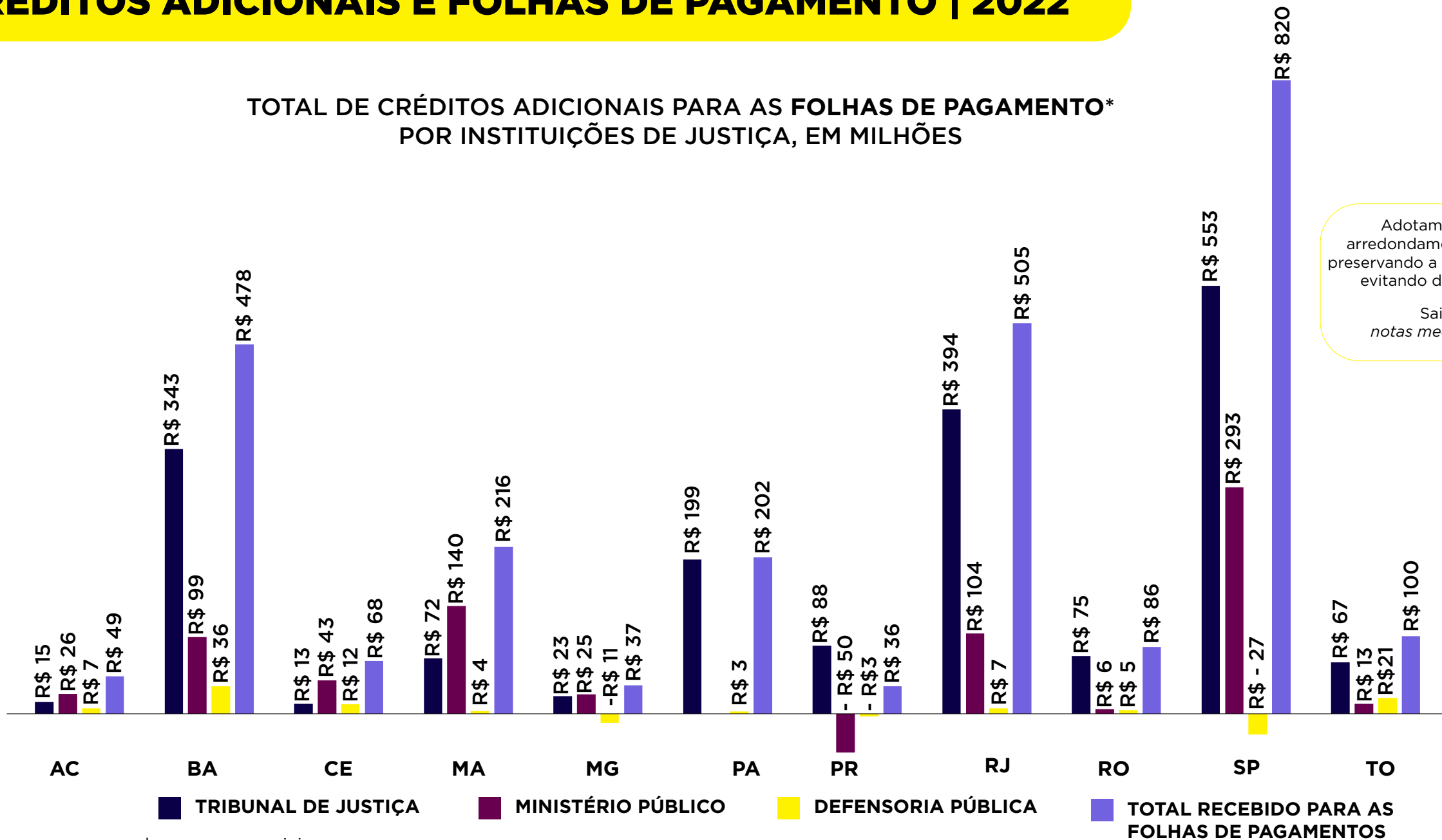
* O valor do Pará foi calculado sem os dados do Ministério Público do estado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação, SICONFI, Portal da Transparência do Estado do Pará e Portal da Transparência do TJPA.

CRÉDITOS ADICIONAIS E FOLHAS DE PAGAMENTO | 2022



TOTAL DE CRÉDITOS ADICIONAIS PARA AS FOLHAS DE PAGAMENTO*
POR INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA, EM MILHÕES



Adotamos a regra do arredondamento decimal, preservando a integridade e evitando distorções dos valores.
Saiba mais em *notas metodológicas*



* Despesas com pessoal e encargos sociais

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação, SICONFI, Portal da Transparência do Estado do Pará e Portal da Transparência do TJPA.



2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

ACRE



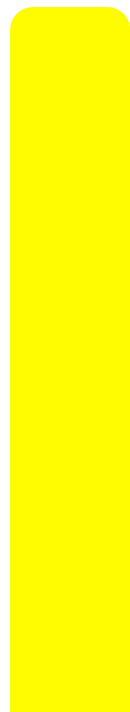
EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DO ACRE FOI DE **R\$ 9,3 BILHÕES**

24,1% MAIOR QUE O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA TIVERAM UM CRESCIMENTO MÉDIO DE **21,6%** NO MESMO PERÍODO

ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022

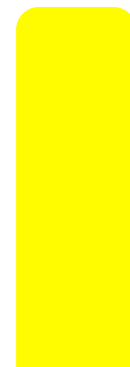
R\$ 319 mi



TJAC

23,7%
maior do
que 2021

R\$ 166 mi



MPAC

15,7%
maior do
que 2021

R\$ 42 mi



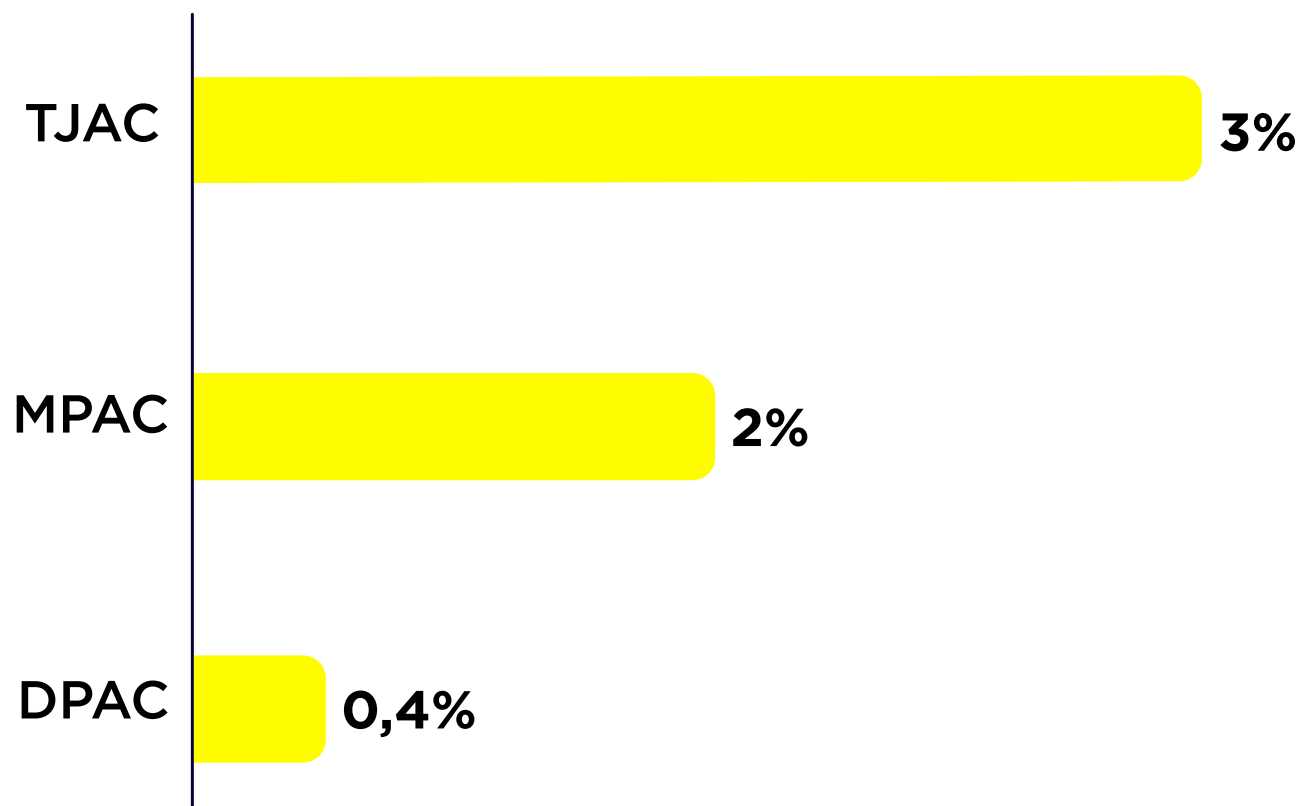
DPAC

30,7%
maior do
que 2021



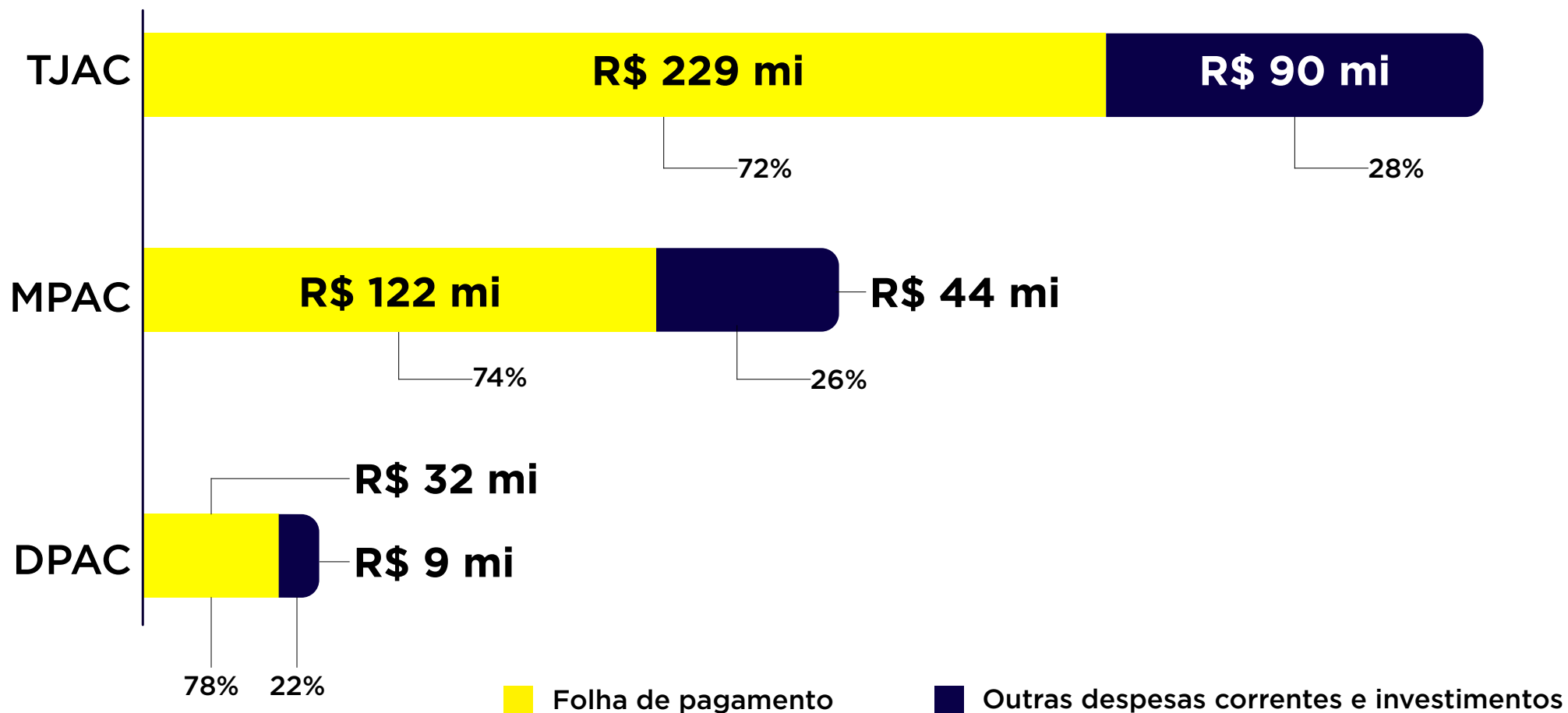
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
5,7% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

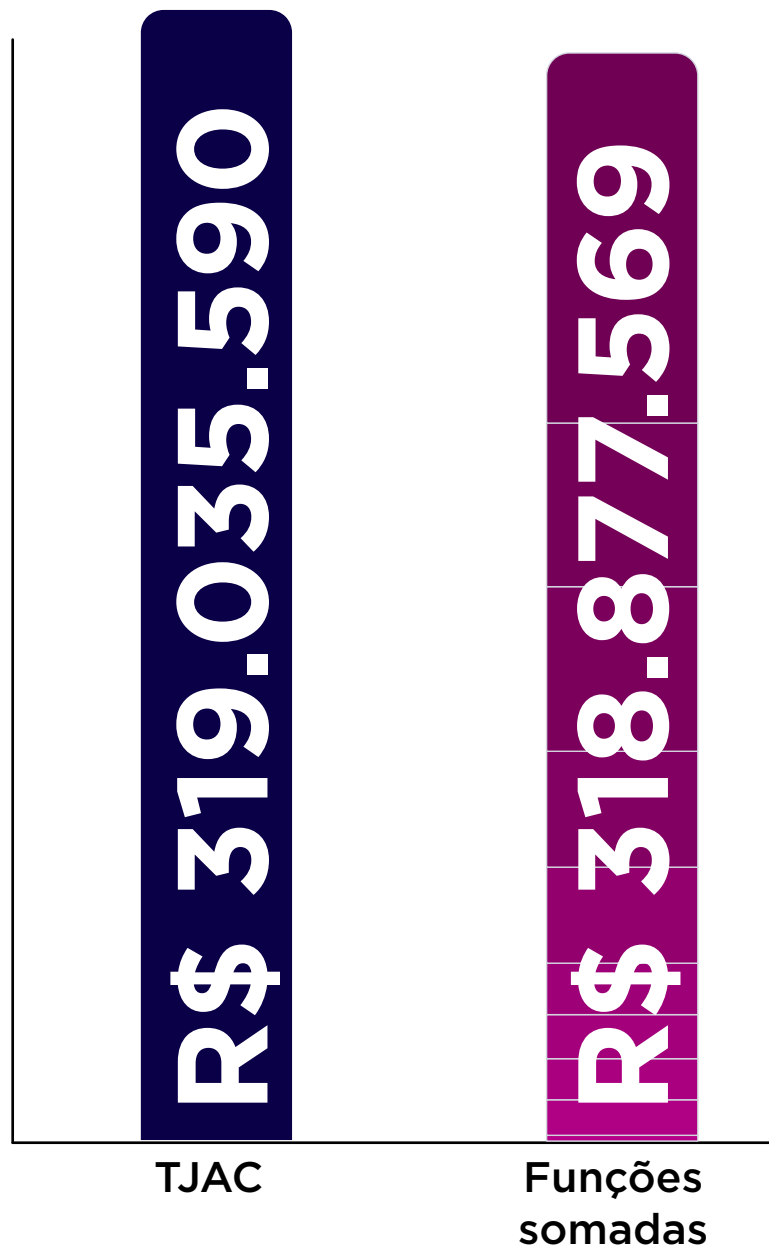
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJAC É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 10
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

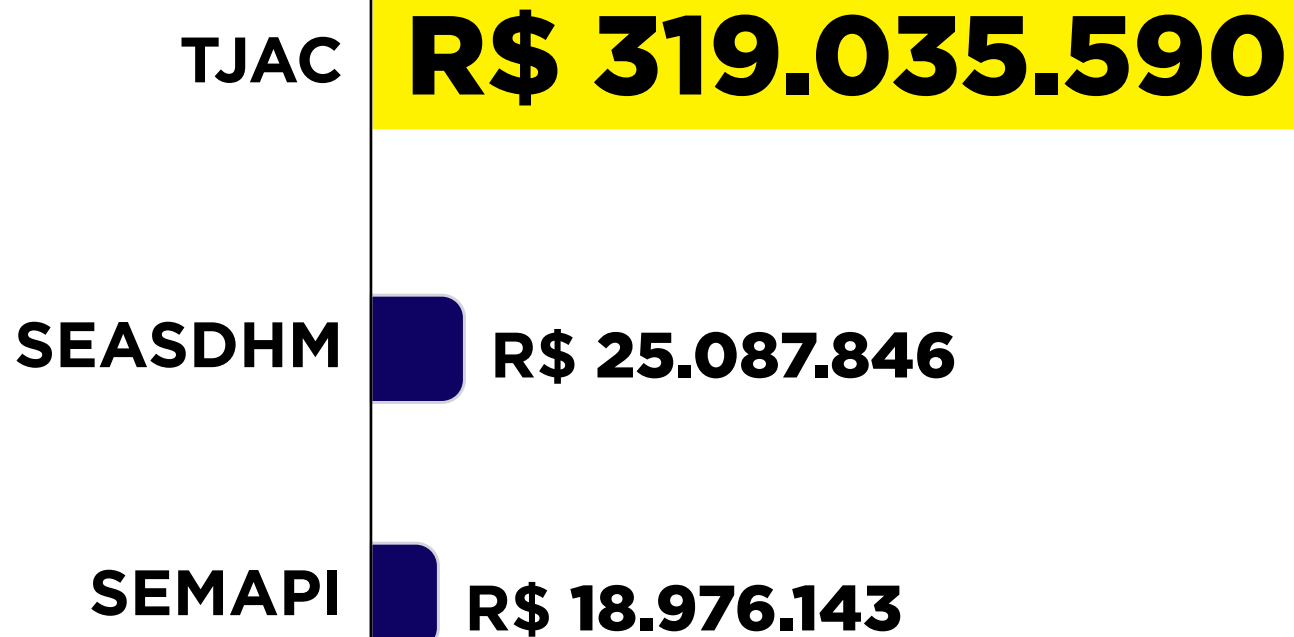
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 10
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJAC



- Saneamento | R\$ R\$ 107.010.446
- Ciência e Tecnologia | R\$ 48.560.543
- Gestão Ambiental | R\$ 48.034.771
- Assistência Social | R\$ 34.928.250
- Cultura | R\$ 28.847.802
- Desporto e Lazer | R\$ 14.903.551
- Comunicações | R\$ 13.069.922
- Comércio e Serviços | R\$ 11.978.370
- Organização Agrária | R\$ 11.434.973
- Indústria | R\$ 108.942



O ORÇAMENTO DO TJAC É **CERCA DE 7 VEZES MAIOR DO QUE A SOMA DO ORÇAMENTO** DAS SEGUINTE SECRETARIAS ESTADUAIS: ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PARA MULHERES (SEASDHM) E DO MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS INDÍGENAS (SEMAPI)





UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | ACRE

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE **ATÉ 30%** DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 7,8 bi

R\$ 2,4 bi

30%

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DO ACRE EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO ACRE DISTRIBUIU,
SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,
R\$ 89 MILHÕES EM CRÉDITOS ADICIONAIS
PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA.

O TJ FICOU COM **R\$ 54 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 29 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 7 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJAC	R\$ 266 mi	R\$ 54 mi	R\$ 319 mi
MPAC	R\$ 137 mi	R\$ 29 mi	R\$ 166 mi
DPAC	R\$ 35 mi	R\$ 7 mi	R\$ 42 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DO ACRE
EM 2022

EM 2022, **R\$ 49 MILHÕES** FORAM PARA AS
FOLHAS DE PAGAMENTO DO SISTEMA DE
JUSTIÇA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

O TJ FICOU COM **R\$ 15 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 26 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 7 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJAC	R\$ 213 mi	R\$ 15 mi	R\$ 229 mi
MPAC	R\$ 96 mi	R\$ 26 mi	R\$ 122 mi
DPAC	R\$ 25 mi	R\$ 7 mi	R\$ 32 mi



OS EXTRAS DISTRIBUÍDOS PELO GOVERNO PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA SÃO MAIORES DO QUE A SOMA DE TODO O ORÇAMENTO DE IMPORTANTES FUNÇÕES DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | AC

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA RECEBERAM MAIS QUE O DETERMINADO NA LOA

EM OUTRAS ÁREAS ACONTECEU O CONTRÁRIO

AGRICULTURA

O VALOR GASTO FOI

-14%

QUE O PREVISTO NA LOA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-49%

QUE O PREVISTO NA LOA

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O VALOR GASTO FOI

-5%

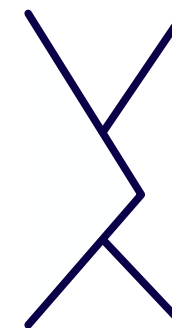
QUE O PREVISTO NA LOA

COMUNICAÇÕES

O VALOR GASTO FOI

-20%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

BAHIA

Conheça os
dados de
2021



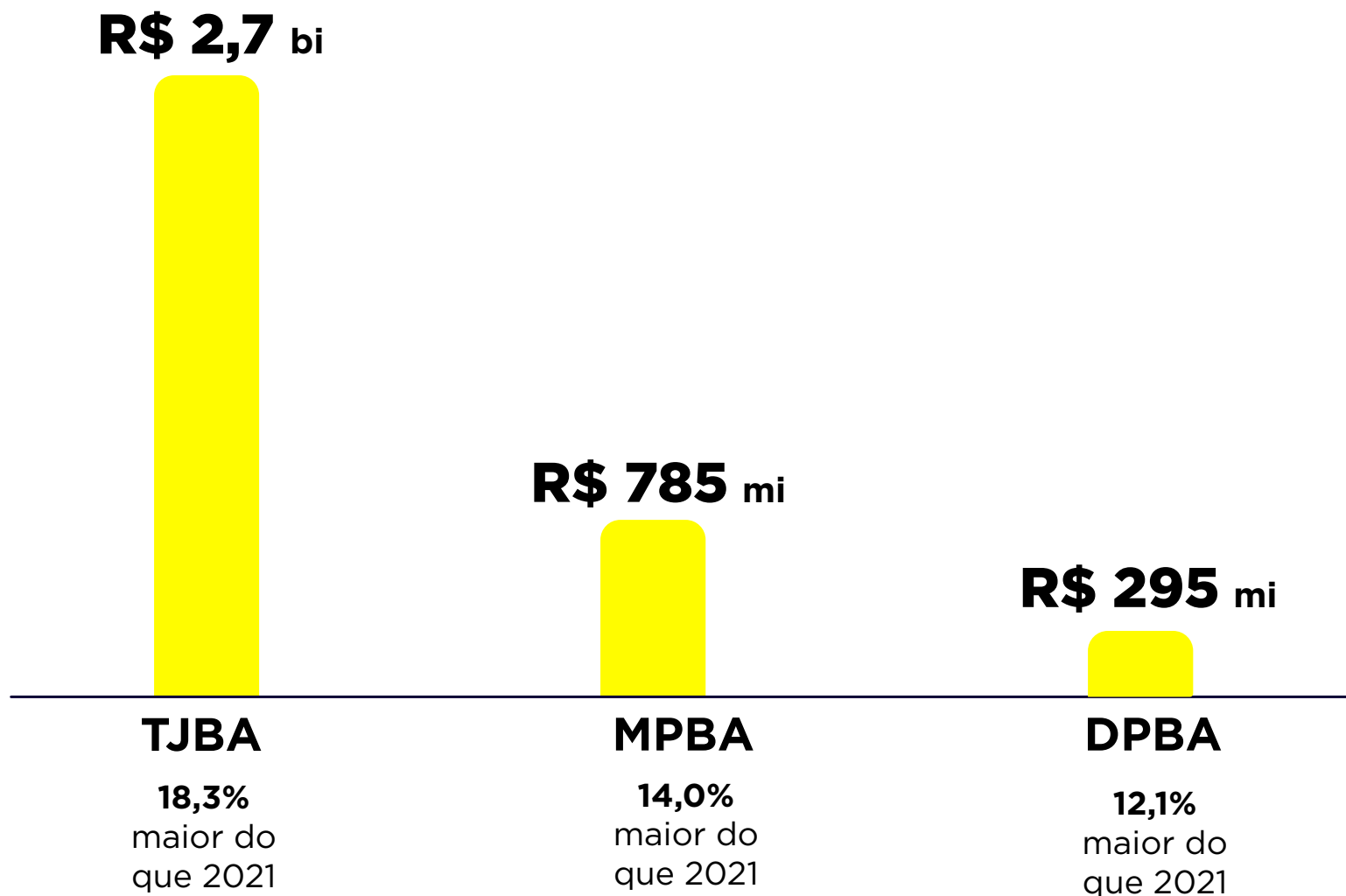


EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DA BAHIA FOI DE **R\$ 68,4 BILHÕES**

28,1% MAIOR QUE O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA TIVERAM UM CRESCIMENTO MÉDIO DE **16,9%** NO MESMO PERÍODO

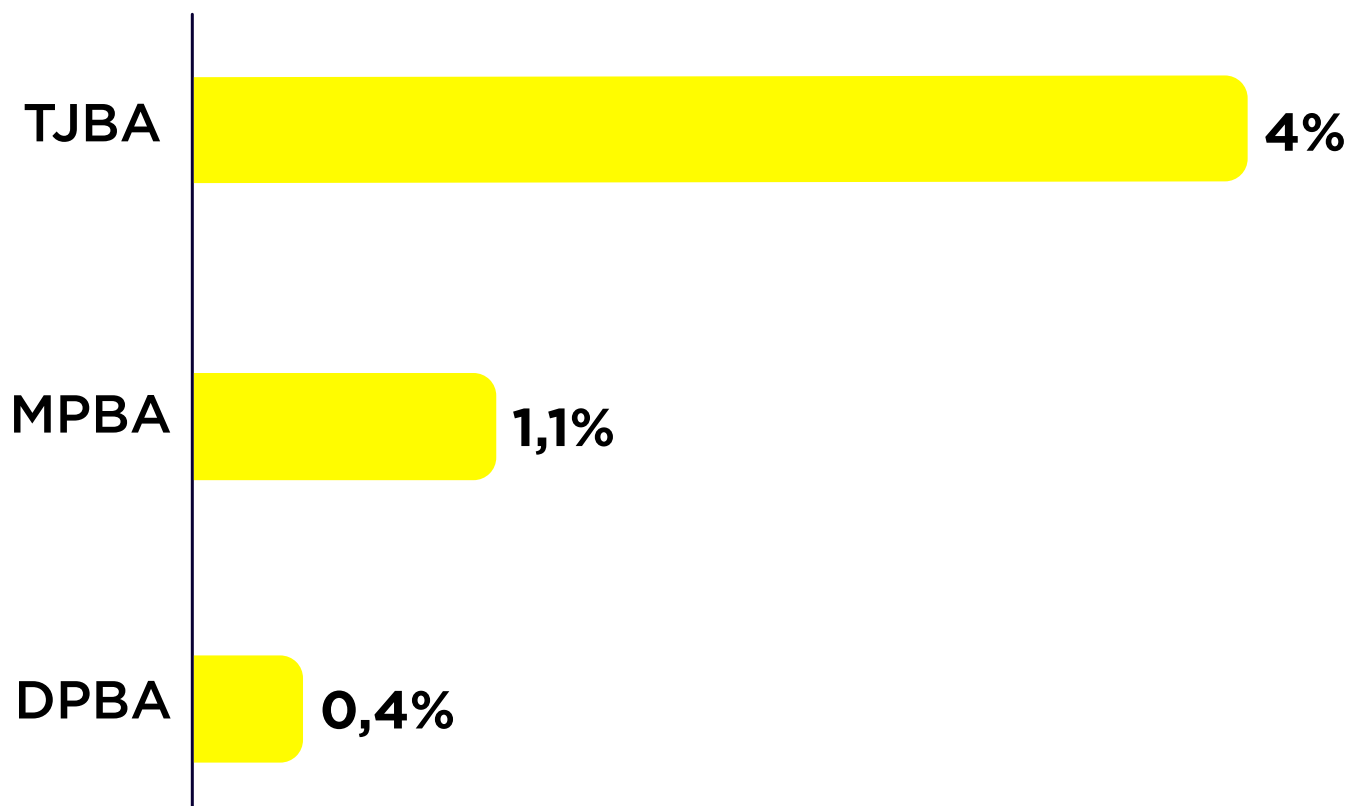
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





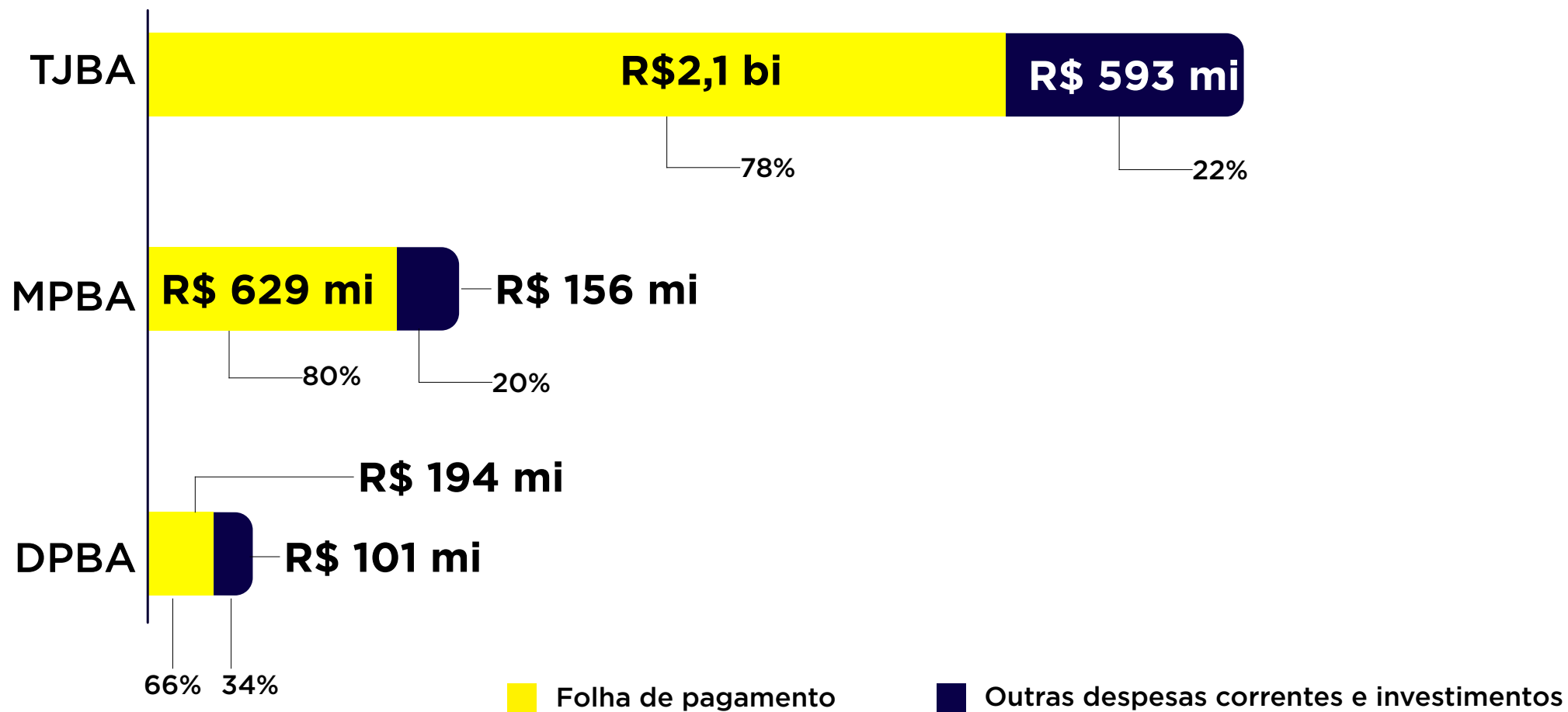
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
5,6% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

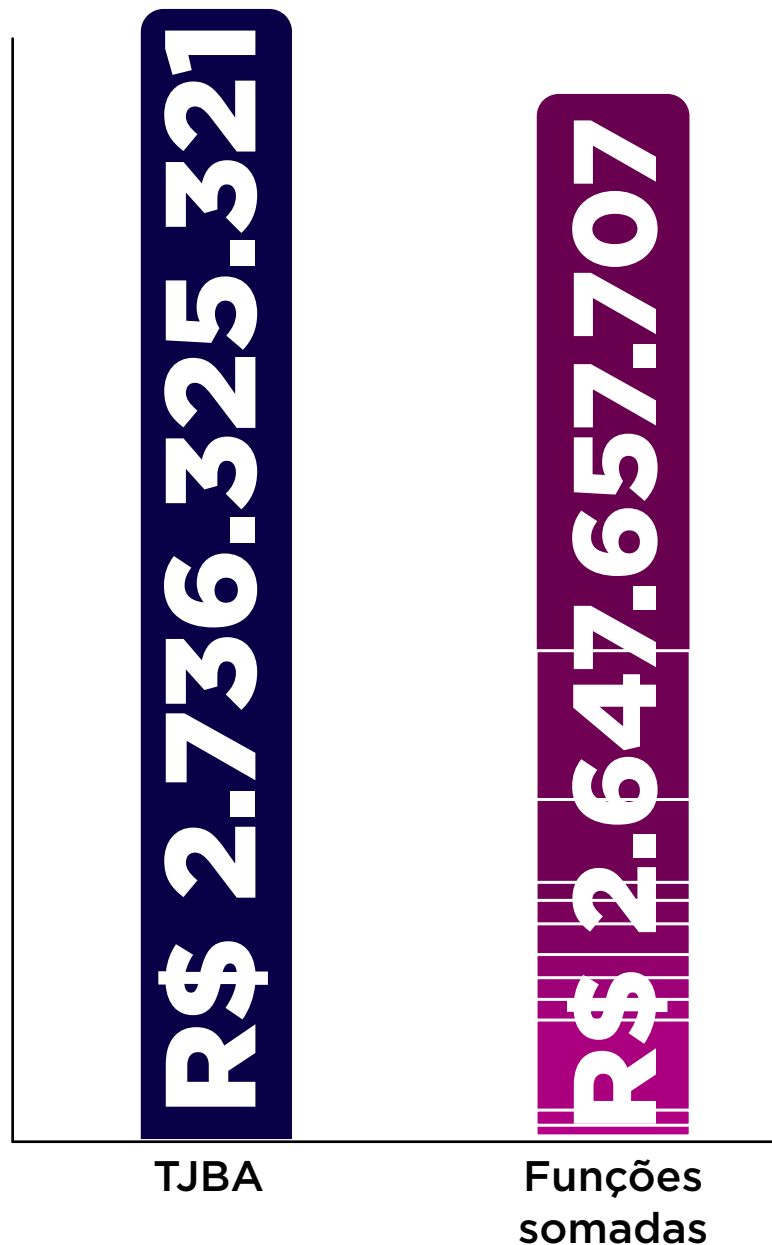
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJBA É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 12
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

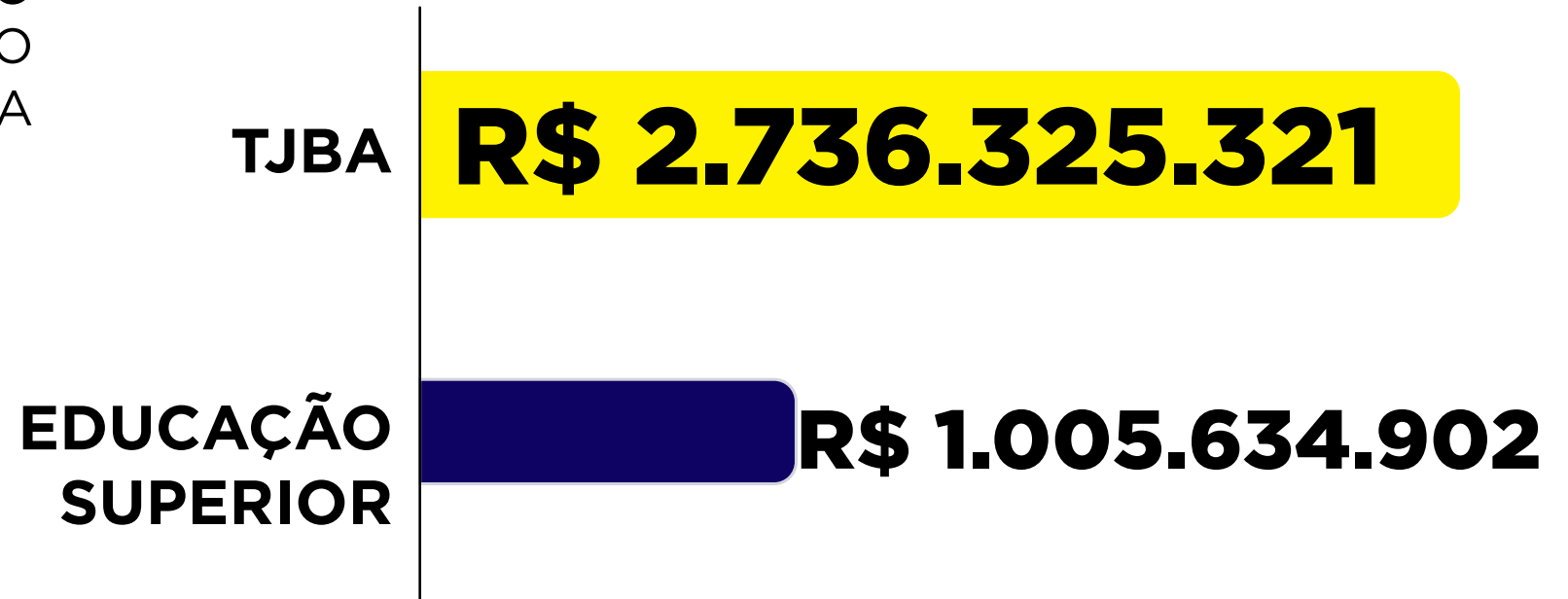
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 12
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJBA



- Saneamento | R\$ 869.268.969
- Desporto e Lazer | R\$ 363.102.883
- Assistência Social | R\$ 283.881.695
- Trabalho | R\$ 212.392.021
- Cultura | R\$ 201.483.033
- Gestão Ambiental | R\$ 179.828.768
- Comunicações | R\$ 160.970.312
- Indústria | R\$ 132.367.765
- Habitação | R\$ 117.463.979
- Ciência e Tecnologia | R\$ 108.416.305
- Energia | R\$ 12.345.410
- Organização Agrária | R\$ 6.136.568



O ORÇAMENTO DO TJBA É
MAIS QUE O DOBRO DE
TUDO O ORÇAMENTO
PARA A EDUCAÇÃO
SUPERIOR NA BAHIA





UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | BAHIA

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE **ATÉ 30%** DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 52,9 bi

R\$ 15,9 bi ← **30%**

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DA BAHIA EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DA BAHIA DISTRIBUIU,
SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,
R\$ 554 MILHÕES EM **CRÉDITOS**
ADICIONAIS PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA.

O TJ FICOU COM **R\$ 431 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 89 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 34 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJBA	R\$ 2,3 bi	R\$ 431 mi	R\$ 2,7 bi
MPBA	R\$ 696 mi	R\$ 89 mi	R\$ 785 mi
DPBA	R\$ 261 mi	R\$ 34 mi	R\$ 295 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DA
BAHIA EM 2022

EM 2022, **R\$ 478 MILHÕES** FORAM PARA
AS **FOLHAS DE PAGAMENTO** DO SISTEMA DE
JUSTIÇA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

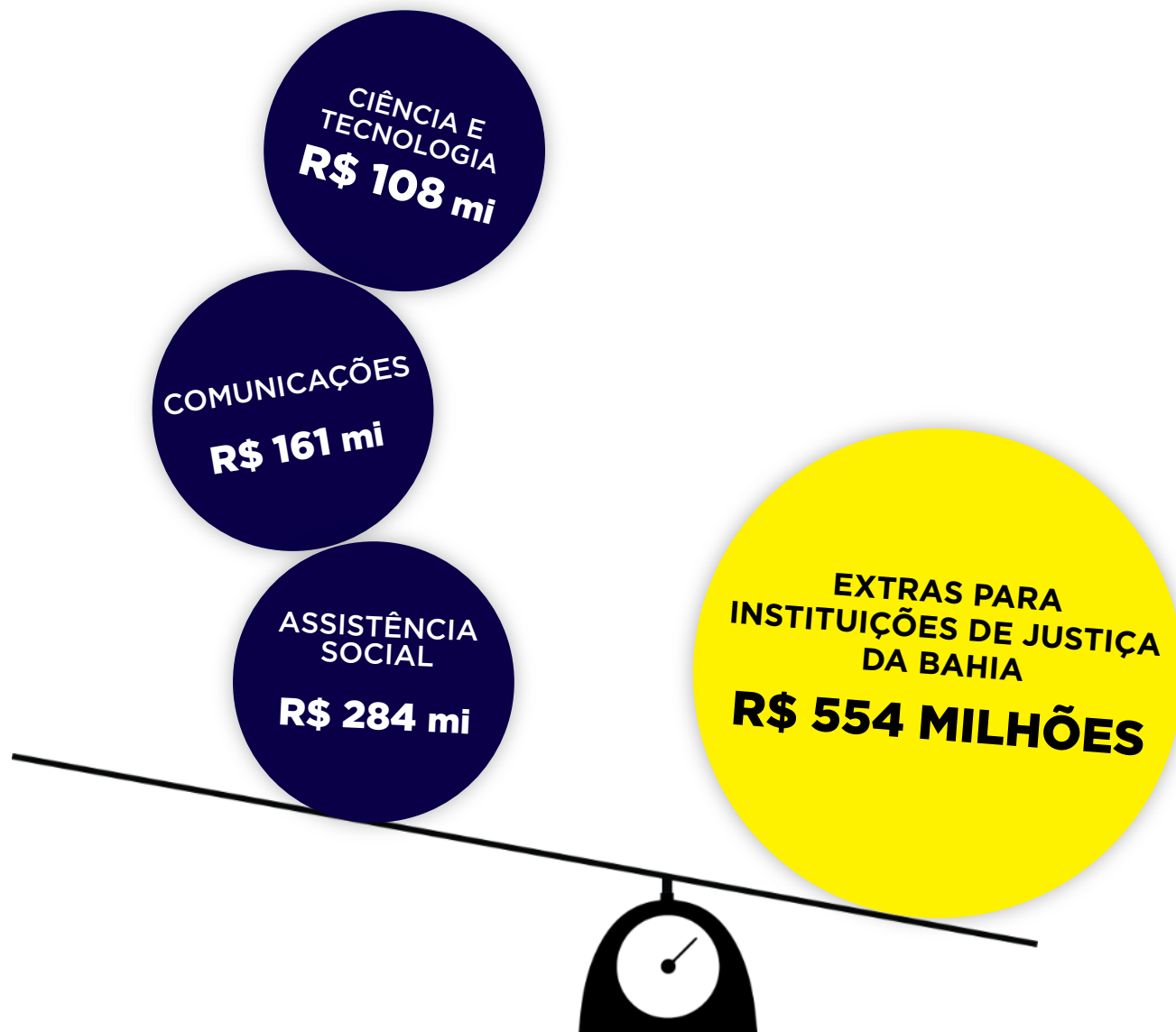
O TJ FICOU COM **R\$ 343 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 99 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 36 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJBA	R\$ 1,8 bi	R\$ 343 mi	R\$ 2,1 bi
MPBA	R\$ 529 mi	R\$ 99 mi	R\$ 629 mi
DPBA	R\$ 158 mi	R\$ 36 mi	R\$ 194 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA O
SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | BA

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA RECEBERAM MAIS QUE O DETERMINADO NA LOA

EM OUTRAS ÁREAS ACONTECEU O CONTRÁRIO

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-40,8%

QUE O PREVISTO NA LOA

INDÚSTRIA

O VALOR GASTO FOI

-2,8%

QUE O PREVISTO NA LOA

TRABALHO

O VALOR GASTO FOI

-6,9%

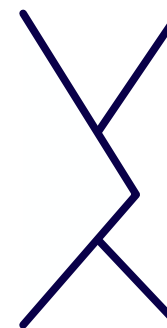
QUE O PREVISTO NA LOA

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

O VALOR GASTO FOI

-27,2%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

CEARÁ

Conheça os
dados de
2021



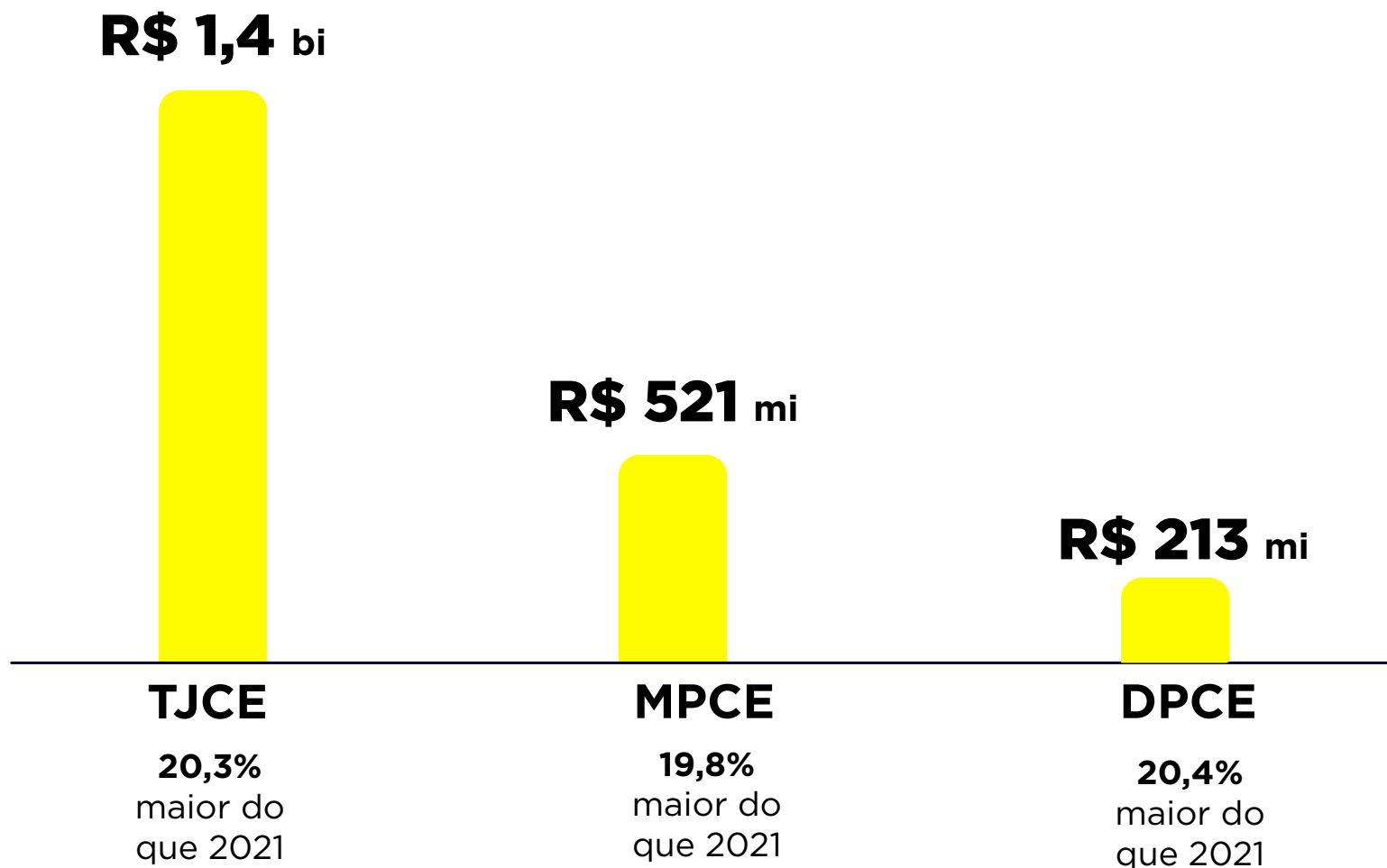


EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ FOI DE **R\$ 32,1 BILHÕES**

3,1% MAIOR QUE O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA TIVERAM UM CRESCIMENTO MÉDIO DE **20,2%** NO MESMO PERÍODO

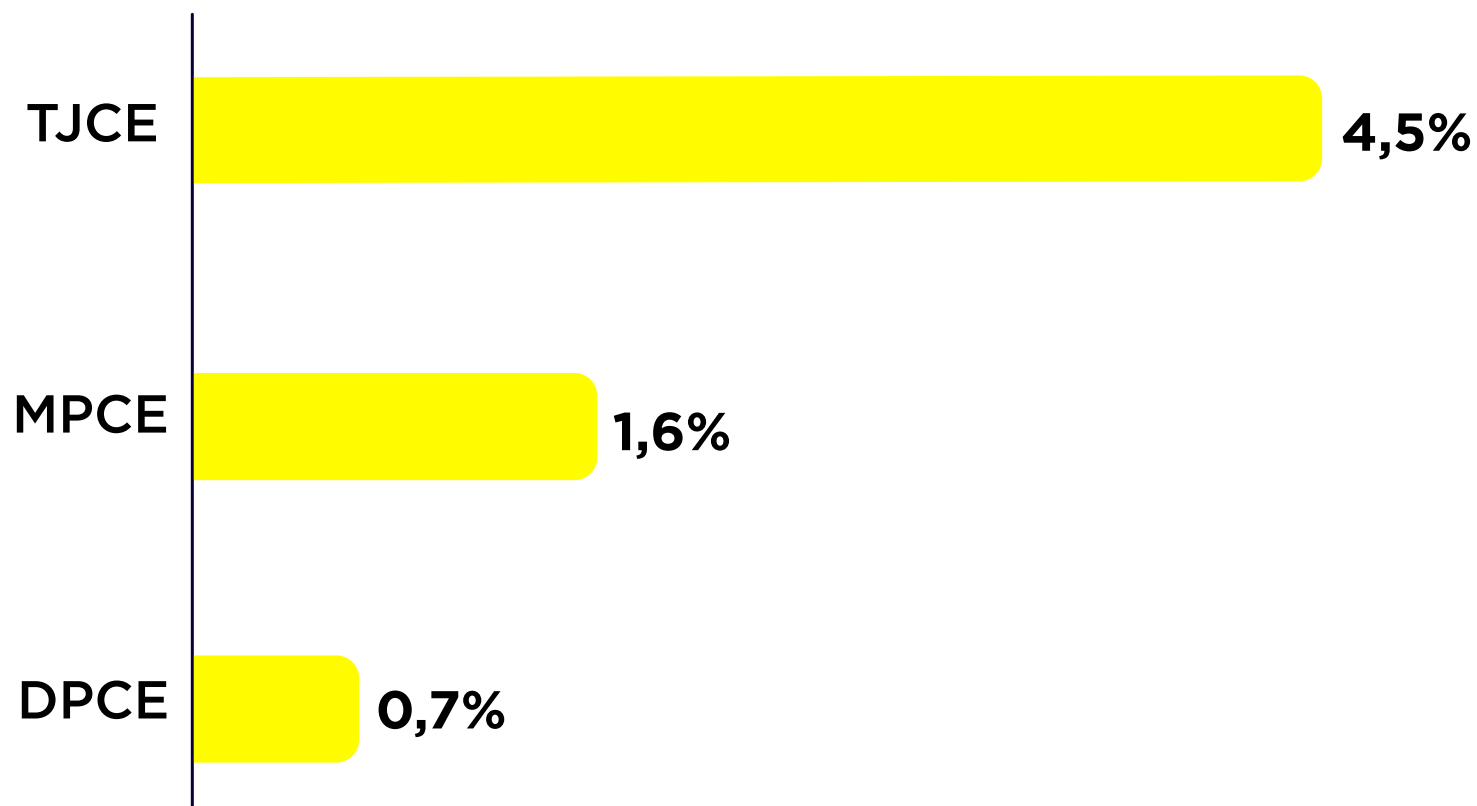
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





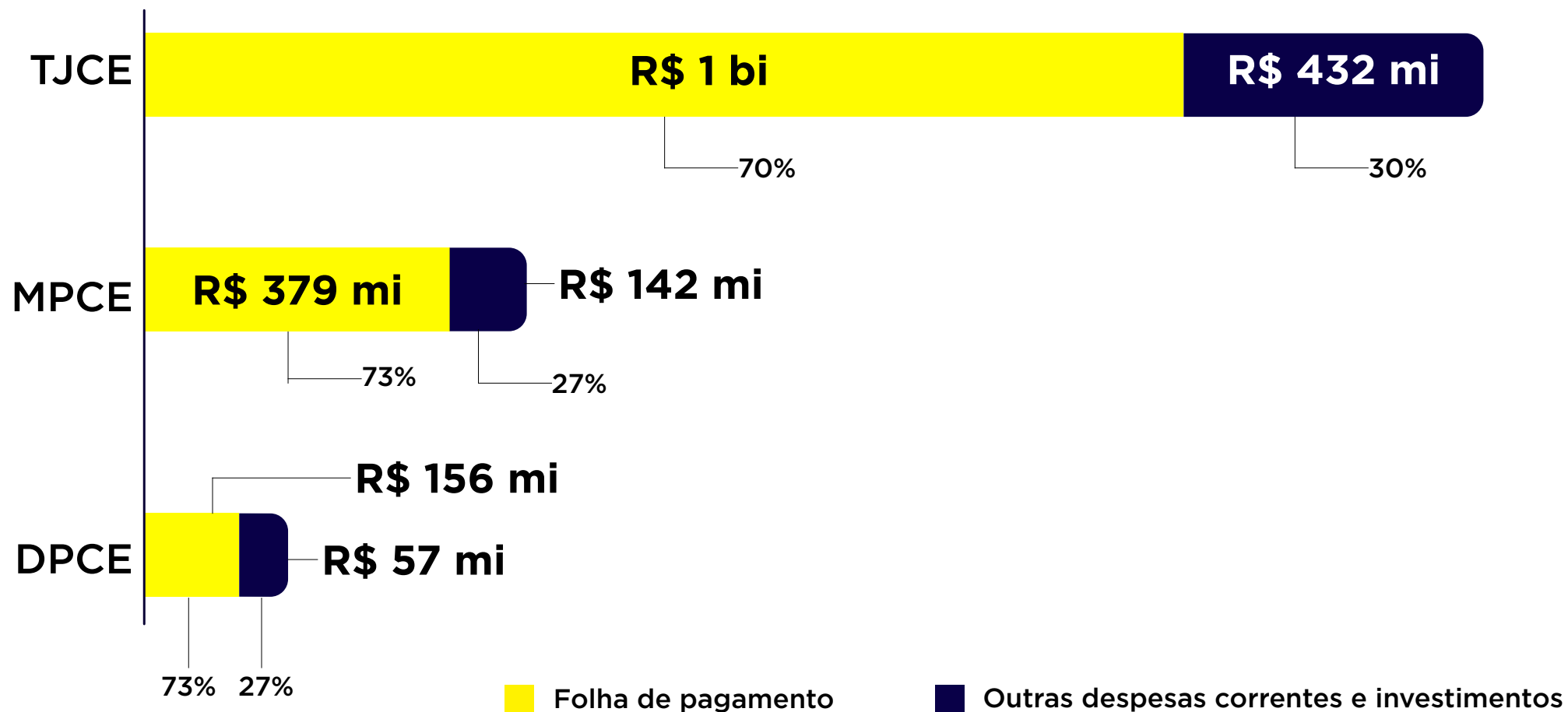
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
6,8% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

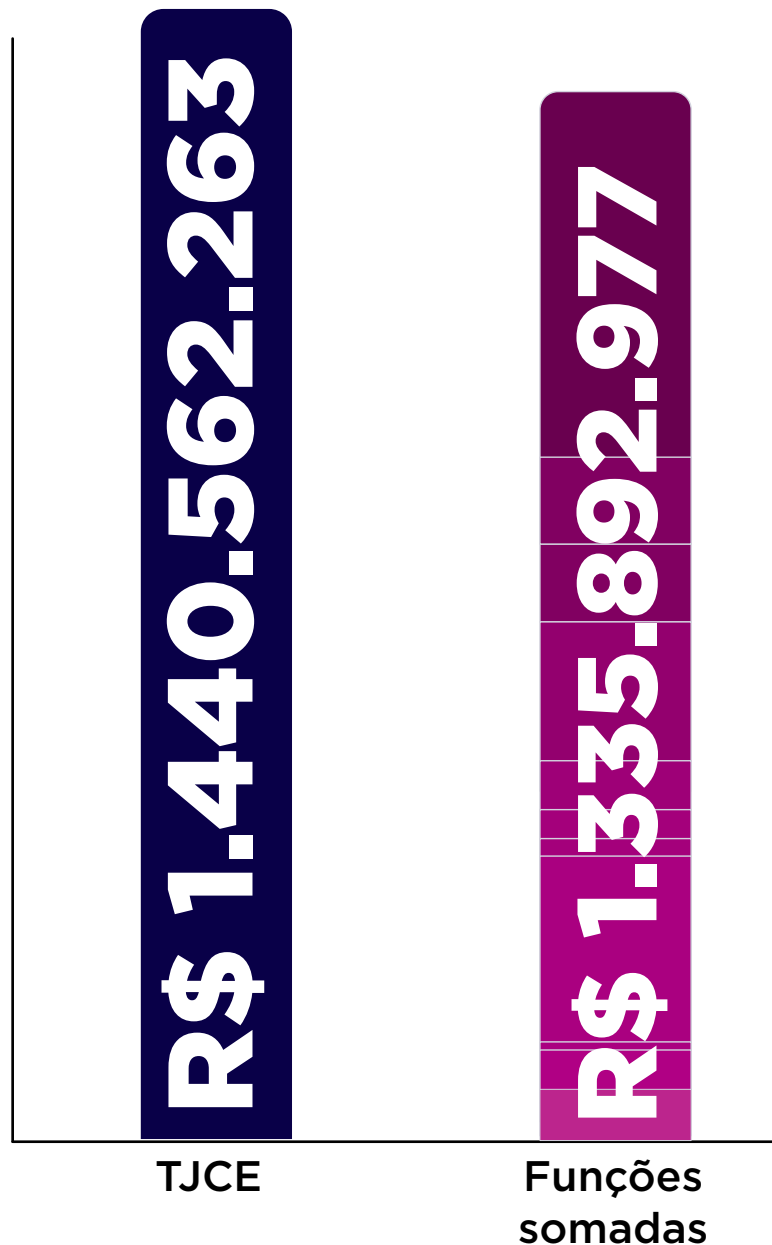
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJCE É SUPERIOR AOS
ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 11
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 11
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJCE



- Cultura | R\$ 319.440.017
- Saneamento | R\$ 208.568.914
- Comunicações | R\$ 180.923.579
- Ciência e Tecnologia | R\$ 157.545.631
- Trabalho | R\$ 115.268.608
- Desporto e Lazer | R\$ 100.361.696
- Comércio e Serviços | R\$ 91.144.955
- Energia | R\$ 86.120.389
- Habitação | R\$ 30.326.272
- Organização Agrária | R\$ 29.546.520
- Indústria | R\$ 16.646.397



O ORÇAMENTO DO TJCE É
**MAIS QUE O DOBRO DA
SOMA DOS ORÇAMENTOS**
QUE O ORÇAMENTO DE 3
INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR (IES) E 1
FUNDAÇÃO DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO (FUNCAP)

Fundação Universidade Estadual do Ceará
R\$ 301.863.296

Fundação Universidade Vale do Acaraú
R\$ 94.268.840

Fundação Universidade Regional do Cariri
R\$ 122.628.434

Fundação Cearense de Apoio ao
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
R\$ 113.448.450

TJCE

R\$ 1.440.562.263

**IESs +
FUNCAP**

R\$ 632.209.020



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | CEARÁ

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE **ATÉ 20%** DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 28,7 bi

R\$ 5,7 bi

20%

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DO CEARÁ EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO CEARÁ DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, **R\$ 153 MILHÕES** EM **CRÉDITOS ADICIONAIS** PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA.

O TJ FICOU COM **R\$ 78 MILHÕES**, O MP FICOU COM **R\$ 57 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM **R\$ 19 MILHÕES**.

CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA | 2022

	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJCE	R\$ 1,4 bi	R\$ 78 mi	R\$ 1,4 bi
MPCE	R\$ 464 mi	R\$ 57 mi	R\$ 521 mi
DPCE	R\$ 194 mi	R\$ 19 mi	R\$ 213 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DO
CEARÁ EM 2022

EM 2022, **R\$ 68 MILHÕES** FORAM PARA AS
FOLHAS DE PAGAMENTO DO SISTEMA DE
JUSTIÇA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

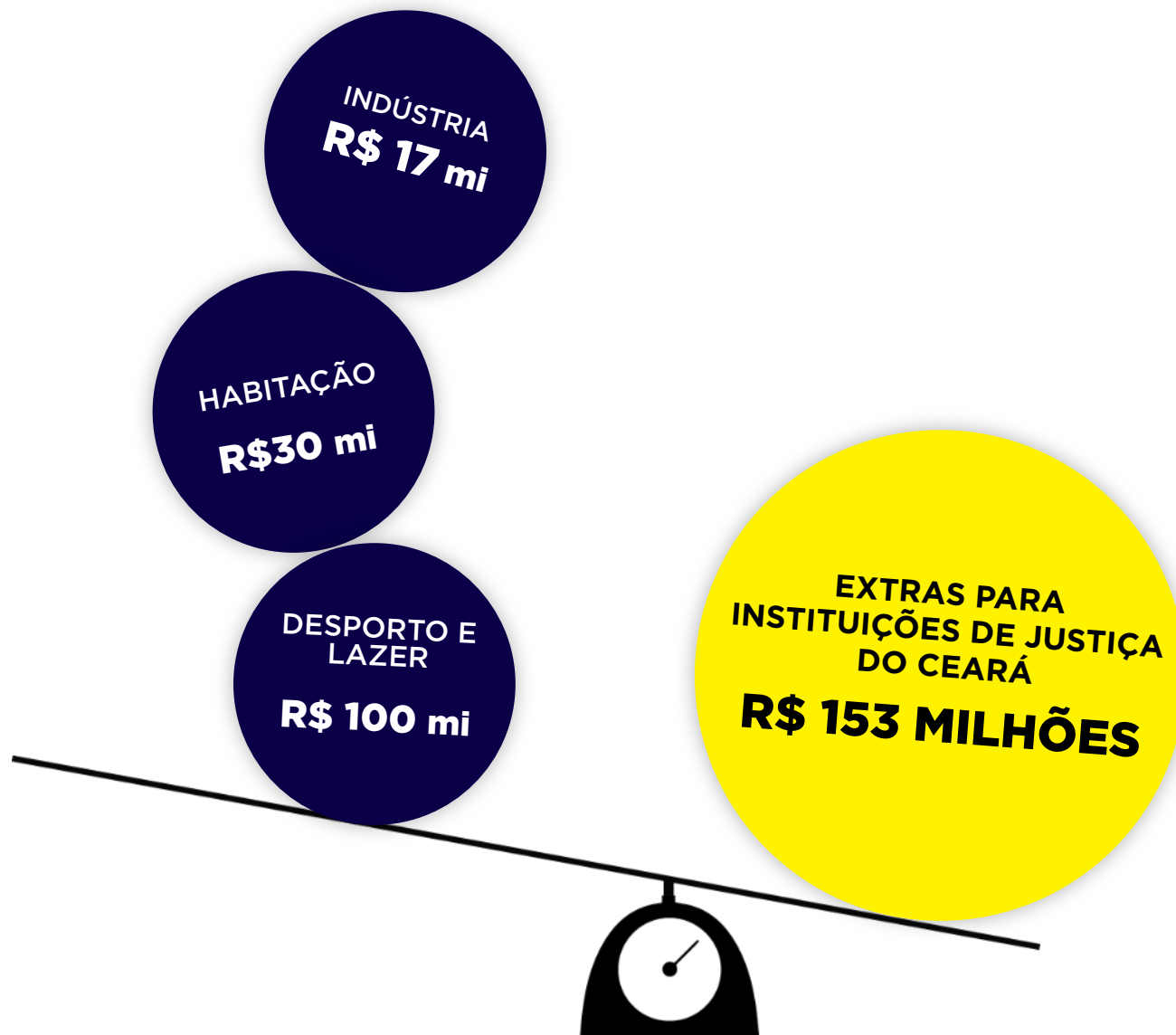
O TJ FICOU COM **R\$ 13 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 43 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 12 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJCE	R\$ 996 mi	R\$ 13 mi	R\$ 1,0 bi
MPCE	R\$ 335 mi	R\$ 43 mi	R\$ 379 mi
DPCE	R\$ 143 mi	R\$ 12 mi	R\$ 156 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA O
SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | CE

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA RECEBERAM MAIS QUE O DETERMINADO NA LOA

EM OUTRAS ÁREAS ACONTECEU O CONTRÁRIO

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-41,0%

QUE O PREVISTO NA LOA

TRABALHO

O VALOR GASTO FOI

-35,5%

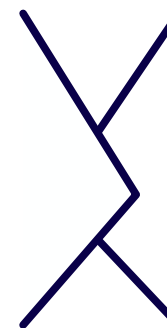
QUE O PREVISTO NA LOA

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-25,9%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

GOIÁS

Conheça os
dados de
2021



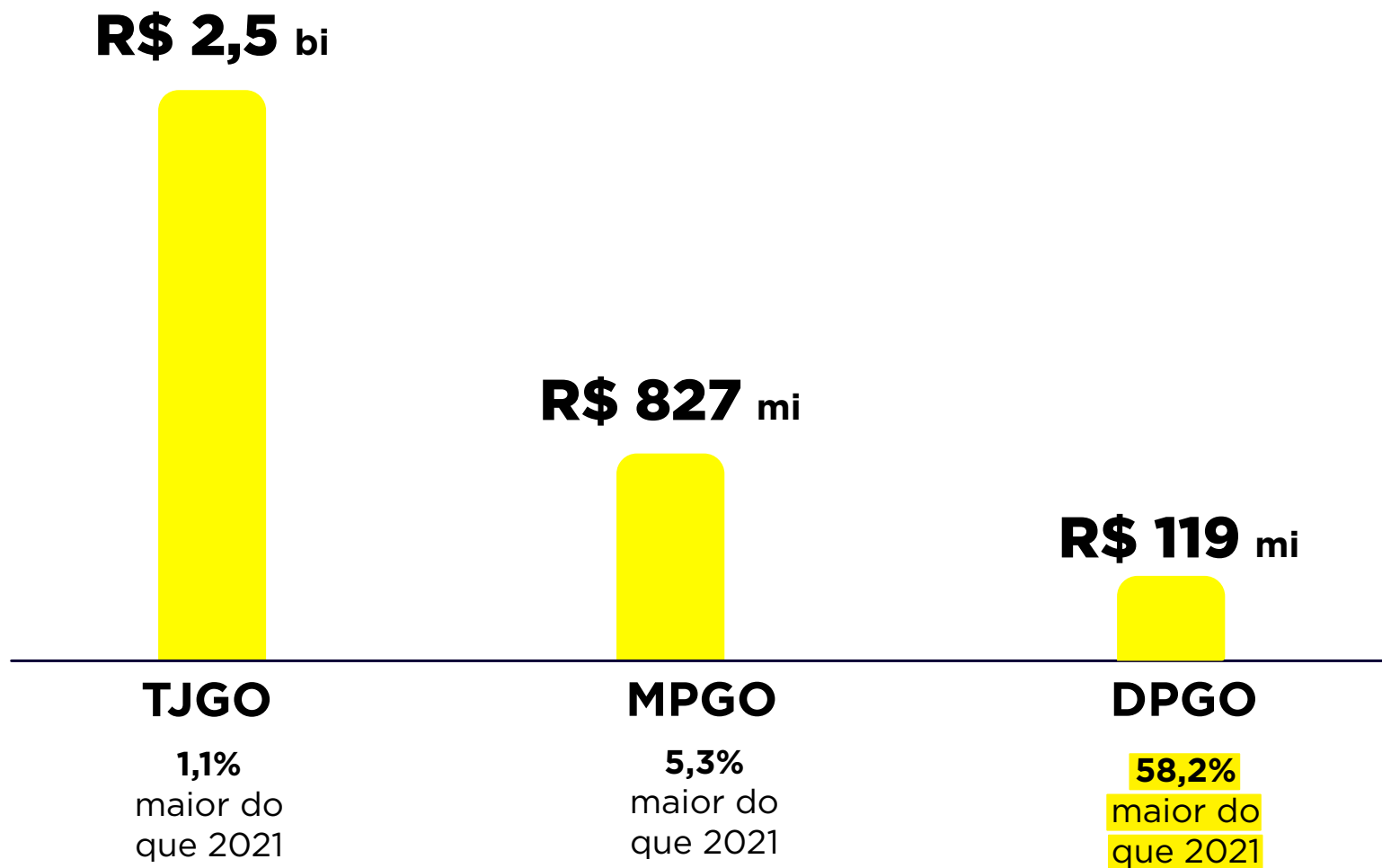


EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS FOI DE **R\$ 37,2 BILHÕES**

14,4% MAIOR QUE O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA TIVERAM UM CRESCIMENTO MÉDIO DE **3,4%** NO MESMO PERÍODO

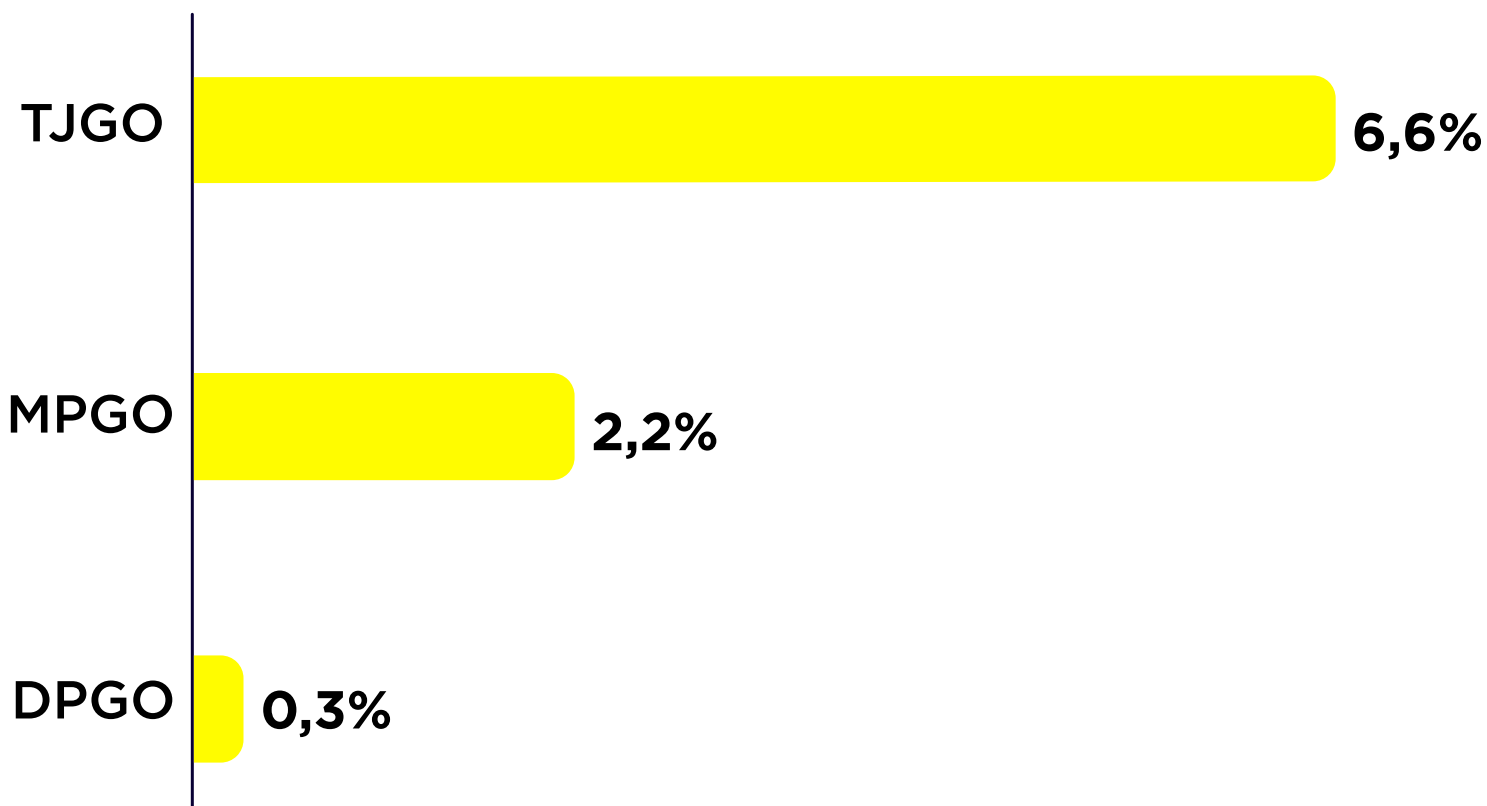
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





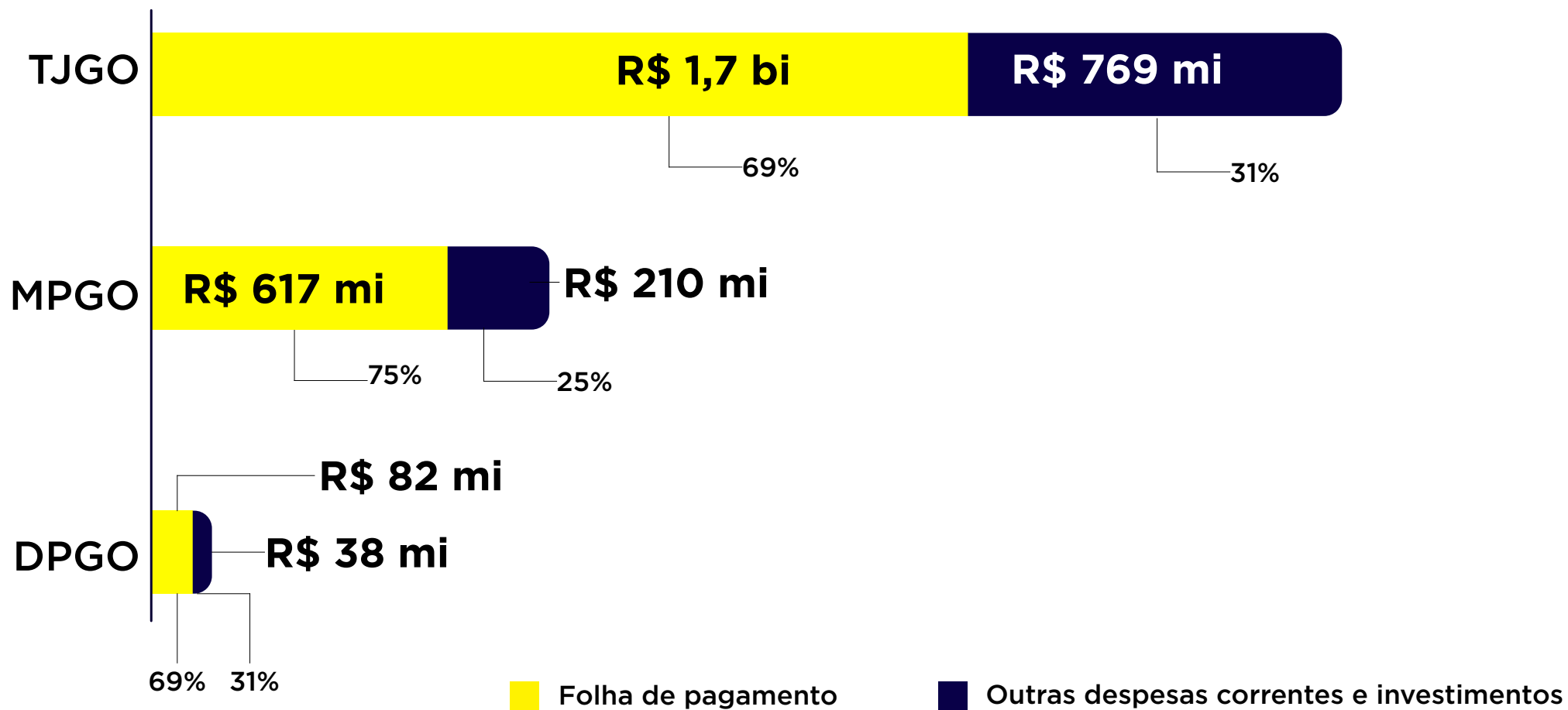
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
9,2% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

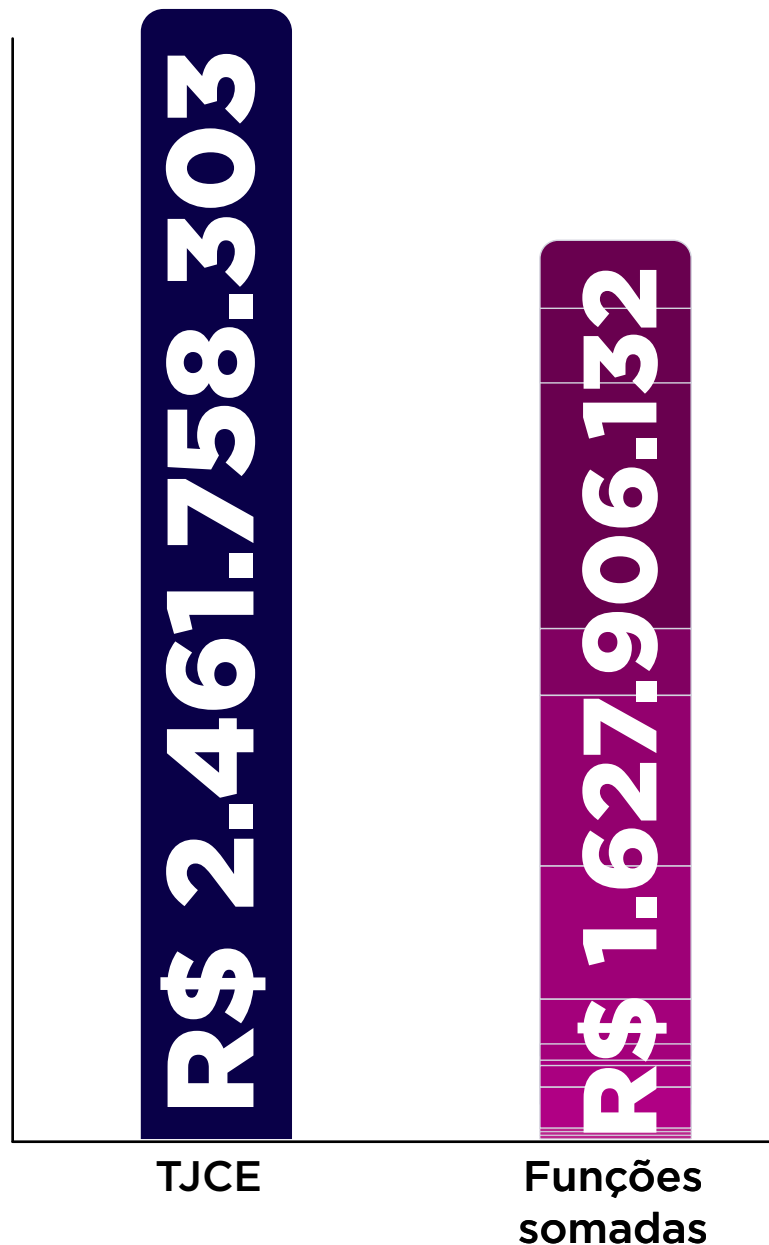
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJGO É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 13
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

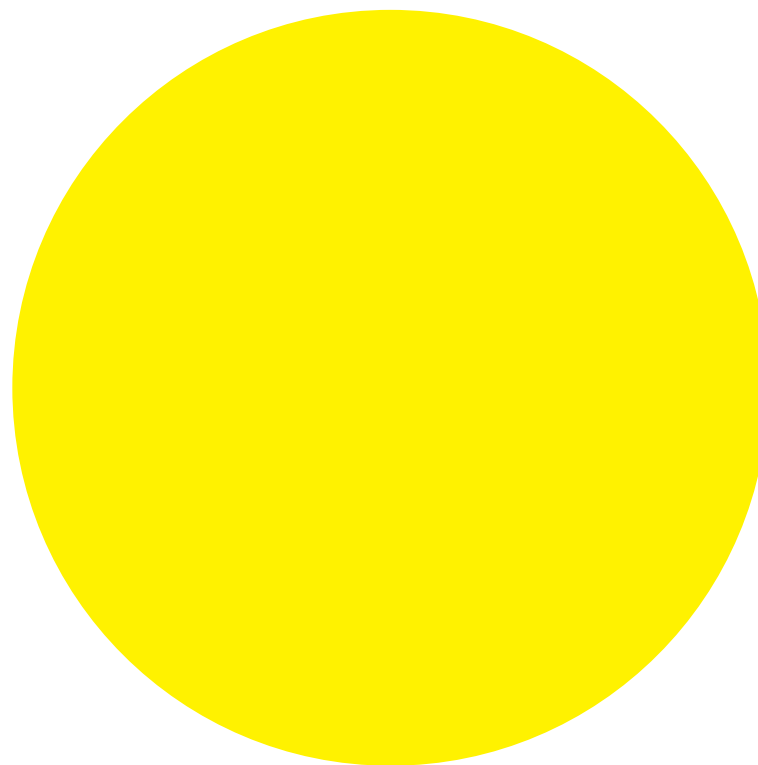
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 13
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJGO



- Habitação | R\$ 480.887.966
- Assistência Social | R\$ 446.226.662
- Urbanismo | R\$ 277.118.006
- Agricultura | R\$ 146.329.409
- Trabalho | R\$ 76.865.502
- Ciência e Tecnologia | R\$ 53.632.816
- Cultura | R\$ 44.619.995
- Desporto e Lazer | R\$ 41.822.802
- Comércio e serviços | R\$ 30.010.019
- Gestão ambiental | R\$ 20.868.410
- Comunicações | R\$ 7.364.199
- Indústria | R\$ 1.260.346
- Energia | R\$ 900.000



O ORÇAMENTO DO
TJGO É **QUASE 10**
VEZES MAIOR DO QUE
O ORÇAMENTO DA
UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



TJGO
R\$ 2,5 bi



UEG
R\$ 263 mi



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | GOIÁS

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE O EQUIVALENTE A DESPESA PRIMÁRIA DO ANO ANTERIOR, ACRESCIDO DO ÍNDICE DO IPCA DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 37,2 bi

R\$ 1,2 bi



* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O GOVERNO DE GOIÁS
ACRESCENTOU NA LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL
(**LOA**) O VALOR DE
R\$ 1,2 BILHÃO PARA O
PROGRAMA 999 -
RESERVA DE
CONTINGÊNCIA, QUE
PREVÊ O **PROGRAMA**
PARA ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS

**EM GOIÁS NÃO HOUE CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA O SISTEMA DE
JUSTIÇA EM 2022**





VALORES PREVISTOS
NA LOA

VALORES DOS
CRÉDITOS ADICIONAIS

TOTAIS GASTOS NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA

TJGO

R\$ 2,8 bi

R\$ -295 mi

Deixou de gastar

R\$ 2,5 bi

MPGO

R\$ 943 mi

R\$ -115 mi

Deixou de gastar

R\$ 827 mi

DPGO

R\$ 190 mi

R\$ -71 mi

Deixou de gastar

R\$ 119 mi



2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

MARANHÃO

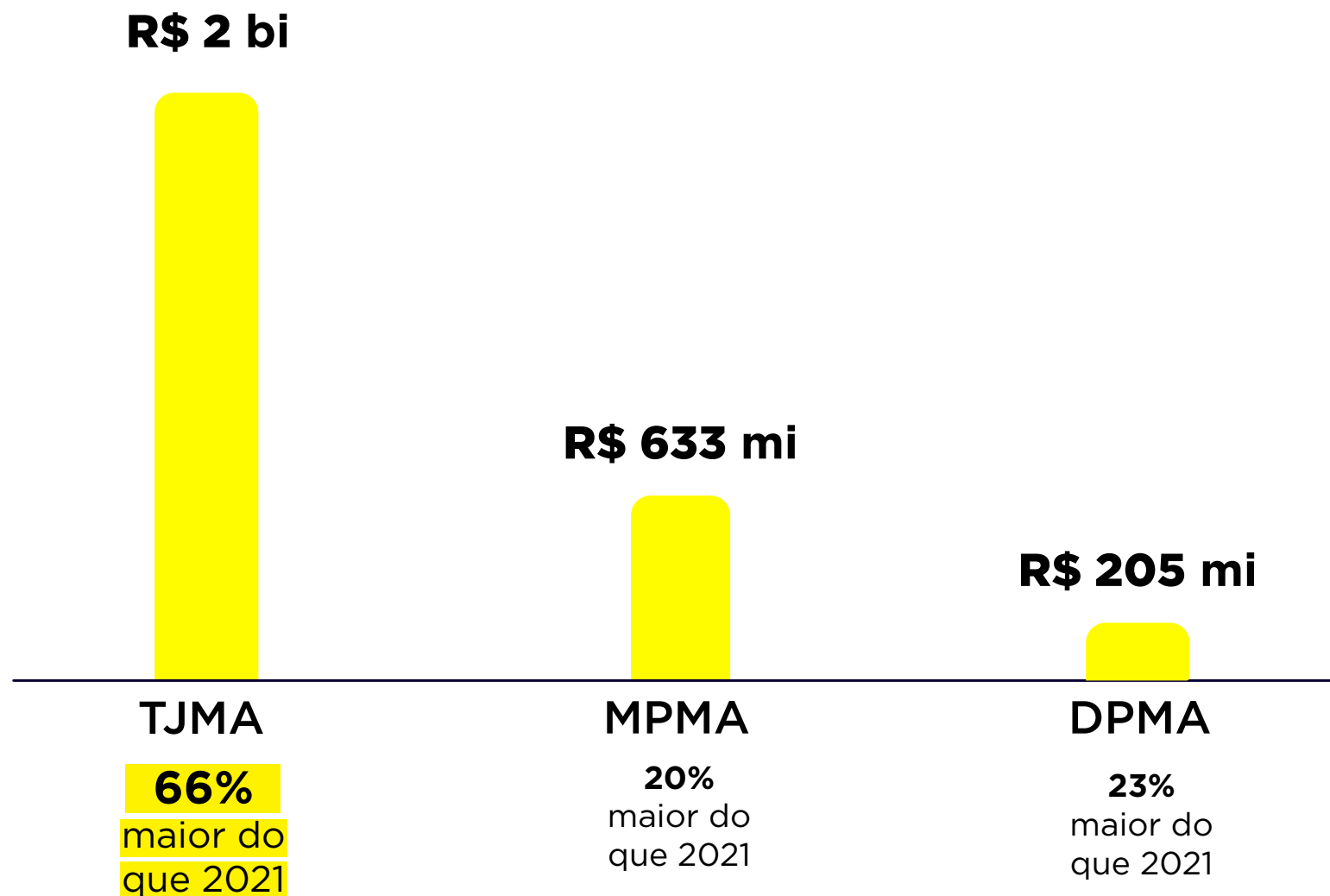


EM 2022, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DO
MARANHÃO FOI DE
R\$ 22,8 BILHÕES

13% MAIOR QUE O DE
2021

AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
49,4% NO MESMO
PERÍODO

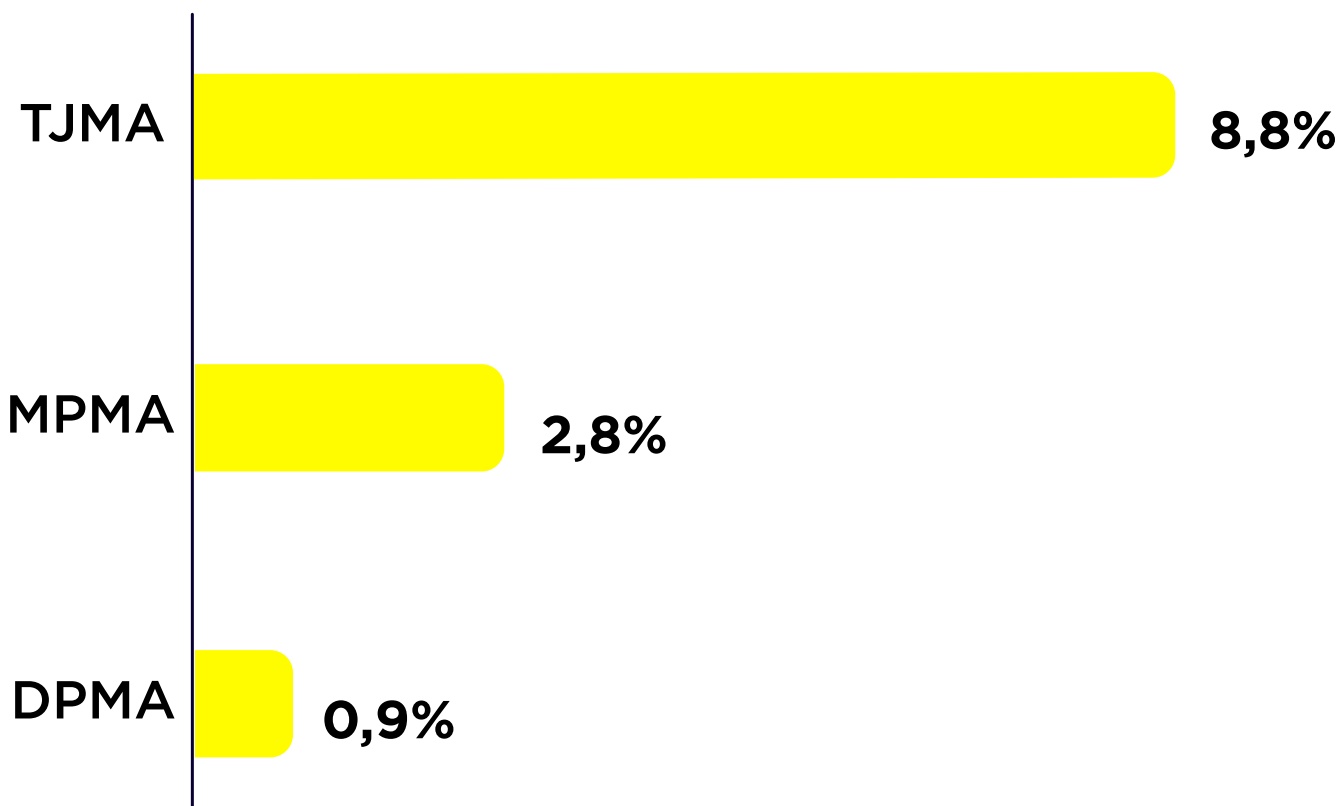
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





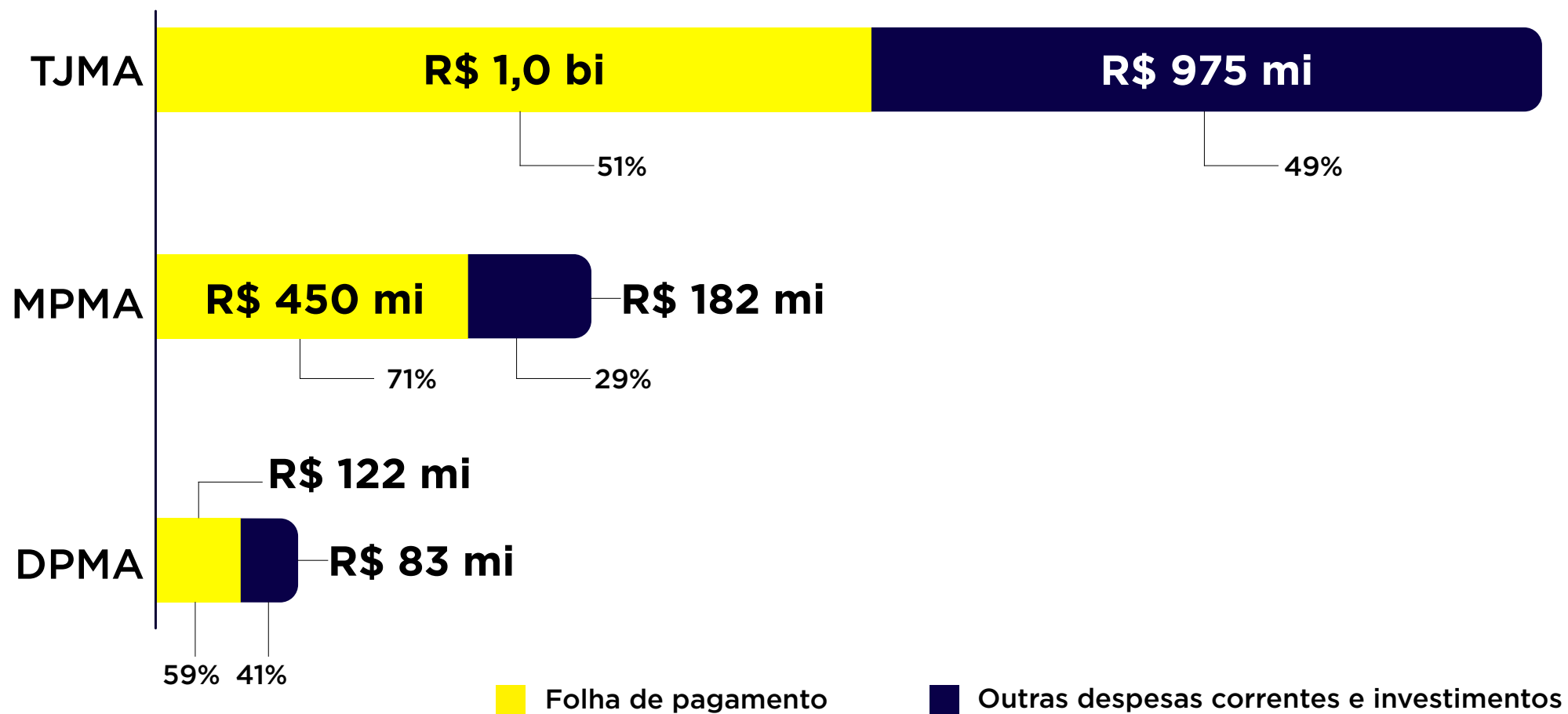
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
12,5% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

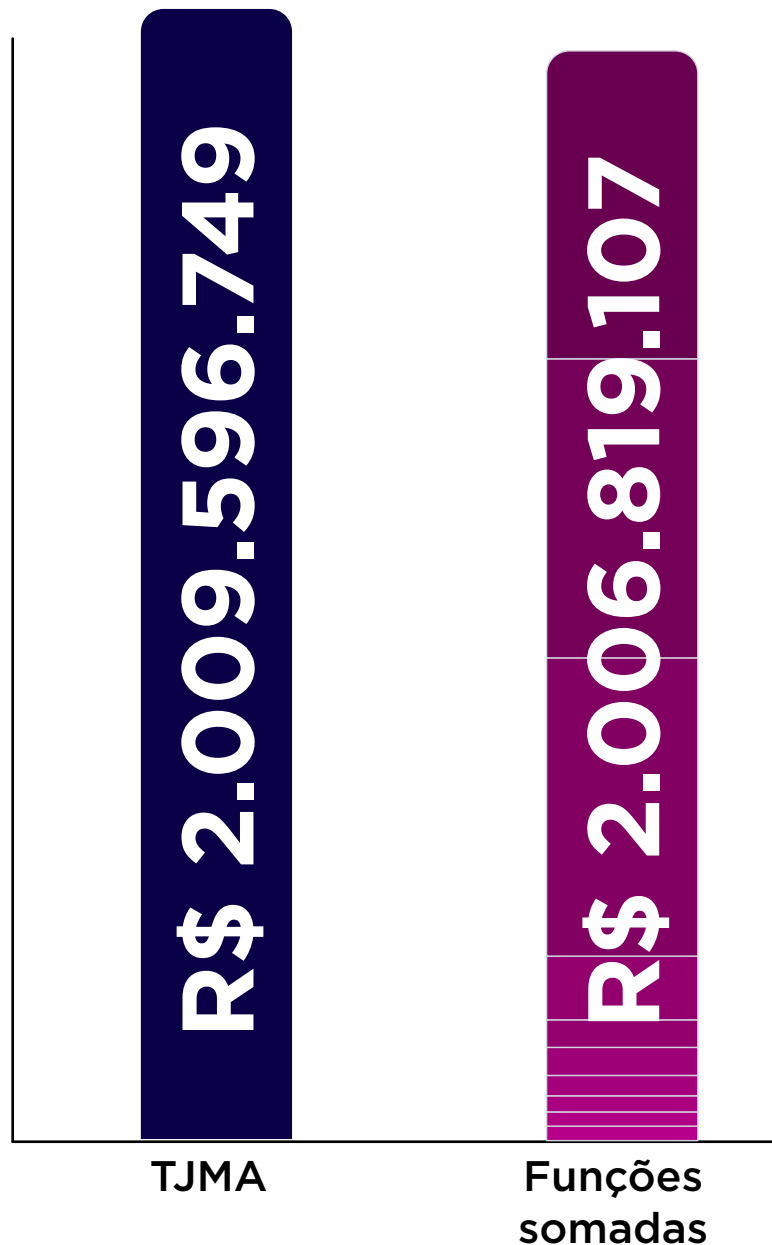
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJMA É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 10
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 10
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJMA



- Transporte | R\$ 565.989.000
- Assistência Social | R\$ 552.149.314
- Saneamento | R\$ 550.167.454
- Cultura | R\$ 119.342.032
- Gestão Ambiental | R\$ 50.861.603
- Trabalho | R\$ 50.427.710
- Comércio e Serviços | R\$ 37.672.083
- Indústria | R\$ 28.918.637
- Organização Agrária | R\$ 26.262.407
- Habitação | R\$ 25.028.866

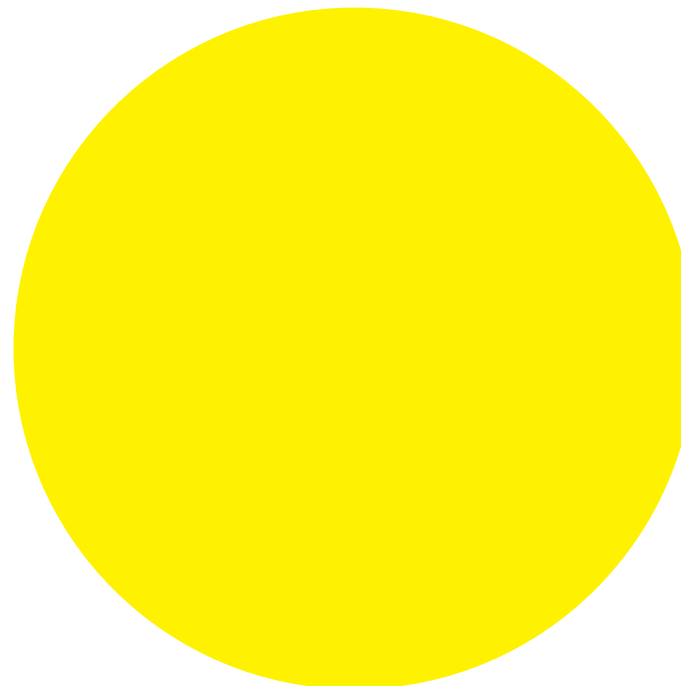


O ORÇAMENTO DO TJMA É
MAIS DE 3 VEZES MAIOR
DO QUE O ORÇAMENTO
DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR
ESTADUAIS (IESs) DO
MARANHÃO

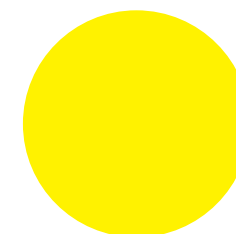
Instituto Estadual de Educação, Ciência
e Tecnologia do Maranhão
R\$ 219.531.507

Universidade Estadual da Região
Tocantina do Maranhão
R\$ 66.869.834

Universidade Estadual do Maranhão
R\$ 374.897.869



TJMA
R\$ 2 bi



IESs somadas
R\$ 661 mi



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | MARANHÃO

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 50% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS -
SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 24,1 bi

R\$ 12 bi ← **50%**

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DO MARANHÃO EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO MARANHÃO
DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA, **R\$ 643 MILHÕES** EM
CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O SISTEMA DE
JUSTIÇA MARANHENSE.

O TJ FICOU COM **R\$ 471 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 135 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 37 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJMA	R\$ 1,5 bi	R\$ 471 mi	R\$ 2 bi
MPMA	R\$ 497 mi	R\$ 135 mi	R\$ 633 mi
DPMA	R\$ 168 mi	R\$ 37 mi	R\$ 205 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DO
MARANHÃO EM
2022

EM 2022, **R\$ 216 MILHÕES** FORAM PARA
AS **FOLHAS DE PAGAMENTO** DO SISTEMA DE
JUSTIÇA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

O TJ FICOU COM **R\$ 72 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 140 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 4 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJMA	R\$ 962 mi	R\$ 72 mi	R\$ 1,0 bi
MPMA	R\$ 310 mi	R\$ 140 mi	R\$ 450 mi
DPMA	R\$ 118 mi	R\$ 4 mi	R\$ 122 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA O
SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | MA

AS FOLHAS DE
PAGAMENTO DO
SISTEMA DE JUSTIÇA
RECEBERAM MAIS
QUE O
DETERMINADO NA
LOA

EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO

NA EDUCAÇÃO
O VALOR GASTO FOI

-6%

QUE O PREVISTO NA LOA

	ORÇAMENTO PREVISTO NA LOA	VALOR EMPENHADO EM 2022	CRÉDITO ADICIONAL
FOLHAS DE PAGAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA	R\$ 1,4 bi	R\$ 1,6 bi	R\$ 216 mi
EDUCAÇÃO	R\$ 3,9 bi	R\$ 3,7 bi	R\$ 239 mi

DEIXOU DE
GASTAR



REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | MA

O REMANEJAMENTO
ORÇAMENTÁRIO
TAMBÉM
ACONTECEU EM
OUTRAS ÁREAS
IMPORTANTES

GESTÃO AMBIENTAL

O VALOR GASTO FOI

-32%

QUE O PREVISTO NA LOA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-39%

QUE O PREVISTO NA LOA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-40%

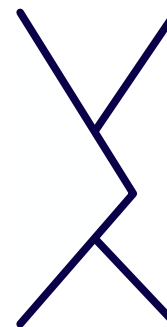
QUE O PREVISTO NA LOA

INDÚSTRIA

O VALOR GASTO FOI

-38%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

MINAS GERAIS

Conheça
os dados
de 2021



O ESTADO DE **MINAS GERAIS** ALTEROU A METODOLOGIA DE
SEUS DADOS ORÇAMENTÁRIOS ENTRE O ANO DE 2021 E 2022

Saiba mais
em notas
metodológicas





EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS FOI DE **R\$ 97,8 BILHÕES**

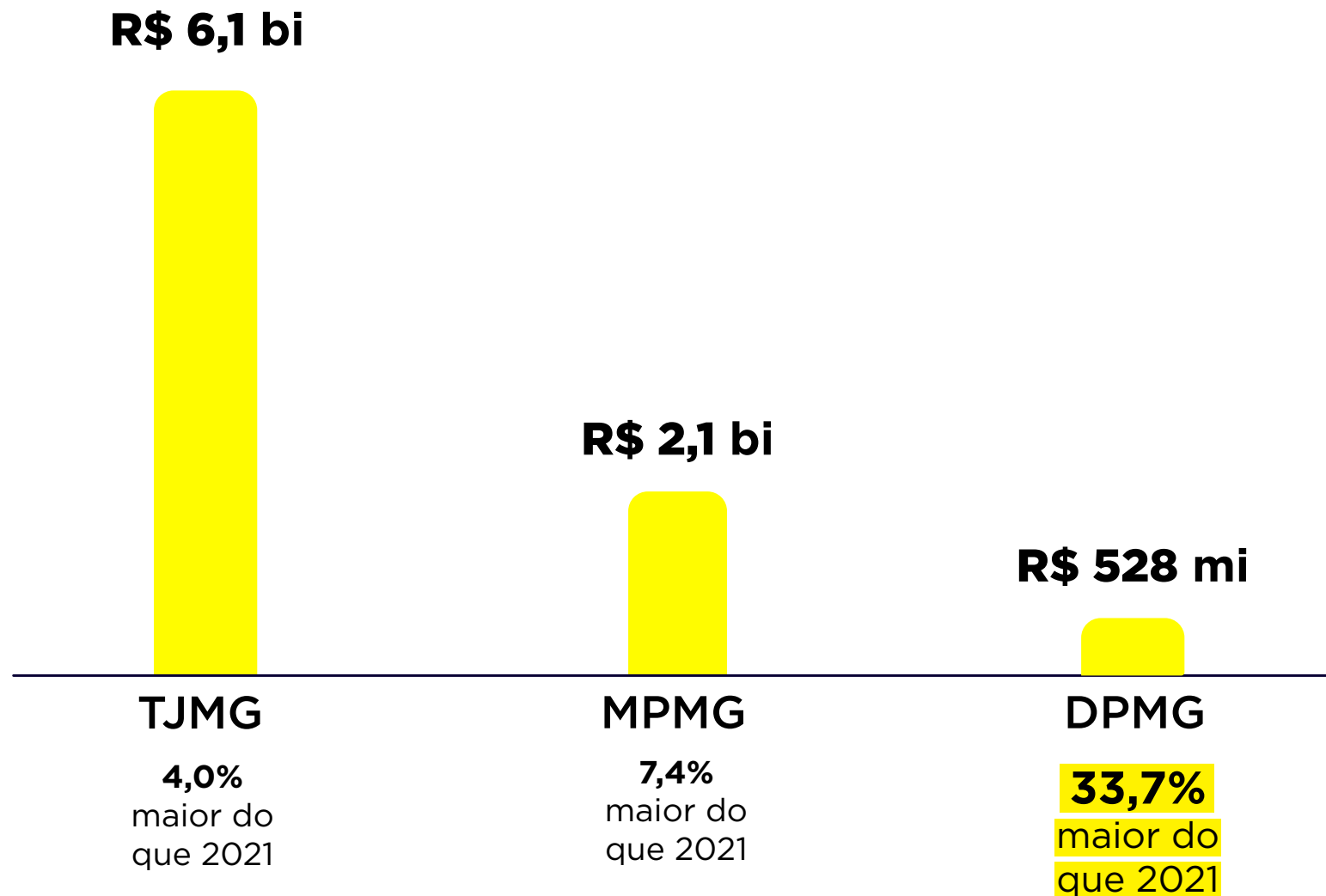
11,8% MENOR QUE O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA TIVERAM UM CRESCIMENTO MÉDIO DE **6,2%** NO MESMO PERÍODO

Saiba mais em notas metodológicas



ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022

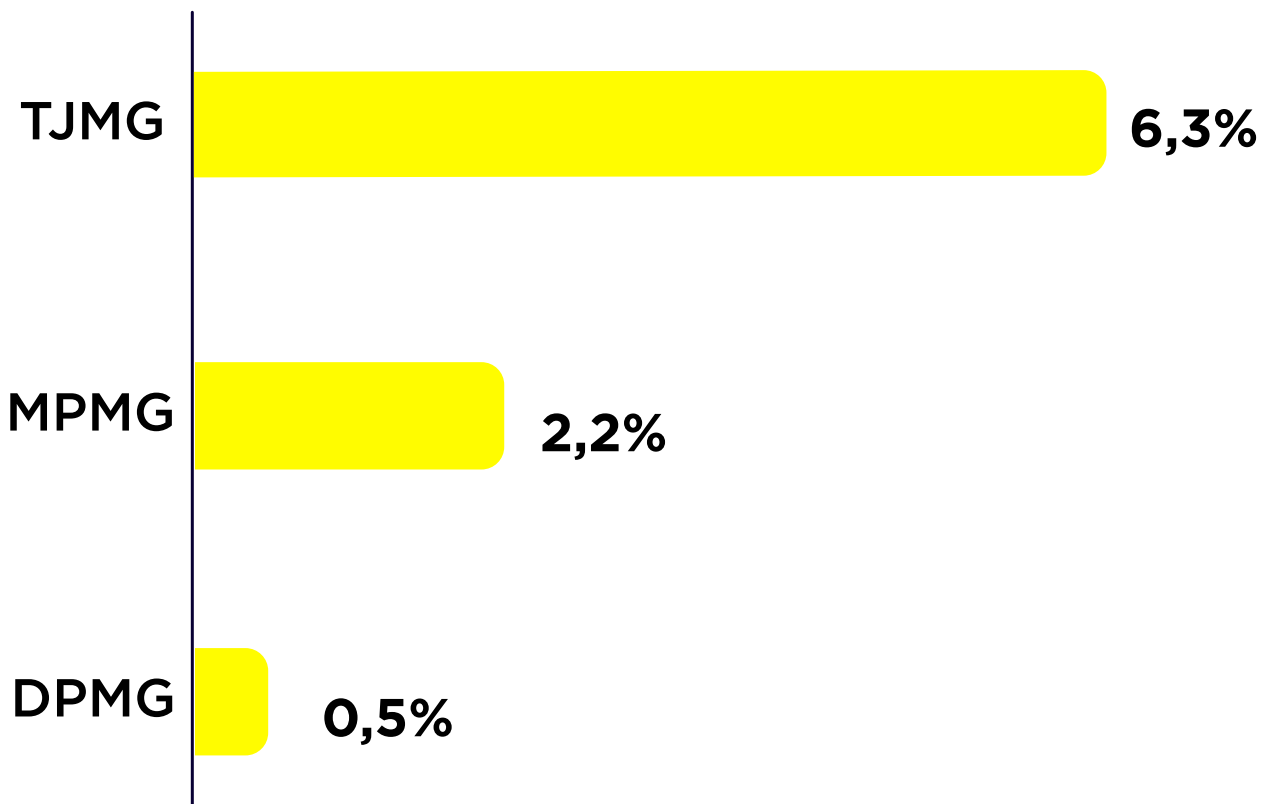


Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



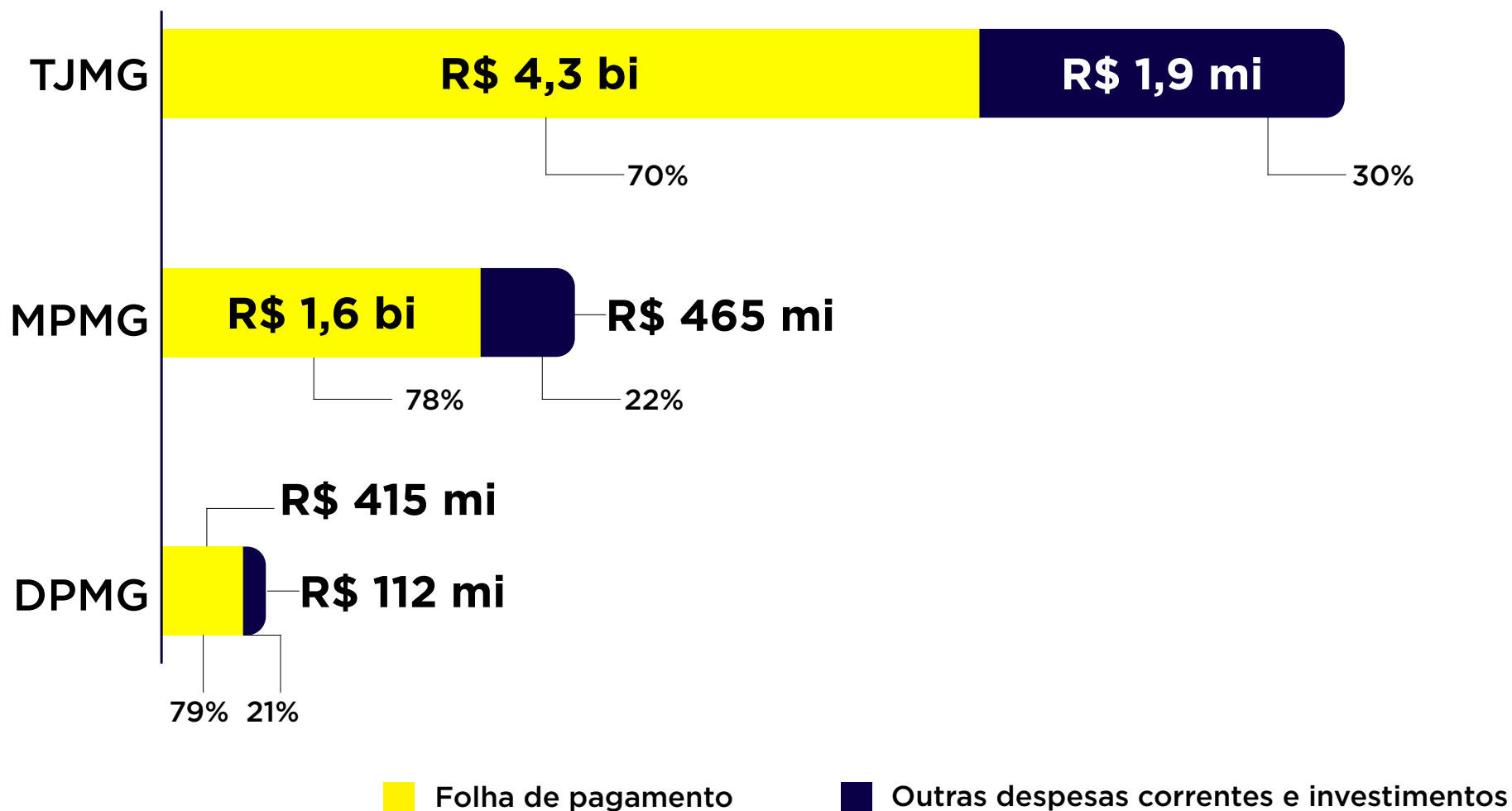
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA

O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
9% DO ORÇAMENTO
GERAL DO ESTADO





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM MINAS GERAIS



* Despesas com pessoal e encargos sociais

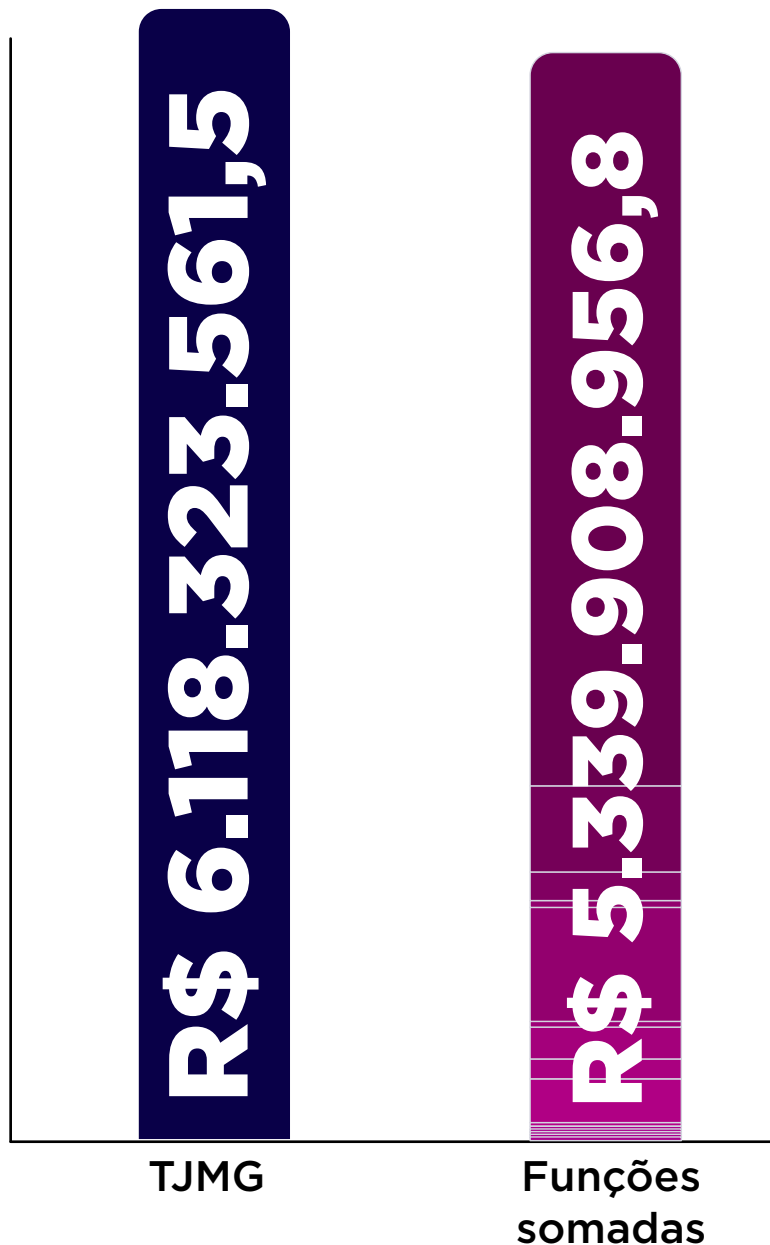
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO TJMG É SUPERIOR AOS ORÇAMENTOS SOMADOS DE 16 FUNÇÕES DE INEGÁVEL IMPORTÂNCIA NO ORÇAMENTO PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O JUSTA SELECIONOU 16 FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO ALCANÇAM OS VALORES RECEBIDO PELO TJMG



- Transporte | R\$2.033.014.560
- Agricultura | R\$ 659.163.881
- Ciência e Tecnologia | R\$ 512.471.291
- Saneamento | R\$ 443.436.479
- Urbanismo | R\$ 440.844.209
- Indústria | R\$ 413.052.615
- Assistência Social | R\$ 219.936.719
- Gestão Ambiental | R\$ 219.764.483
- Comércio e Serviços | R\$ 159.223.920
- Cultura | R\$ 121.098.552
- Energia | R\$ 36.002.578
- Desporto e Lazer | R\$ 34.881.245
- Habitação | R\$ 23.053.542
- Trabalho | R\$ 18.515.169
- Organização Agrária | R\$ 5.275.949
- Relações Exteriores | R\$ 173.762

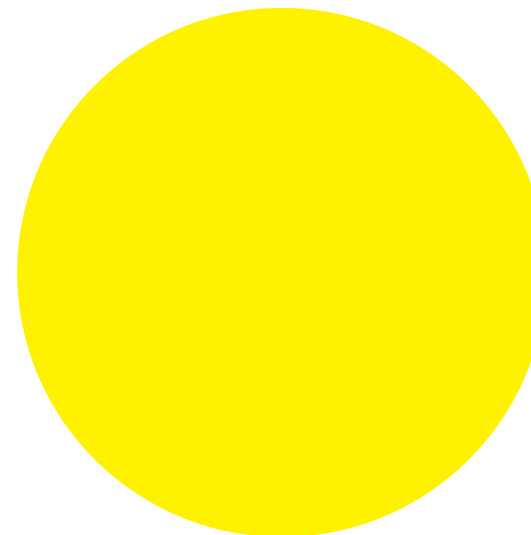


O ORÇAMENTO DO
TJMG É **MAIS DE 7**
VEZES MAIOR DO QUE
O ORÇAMENTO DE 3
INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR (IES)

Universidade do Estado de Minas Gerais
R\$ 421.090.081

Universidade Estadual de Montes Claros
R\$ 368.883.363

Fundacao Joao Pinheiro
R\$ 54.478.186



TJMG
R\$ 6,1 bi



3 IESs
R\$ 844 mi



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | MG

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 30% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS -
SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 137,4 bi

R\$ 41,2 bi ← **30%**



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DE
MINAS GERAIS EM
2022

EM 2022, O GOVERNO DE MINAS GERAIS
DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA, **R\$ 37 MILHÕES** EM CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA A **FOLHA DE PAGAMENTO** DO
SISTEMA DE JUSTIÇA.

O TJ FICOU COM **R\$ 23 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 25 MILHÕES** E A DEFENSORIA
DEIXOU DE GASTAR R\$ 11 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJMG	R\$ 4,2 bi	R\$ 23 mi	R\$ 4,3 bi
MPMG	R\$ 1,6 bi	R\$ 25 mi	R\$ 1,6 bi
DPMG	R\$ 426 mi	R\$ -11 mi Deixou de gastar	R\$ 415 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PARA A
FOLHA DE PAGAMENTO
DO SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | MG

O REMANEJAMENTO
ORÇAMENTÁRIO
TAMBÉM
ACONTECEU EM
OUTRAS ÁREAS
IMPORTANTES

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-73,4%

QUE O PREVISTO NA LOA

GESTÃO AMBIENTAL

O VALOR GASTO FOI

-45,1%

QUE O PREVISTO NA LOA

RELAÇÕES EXTERIORES

O VALOR GASTO FOI

-59,5%

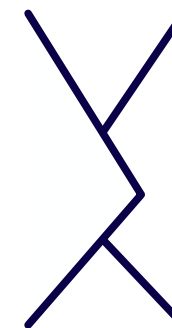
QUE O PREVISTO NA LOA

DESPORTO E LAZER

O VALOR GASTO FOI

-27,3%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

PARÁ

Conheça os
dados de
2021





O Ministério Público do Pará **não disponibilizou todos os dados sobre suas despesas.**

As análises de 2022 são compostas pelos dados do **Tribunal de Justiça** e da **Defensoria Pública** paraenses.



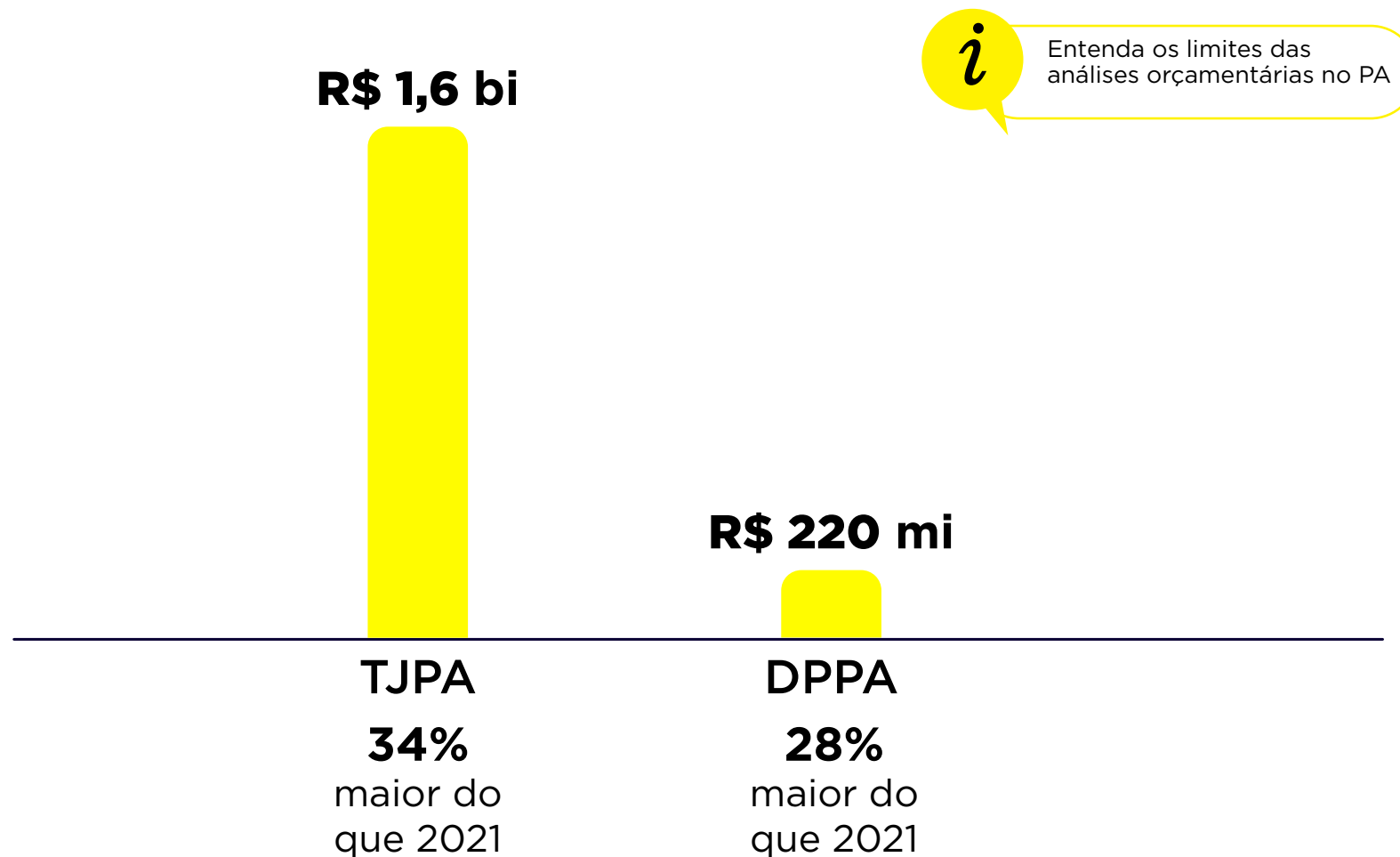


EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS FOI DE **R\$ 35,9 BILHÕES**

NO ESTADO DO PARÁ, FORAM ANALISADOS OS DADOS ORÇAMENTÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA DEFENSORIA PÚBLICA.

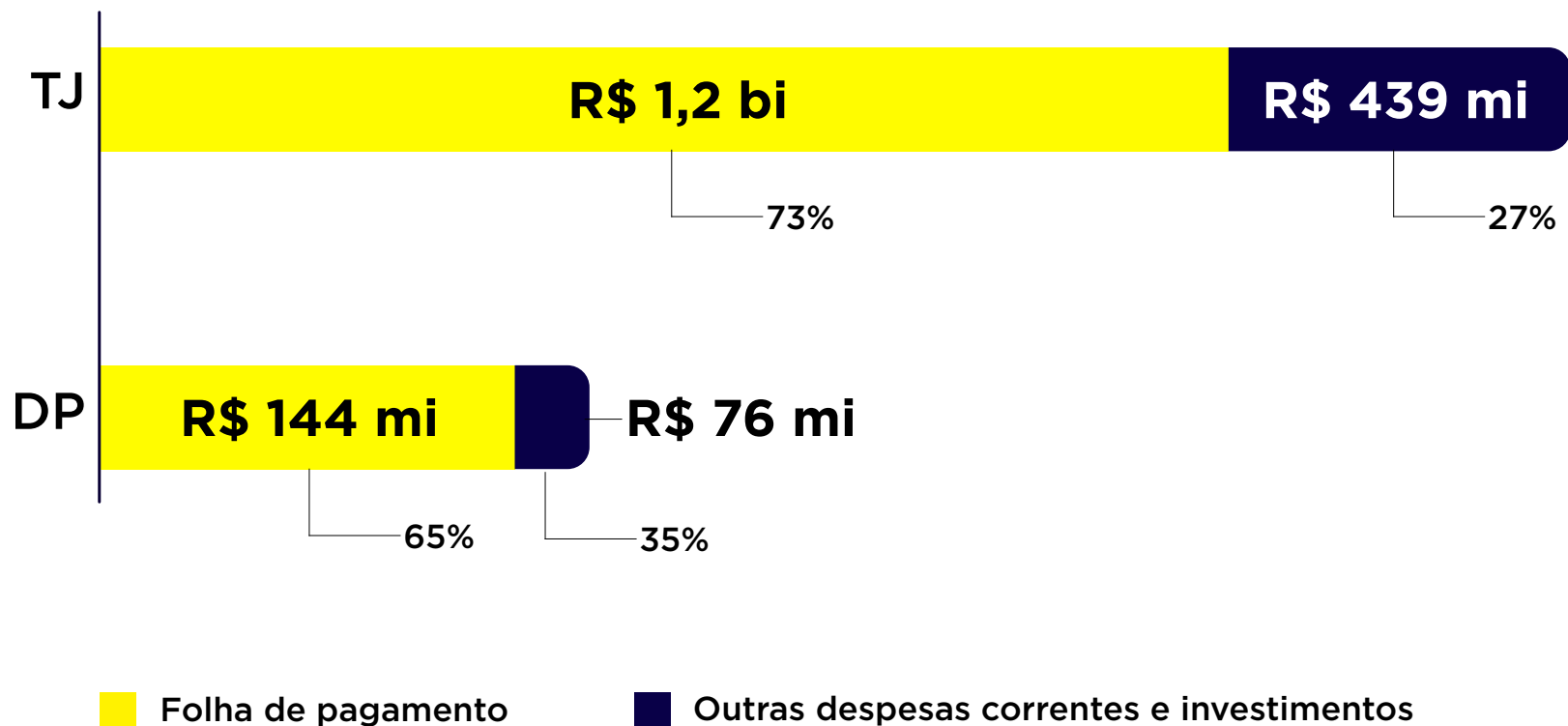
O TJ REPRESENTA 5% DO ORÇAMENTO DO ESTADO. A DP DO PARÁ REPRESENTA 0,6%.

ORÇAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA DEFENSORIA PÚBLICA EM 2022





FOLHAS DE PAGAMENTO* DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA DEFENSORIA PÚBLICA



* Despesas com pessoal e encargos sociais



O ORÇAMENTO DO TJ DO PARÁ É SUPERIOR AOS ORÇAMENTOS SOMADOS DE 11 FUNÇÕES DE INEGÁVEL IMPORTÂNCIA NO ORÇAMENTO PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

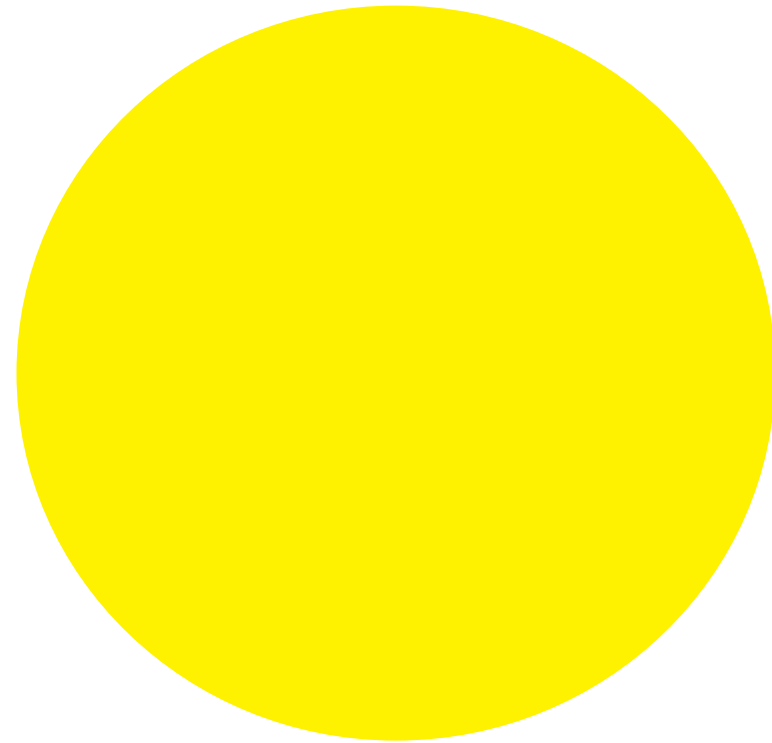
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O JUSTA SELECIONOU 11 FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO ALCANÇAM OS VALORES RECEBIDO PELO TJ PA



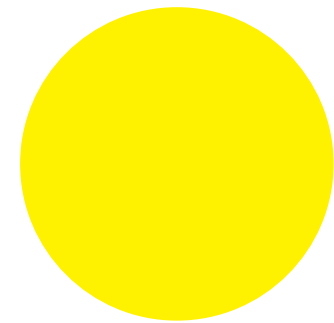
- Agricultura | R\$ 433.407.267
- Cultura | R\$ 358.672.242
- Gestão Ambiental | R\$ 163.505.587
- Desporto e Lazer | R\$ 160.442.485
- Ciência e Tecnologia | R\$ 56.781.623
- Comunicações | 94.189.937
- Habitação | R\$ 86.066.964
- Trabalho | R\$ 61.041.134
- Indústria | R\$ 49.871.592
- Organização Agrária | R\$ 35.108.223
- Energia | R\$ 104.110



O ORÇAMENTO DO
TJPA É **QUATRO VEZES**
MAIOR QUE O
ORÇAMENTO DA
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ



TJPA
R\$ 1,6 bi



UEPA
R\$ 406 mi



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | PARÁ

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 50% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS -
SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 31,3 bi

R\$ 15,7 bi ← **50%**

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Portal da Transparência do Pará e Portal da Transparência do Tribunal de Justiça.



NO PARÁ, AS
**INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA** (JUDICIÁRIO,
MINISTÉRIO PÚBLICO E
DEFENSORIA PÚBLICA)
**POSSUEM AUTONOMIA
PARA ABRIR OS
PRÓPRIOS CRÉDITOS
ADICIONAIS** SEGUNDO
ART. 6º, V, §2º DA LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2022

§ 2º Os créditos suplementares, previstos neste artigo, das dotações orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais Órgãos Constitucionais Independentes, **serão autorizados por ato próprio dos seus titulares.**





**CRÉDITOS
ADICIONAIS NO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA E NA
DEFENSORIA
PÚBLICA DO
PARÁ EM 2022**

EM 2022, HOUE REMANEJAMENTO,
SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,
DE **R\$ 230 MILHÕES** EM CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E
A DEFENSORIA PÚBLICA.

O TJ FICOU COM **R\$ 213 MILHÕES** E A
DEFENSORIA PÚBLICA COM **R\$ 17 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJ	R\$ 1,4 bi	R\$ 213 mi	R\$ 1,6 bi
DP	R\$ 203 mi	R\$ 17 mi	R\$ 220 mi



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS FOLHAS DE PAGAMENTO DO TJ E DA DP DO PARÁ EM 2022

EM 2022, **R\$ 202 MILHÕES** FORAM PARA AS FOLHAS DE PAGAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA DEFENSORIA PÚBLICA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

O TJ FICOU COM **R\$ 199 MILHÕES** E A DEFENSORIA PÚBLICA COM **R\$ 3 MILHÕES.**



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJ	R\$ 999 mi	R\$ 199 mi	R\$ 1,2 bi
DP	R\$ 141 mi	R\$ 3 mi	R\$ 144 mi



**OS EXTRAS
RECEBIDOS PELO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
E A DEFENSORIA
PÚBLICA EM CRÉDITOS
ADICIONAIS É MAIOR
DO QUE O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES
FUNÇÕES DE
GOVERNO**





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | PA

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ RECEBERAM MAIS QUE O DETERMINADO NA LOA

EM OUTRAS ÁREAS ACONTECEU O CONTRÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-33%

QUE O PREVISTO NA LOA

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-38%

QUE O PREVISTO NA LOA

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

O VALOR GASTO FOI

-20%

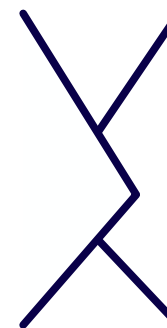
QUE O PREVISTO NA LOA

ENERGIA

O VALOR GASTO FOI

-83%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

PARANÁ

Conheça os
dados de
2021



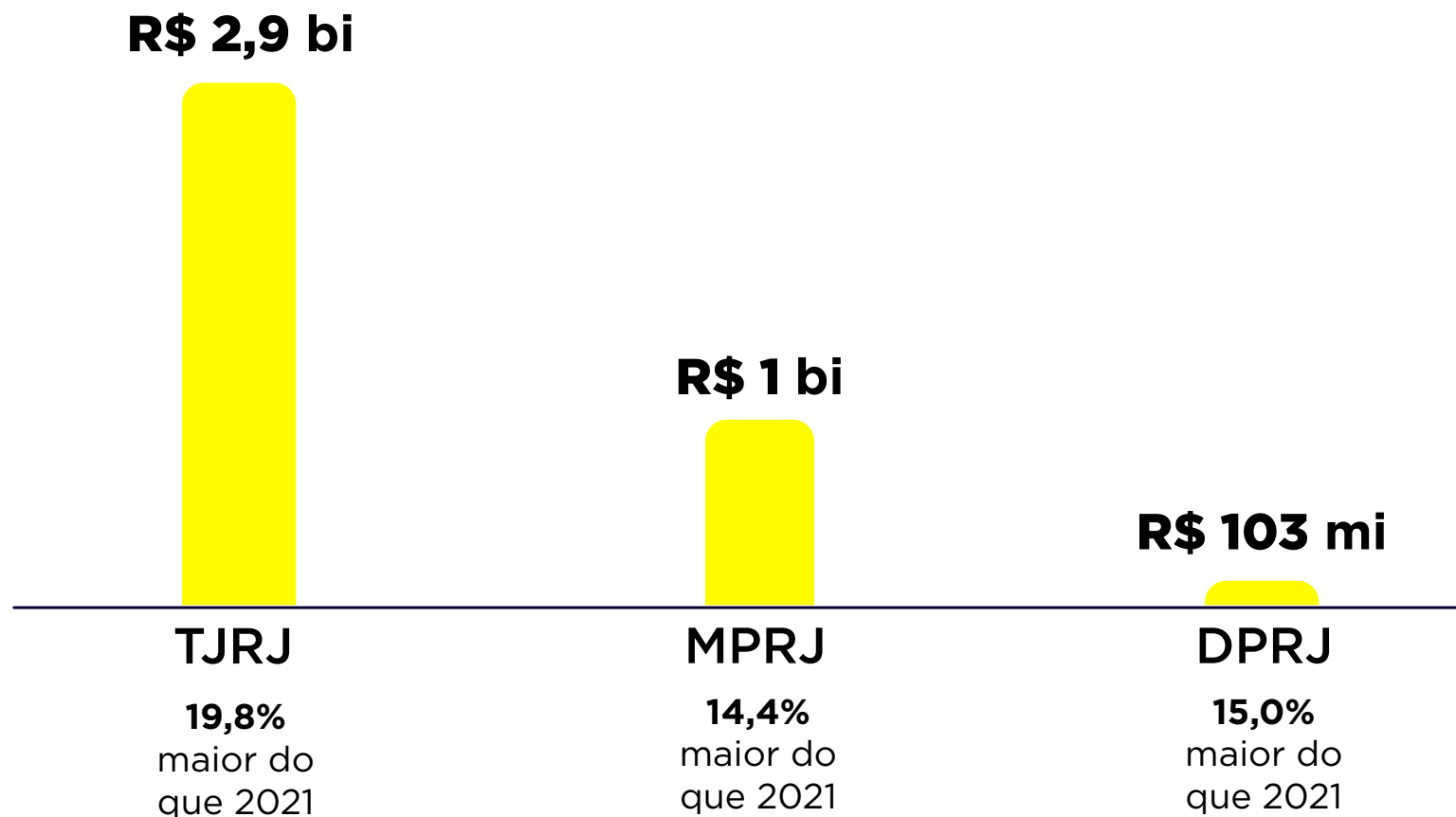


EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ FOI DE **R\$ 53,7 BILHÕES**

10,9% MAIOR QUE O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA TIVERAM UM CRESCIMENTO MÉDIO DE **18,2%** NO MESMO PERÍODO

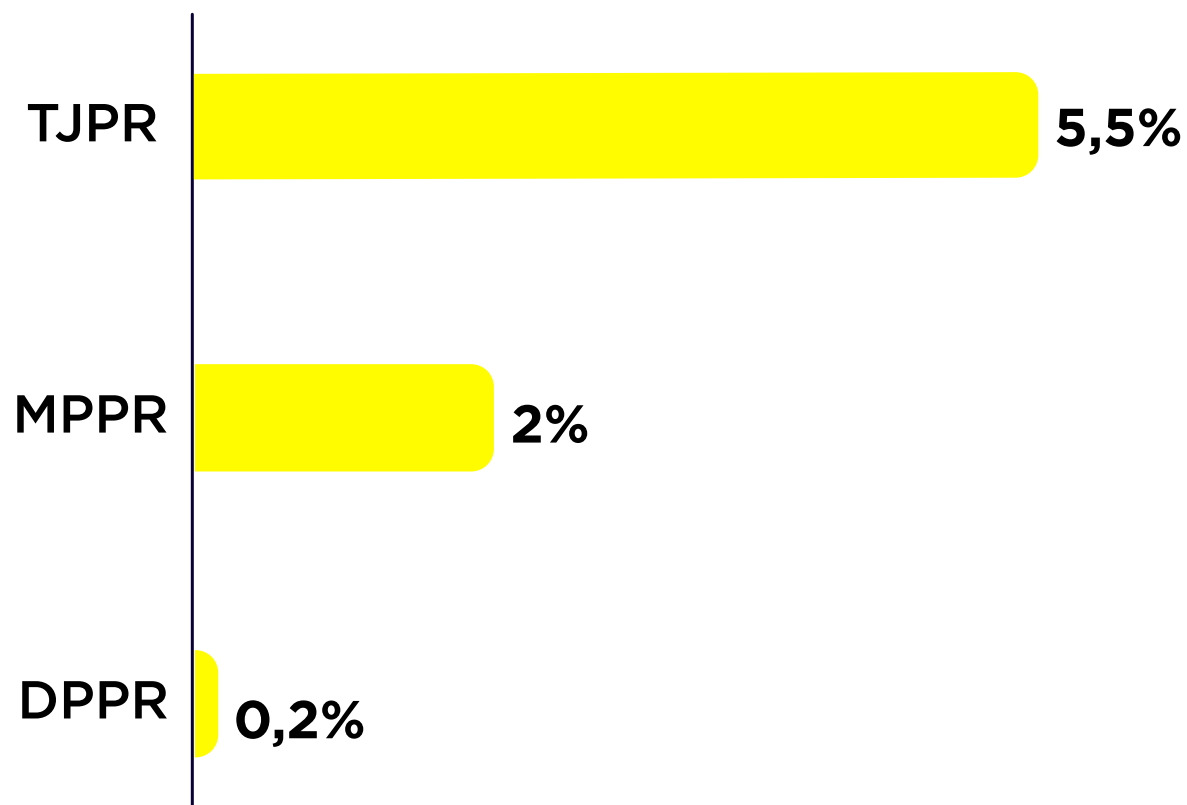
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





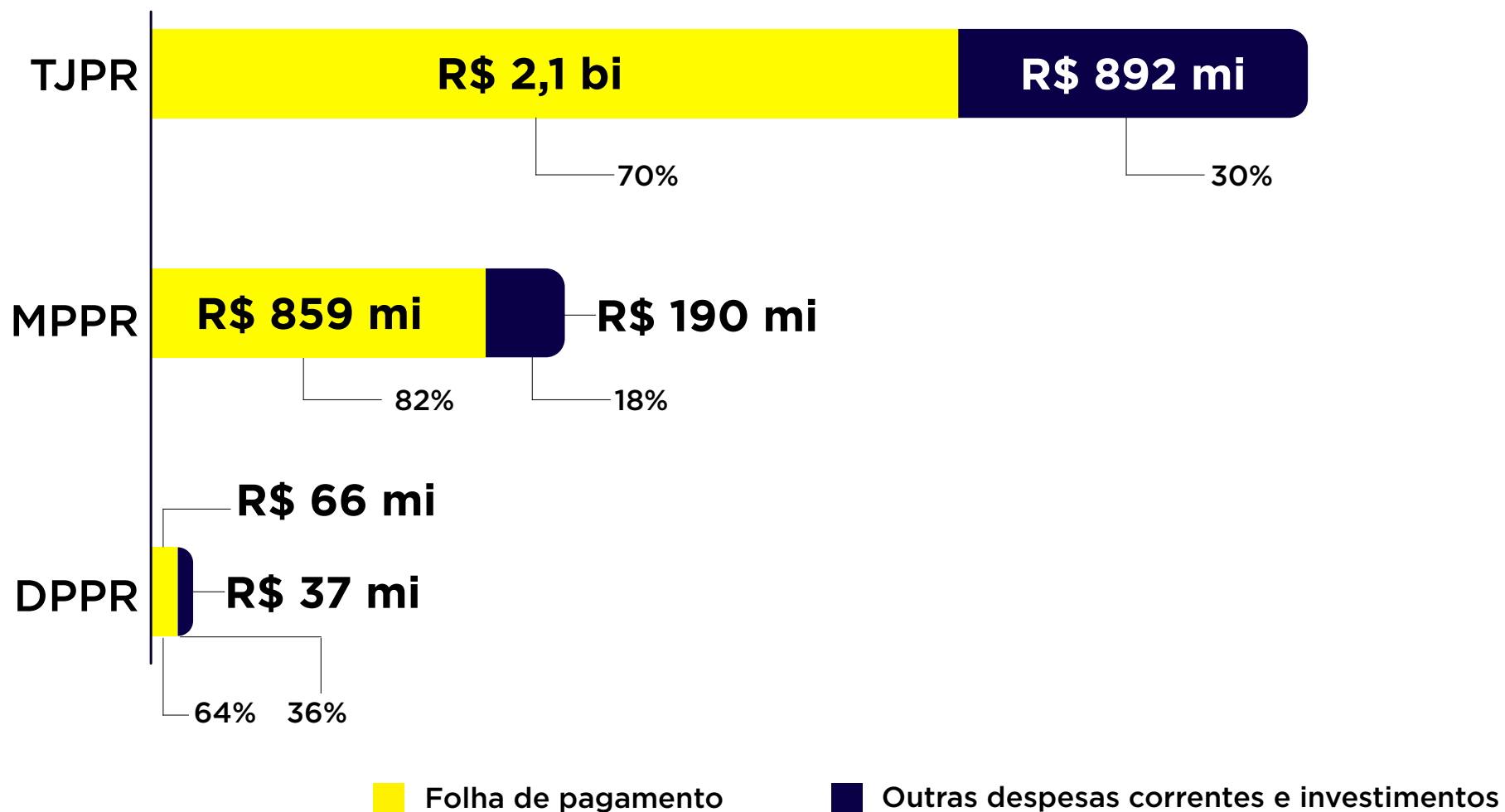
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
7,6% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJPR É SUPERIOR AOS
ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 11
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

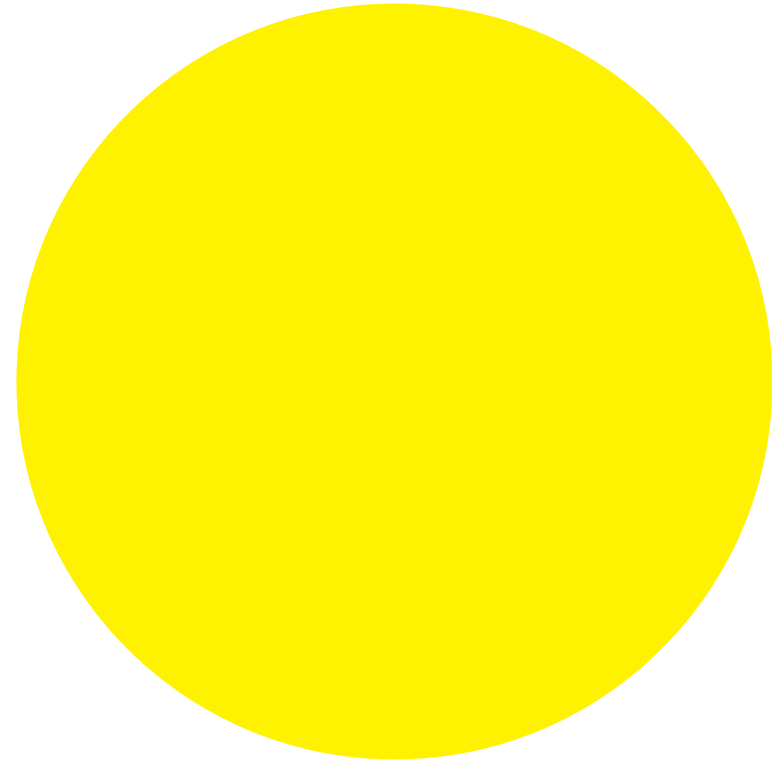
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 11
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJPR



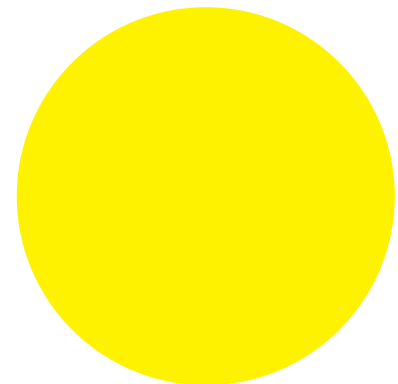
- Urbanismo | R\$ 1.416.591.764
- Assistência Social | R\$ 331.677.606
- Ciência e Tecnologia | R\$ 254.804.901
- Habitação | R\$ 242.643.729
- Cultura | R\$ 108.780.866
- Comunicações | R\$ 89.104.308
- Desporto e lazer | R\$ 64.331.779
- Direitos da Cidadania | R\$ 46.153.883
- Comércio e Serviços | R\$ 23.795.346
- Indústria | R\$ 9.257.267
- Trabalho | R\$ 7.999.612



O ORÇAMENTO DA
FOLHA DE PAGAMENTOS
DO TJPR **É QUASE O**
DOBRO DA FOLHA DE
PAGAMENTOS DA SAÚDE
PÚBLICA DO ESTADO



**FOLHA DE PAGAMENTO
TJPA
R\$ 2,1 bi**



**SAÚDE
R\$ 1,1 bi**



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | PARANÁ

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE **ATÉ 5%** DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 54,6 bi

R\$ 8,2 bi

15%

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DO PARANÁ EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO PARANÁ DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, **R\$ 93 MILHÕES** EM CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O **SISTEMA DE JUSTIÇA**.

O TJ FICOU COM **R\$ 168 MILHÕES**, O MP TEVE UM **CORTE DE R\$ 68 MILHÕES** E A DEFENSORIA TEVE UM **CORTE DE R\$ 7 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJPR	R\$ 2,8 bi	R\$ 168 mi	R\$ 2,9 bi
MPPR	R\$ 1,1 bi	R\$ -68 mi Deixou de gastar	R\$ 1,0 bi
DPPR	R\$ 111 mi	R\$ -7 mi Deixou de gastar	R\$ 103 mi



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS FOLHAS DE PAGAMENTO EM 2022

EM 2022, **R\$ 36 MILHÕES** FORAM PARA A **FOLHA DE PAGAMENTO** DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

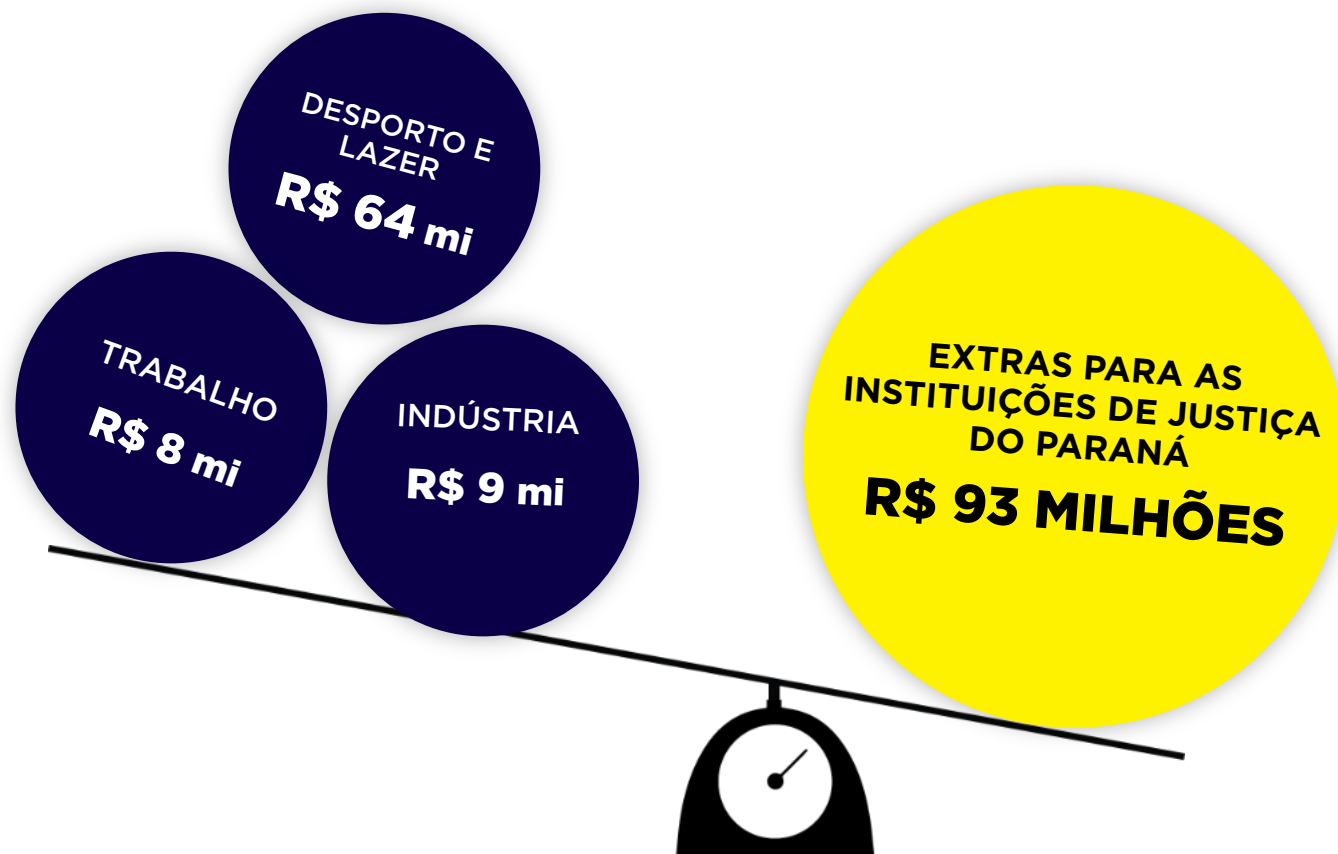
O TJ FICOU COM **R\$ 89 MILHÕES**, O MP TEVE UM **CORTE DE R\$ 50 MILHÕES** E A DEFENSORIA TEVE UM **CORTE DE R\$ 3 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJPR	R\$ 2,0 bi	R\$ 89 mi	R\$ 2,1 bi
MPPR	R\$ 908 bi	R\$ -50 mi Deixou de gastar	R\$ 859 bi
DPPR	R\$ 69 mi	R\$ -3 mi Deixou de gastar	R\$ 66 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA A
FOLHA DE PAGAMENTO
DO SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | PR

O REMANEJAMENTO
ORÇAMENTÁRIO
TAMBÉM
ACONTECEU EM
OUTRAS ÁREAS
IMPORTANTES

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-24%

QUE O PREVISTO NA LOA

INDÚSTRIA

O VALOR GASTO FOI

-40%

QUE O PREVISTO NA LOA

COMÉRCIO E SERVIÇOS

O VALOR GASTO FOI

-12%

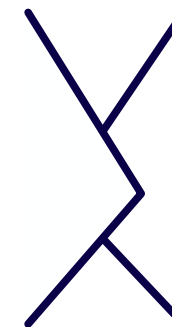
QUE O PREVISTO NA LOA

ADMINISTRAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-30%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

RIO DE JANEIRO

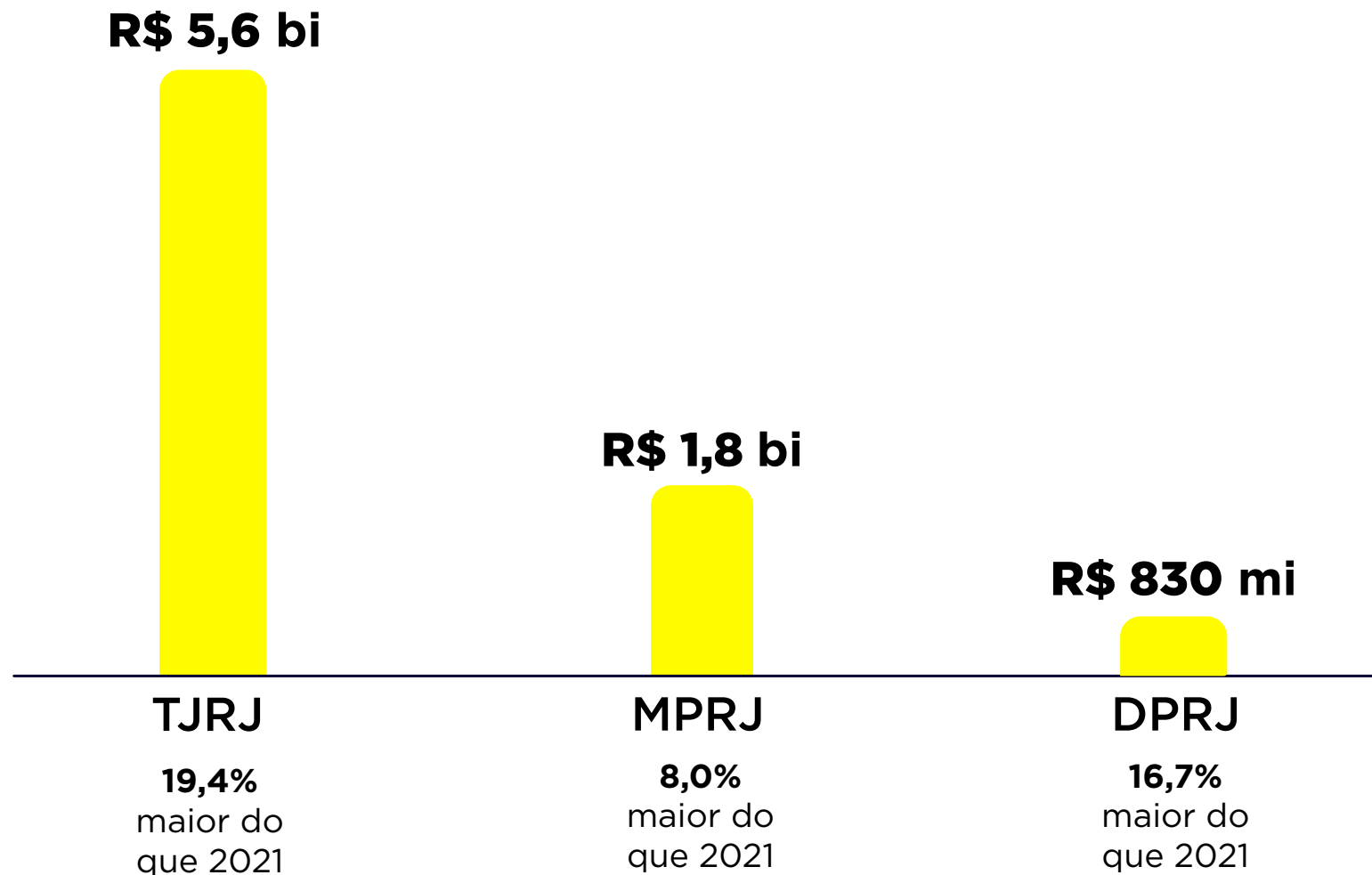


EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO FOI DE **R\$ 87,4 BILHÕES**

22,1% MAIOR QUE O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA TIVERAM UM CRESCIMENTO MÉDIO DE **16,4%** NO MESMO PERÍODO

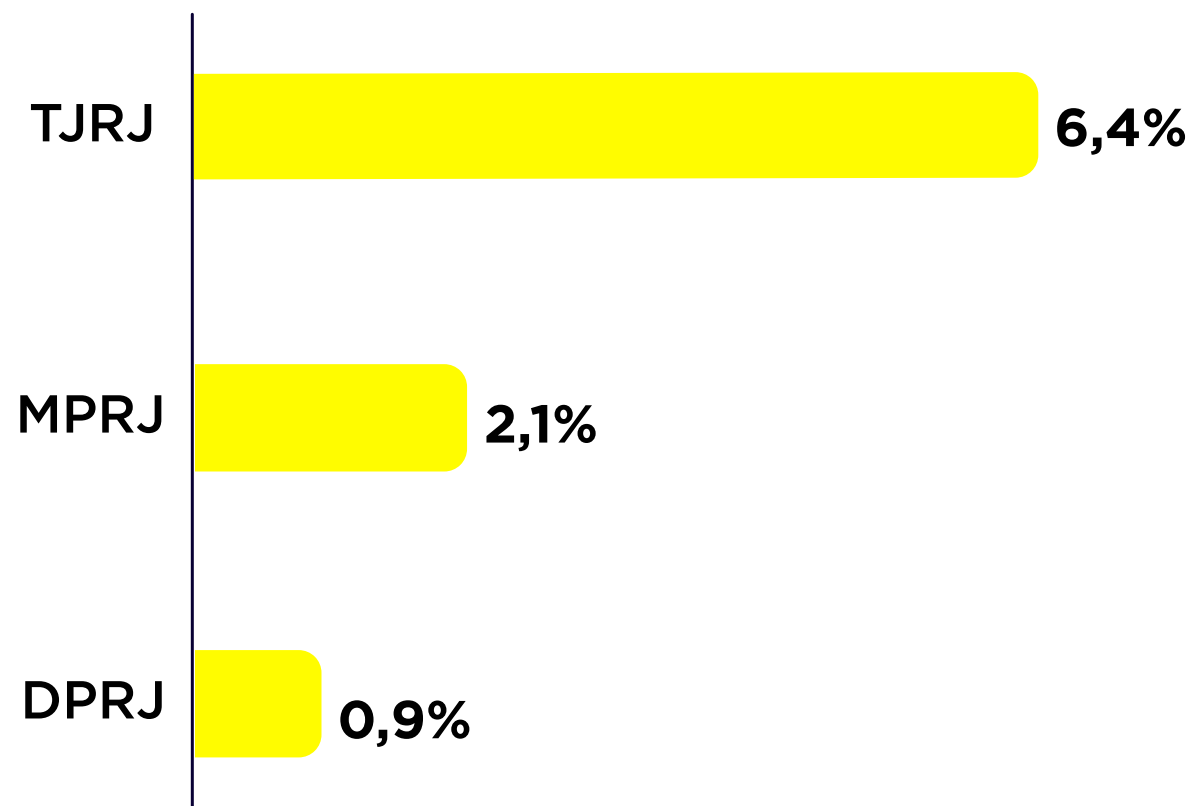
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





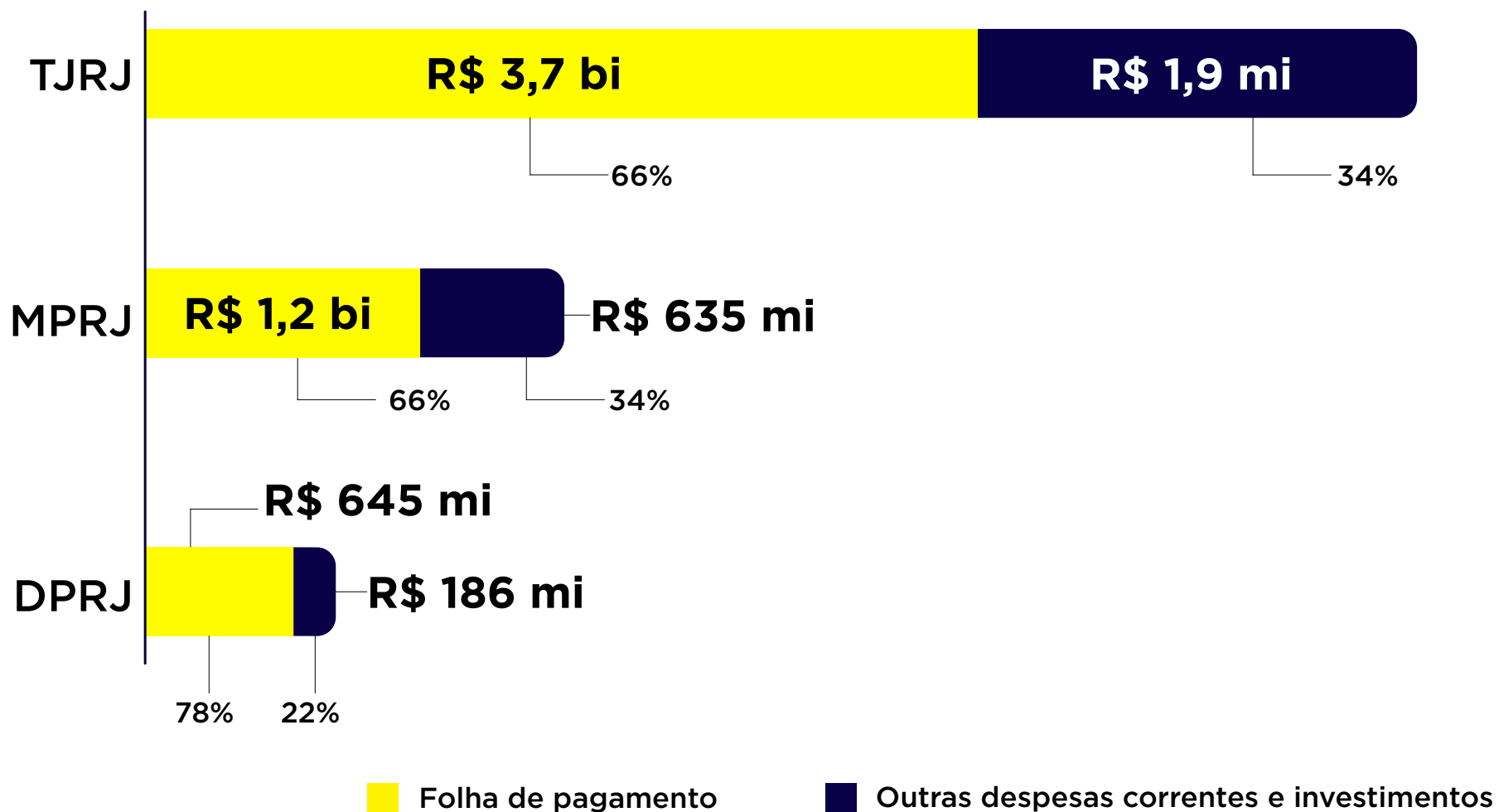
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
9,4% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO TJRJ É SUPERIOR AOS ORÇAMENTOS SOMADOS DE 12 FUNÇÕES DE INEGÁVEL IMPORTÂNCIA NO ORÇAMENTO PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O TJRJ SELECIONOU 12 FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO ALCANÇAM OS VALORES RECEBIDO PELO TJRJ



- Urbanismo | R\$ 1.294.597.056
- Assistência Social | R\$ 854.142.787
- Habitação | R\$ 647.524.389
- Gestão Ambiental | R\$ 609.209.165
- Agricultura | R\$ 587.357.554
- Ciência e Tecnologia | R\$ 551.166.430
- Indústria | R\$ 403.059.542
- Cultura | R\$ 176.784.052
- Saneamento | R\$ 129.534.821
- Organização Agrária | R\$ 99.886.259
- Desporto e Lazer | R\$ 54.875.675
- Energia | R\$ 49.813

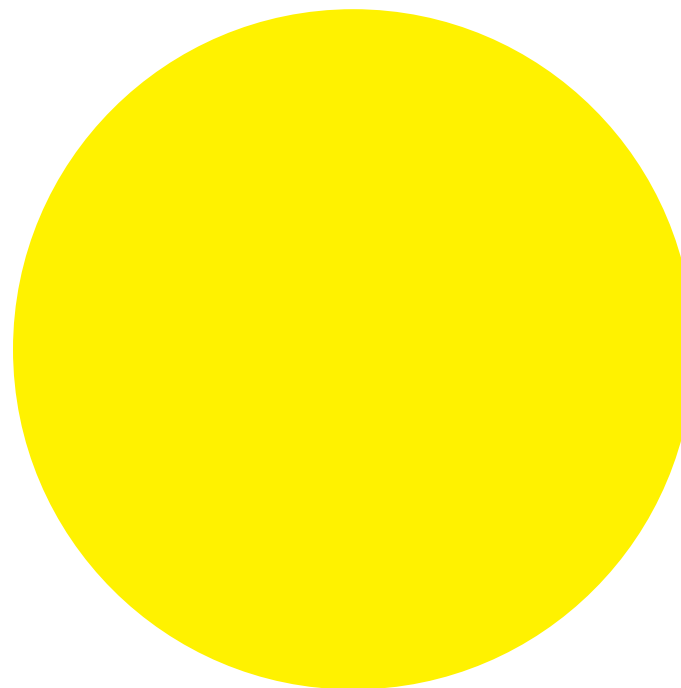


O ORÇAMENTO DO
TJRJ É **MAIS DE**
3 VEZES MAIOR DO
QUE O ORÇAMENTO DE
3 INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR (IES)

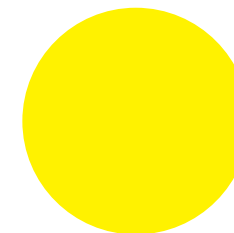
Fundação Universidade do Estado do Rio
de Janeiro
R\$ 1.470.389.637

Fundação Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro
R\$ 205.472.503

Fundação Centro Universitário Estadual da
Zona Oeste
R\$ 4.312.964



TJRJ
R\$ 5,6 bi



3 IESs
R\$ 1,7 bi



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | RIO DE JANEIRO

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 20% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS -
SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 92,9 bi

R\$ 18,6 bi ← **20%**



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO RIO DE JANEIRO DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, **R\$ 145 MILHÕES** EM CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O **SISTEMA DE JUSTIÇA**.

O TJ FICOU COM **R\$ 249 MILHÕES**, O MP TEVE UM **CORTE DE R\$ 75 MILHÕES** E A DEFENSORIA TEVE UM **CORTE DE R\$ 28 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJRJ	R\$ 5,3 bi	R\$ 249 mi	R\$ 5,6 bi
MPRJ	R\$ 1,9 mi	R\$ -75 mi Deixou de gastar	R\$ 1,8 bi
DPRJ	R\$ 858 mi	R\$ -28 mi Deixou de gastar	R\$ 830 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DO RIO DE
JANEIRO EM 2022

EM 2022, **R\$ 505 MILHÕES** FORAM PARA AS
FOLHAS DE PAGAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA
EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

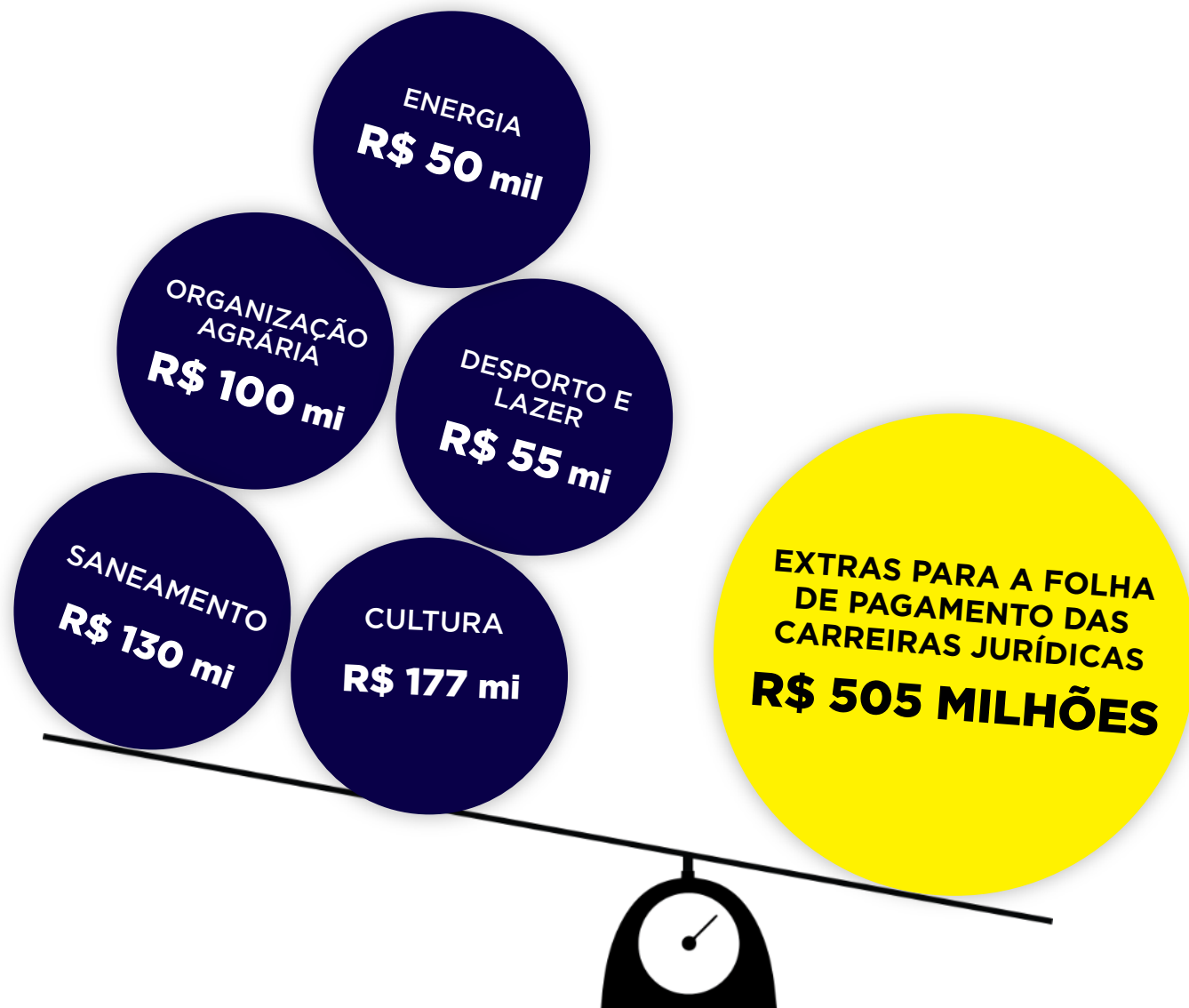
O TJ FICOU COM **R\$ 394 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 104 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 7 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJRJ	R\$ 3,3 bi	R\$ 394 mi	R\$ 3,7 bi
MPRJ	R\$ 1,1 bi	R\$ 104 mi	R\$ 1,2 bi
DPRJ	R\$ 637 mi	R\$ 7 mi	R\$ 645 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA A
FOLHA DE PAGAMENTO
DO SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | RJ

O REMANEJAMENTO
ORÇAMENTÁRIO
TAMBÉM
ACONTECEU EM
OUTRAS ÁREAS
IMPORTANTES

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O VALOR GASTO FOI

-38,5%

QUE O PREVISTO NA LOA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-76,5%

QUE O PREVISTO NA LOA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-0,6%

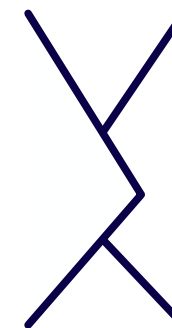
QUE O PREVISTO NA LOA

DESPORTO E LAZER

O VALOR GASTO FOI

-44,8%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

RONDÔNIA

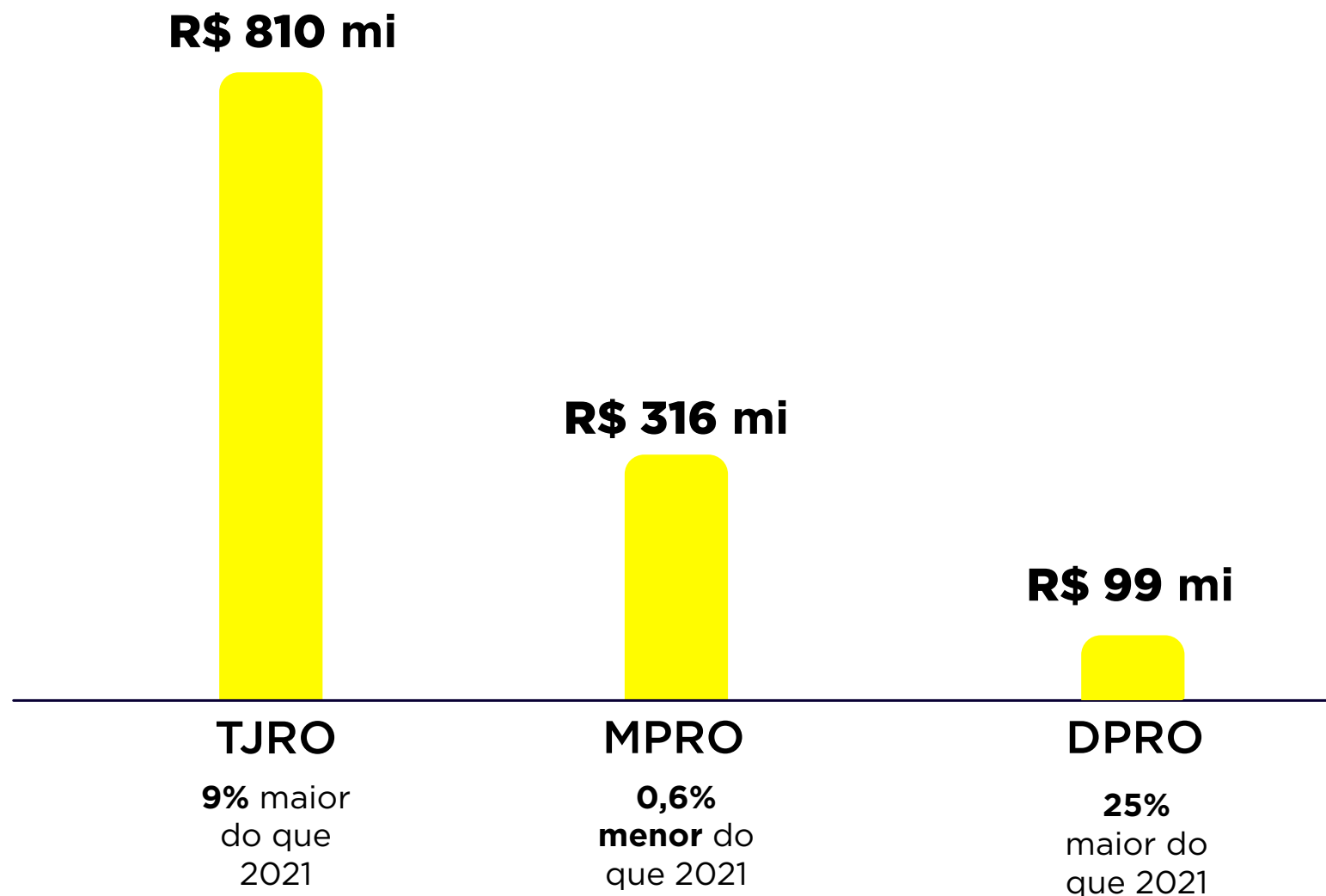


EM 2022, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DE RONDÔNIA
FOI DE **R\$ 11,5
BILHÕES**

19,8% MAIOR QUE O DE
2021

AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
7,5% NO MESMO
PERÍODO

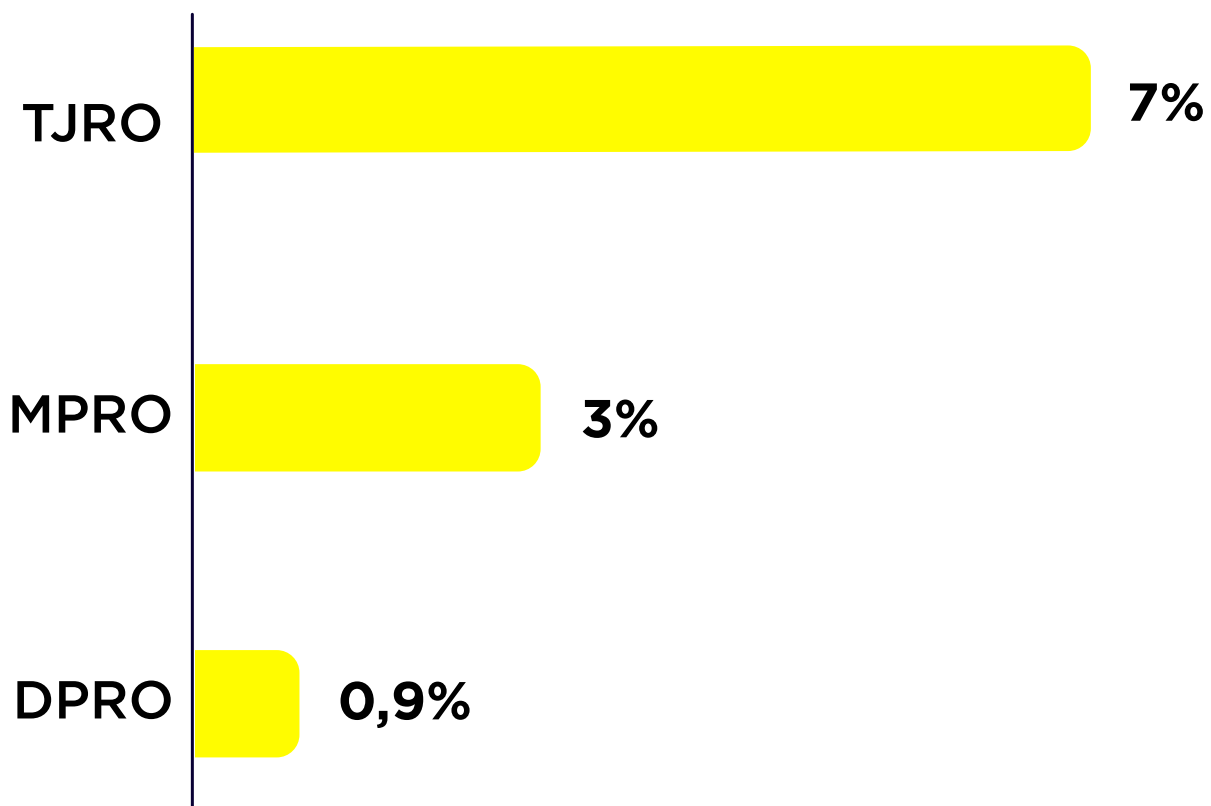
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





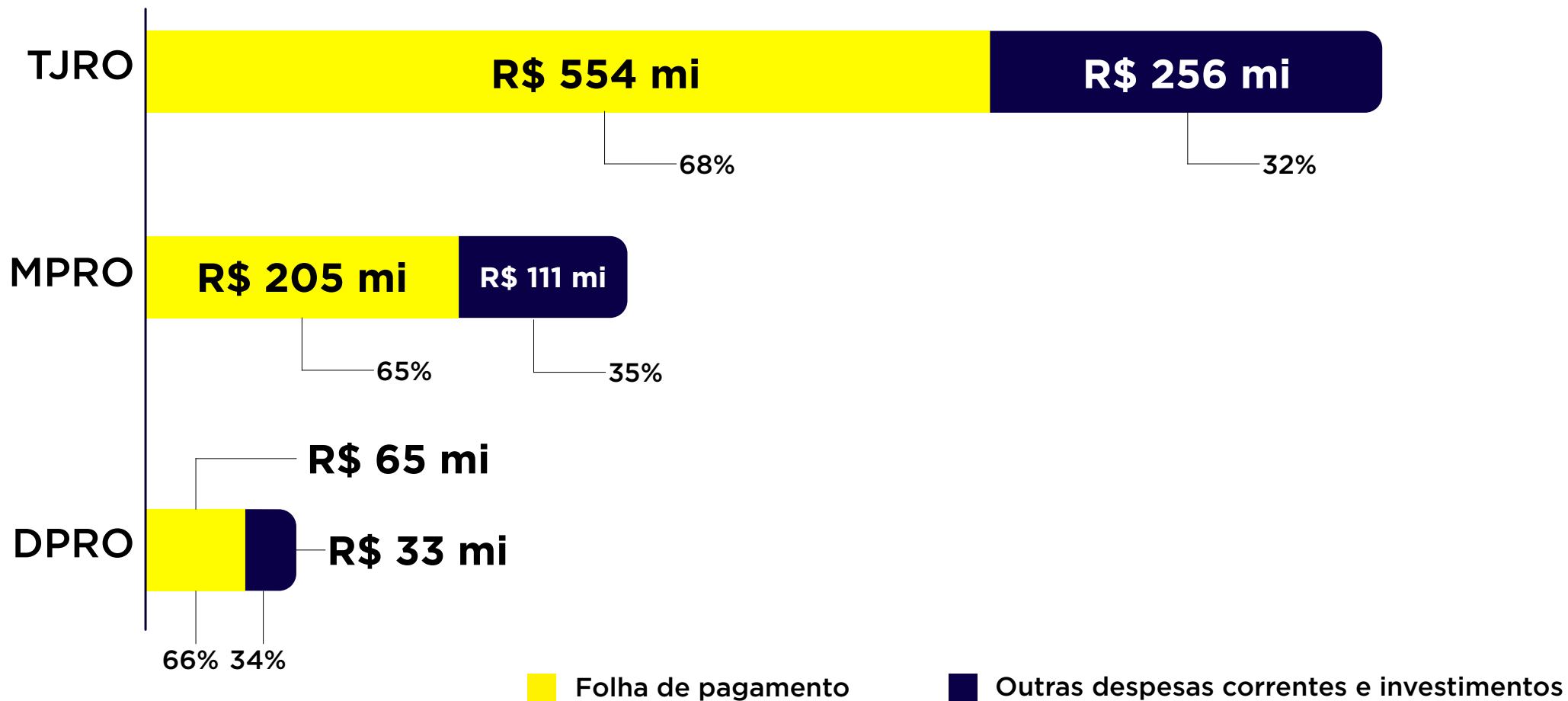
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
10,6% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



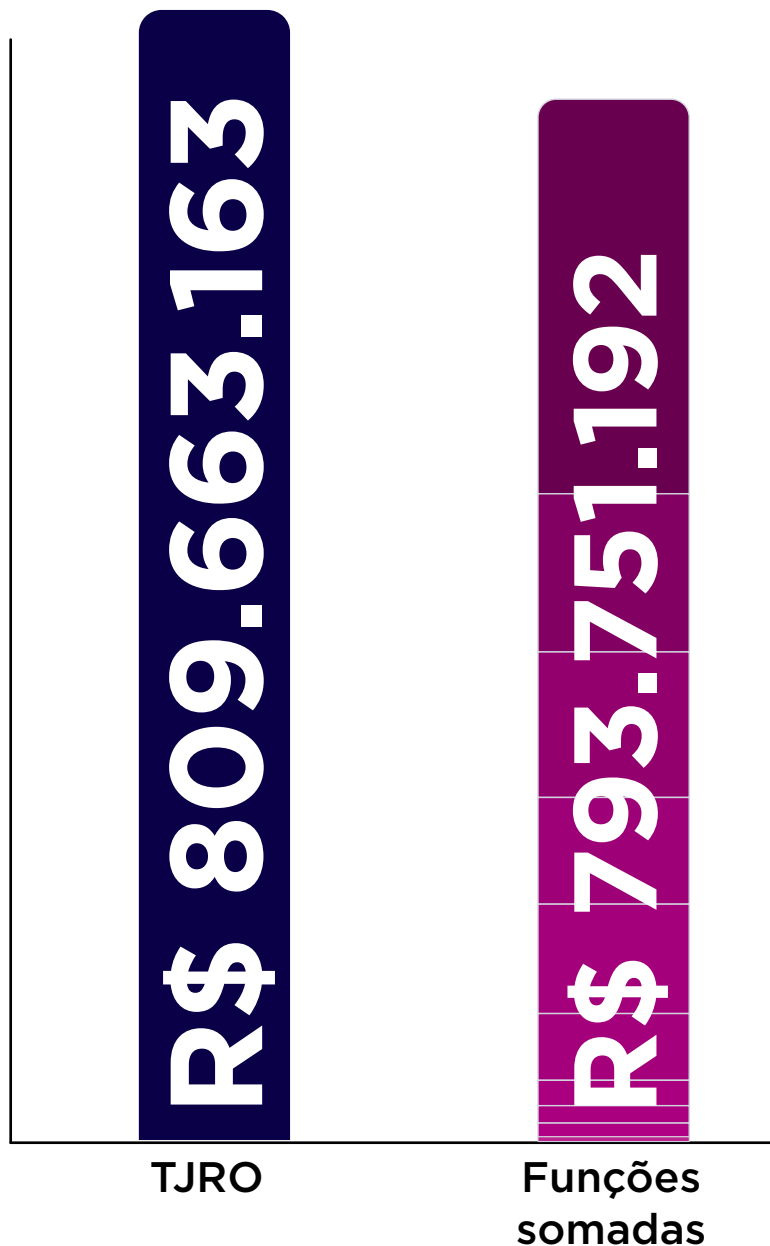
* Despesas com pessoal e encargos sociais



O ORÇAMENTO DO
TJRO É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 11
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

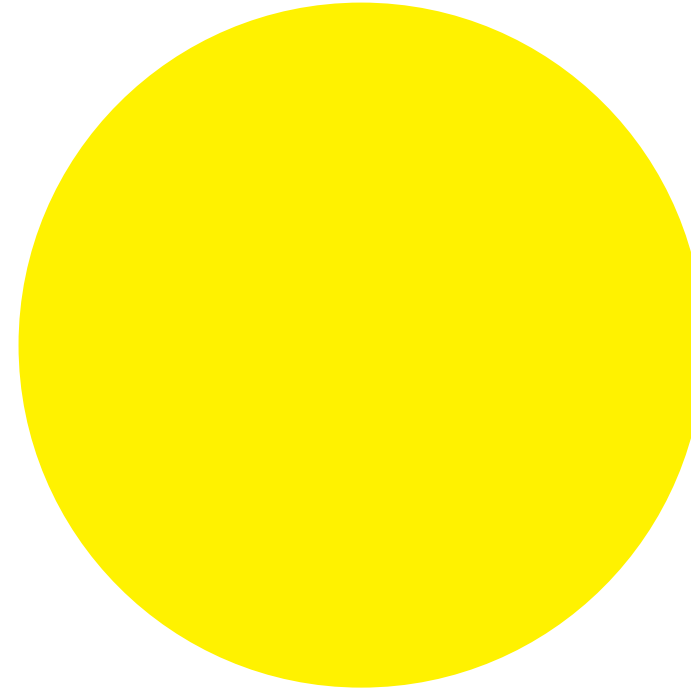
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 11
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJRO



- Indústria | R\$ 2.784.493
- Ciência e Tecnologia | R\$ 9.001.722
- Cultura | R\$ 11.697.215
- Habitação | R\$ 16.242.093
- Desporto e Lazer | R\$ 18.575.783
- Saneamento | R\$ 25.400.333
- Gestão Ambiental | R\$ 71.155.352
- Urbanismo | R\$ 73.095.159
- Assistência Social | R\$ 92.820.305
- Comércio e Serviços | R\$ 104.556.654
- Agricultura | R\$ 368.422.082



O ORÇAMENTO DO
TJRO É QUASE **9 VEZES**
MAIOR DO QUE
7 UNIDADES
ORÇAMENTÁRIAS DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL



TJRO
R\$ 810 mi



7 UNIDADES
ORÇAMENTÁRIAS
R\$ 92 mi

Fundo Estadual dos Direitos da Mulher

R\$ 84.609

Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa

R\$ 84.859

Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

R\$ 1.000.916

Fundo Estadual de Assistência Social

R\$ 14.546.299

Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza

R\$ 18.436.230

Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento

R\$ 26.184.914

Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo

R\$ 31.607.074



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | RONDÔNIA

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 20% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS -
SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 10,0 bi

R\$ 2 bi

20%

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.

Fonte: LOA do Estado de Rondônia 2022.

**EM RONDÔNIA AS
INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
(JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO
PÚBLICO E DEFENSORIA
PÚBLICA) POSSUEM
AUTONOMIA PARA ABRIR
OS PRÓPRIOS CRÉDITOS
ADICIONAIS SEGUNDO
ART.º8, §1º DA LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2022.**

Art. 8º No curso da execução orçamentária fica autorizado o remanejamento de dotações orçamentárias, previstos no inciso III do §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, de uma mesma ação ou de uma ação para outra, de uma mesma categoria econômica e ainda de uma categoria econômica para outra, dentro da mesma unidade orçamentária, até o limite de 20% (vinte por cento) da dotação da Unidade Orçamentária, devendo ser preservada as dotações para execução das despesas decorrentes de Emendas Parlamentares.

§ 1º O **remanejamento** de que trata o caput deste artigo **será realizado através de atos próprios do Chefe do Poder Executivo, dos Presidentes do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral do Ministério Público e do Defensor Geral da Defensoria Pública.**





**CRÉDITOS
ADICIONAIS NAS
INSTITUIÇÕES
DE JUSTIÇA DE
RONDÔNIA EM
2022**

EM 2022, **R\$ 6 MILHÕES** FORAM PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA EM **CRÉDITOS ADICIONAIS**.

O TJ FICOU COM **R\$ 8 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM **R\$ 2 MILHÕES**.

O MP TEVE UM **CORTE DE R\$ 5 MILHÕES** EM SEU ORÇAMENTO.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA
TJRO	R\$ 802 mi	R\$ 8 mi	R\$ 810 mi
MPRO	R\$ 321 mi	R\$ -5 mi Deixou de gastar	R\$ 316 mi
DPRO	R\$ 96 mi	R\$ 2 mi	R\$ 99 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DE
RONDÔNIA EM
2022

EM 2022, **R\$ 86 MILHÕES** FORAM PARA AS
FOLHAS DE PAGAMENTO DO SISTEMA DE
JUSTIÇA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

O TJ FICOU COM **R\$ 75 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 6 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 5 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJRO	R\$ 479 mi	R\$ 75 mi	R\$ 554 mi
MPRO	R\$ 199 mi	R\$ 6 mi	R\$ 205 mi
DPRO	R\$ 60 mi	R\$ 5 mi	R\$ 65 mi



OS CRÉDITOS ADICIONAIS
DISTRIBUÍDOS PELO PELO
SISTEMA DE JUSTIÇA PARA
AS FOLHAS DE
PAGAMENTO SÃO
MAIORES DO QUE A SOMA
DE TODO O ORÇAMENTO
DE IMPORTANTES
FUNÇÕES DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | RO

AS FOLHAS DE
PAGAMENTO DAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA RECEBERAM
MAIS QUE O
DETERMINADO NA
LOA

EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO

LEGISLATIVA

O VALOR GASTO FOI

-3%

QUE O PREVISTO NA LOA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-14%

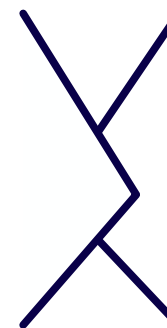
QUE O PREVISTO NA LOA

TRABALHO

O VALOR GASTO FOI

-100%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

SÃO PAULO

Conheça os
dados de
2021



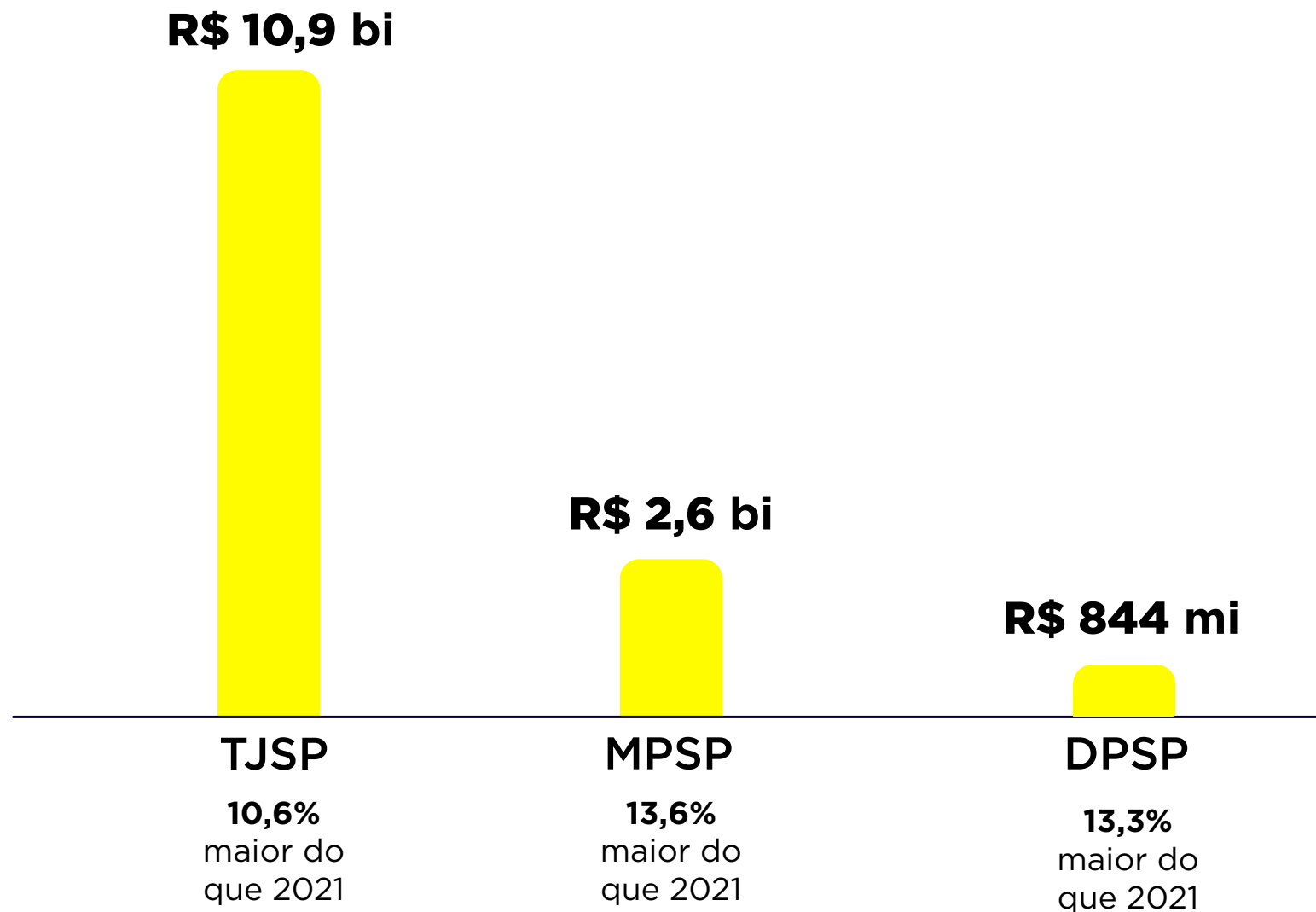


EM 2022, O ORÇAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO FOI DE **R\$ 311,6 BILHÕES**

14,4% MAIOR QUE O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA TIVERAM UM CRESCIMENTO MÉDIO DE **11,3%** NO MESMO PERÍODO

ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022

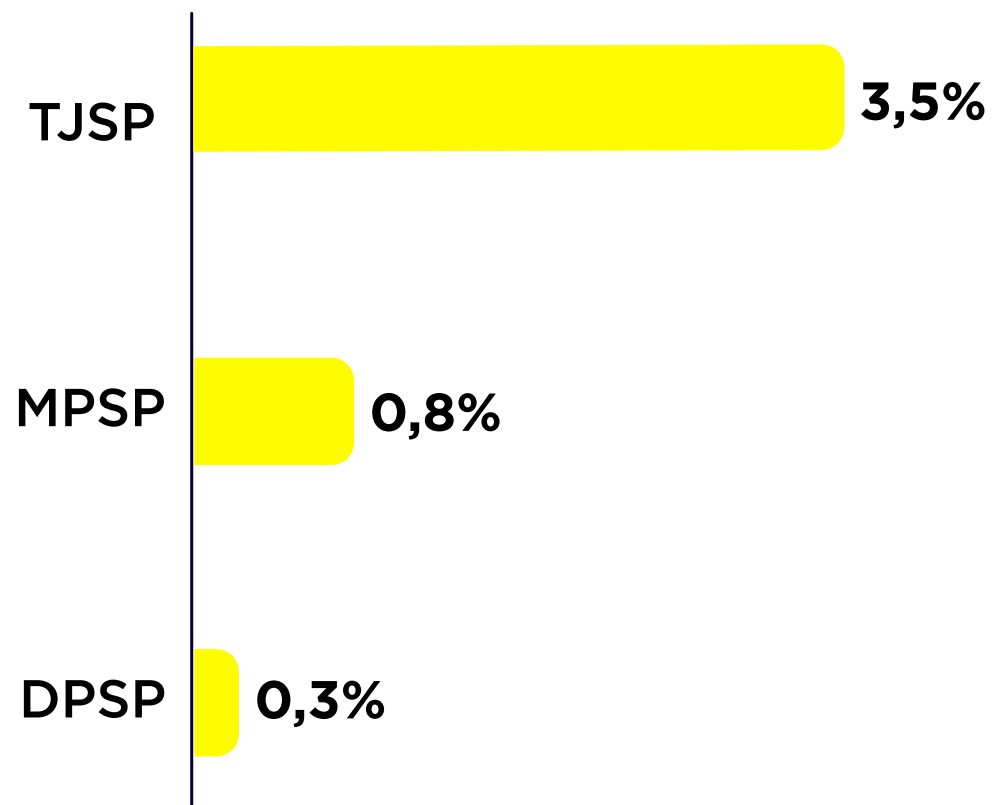


Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



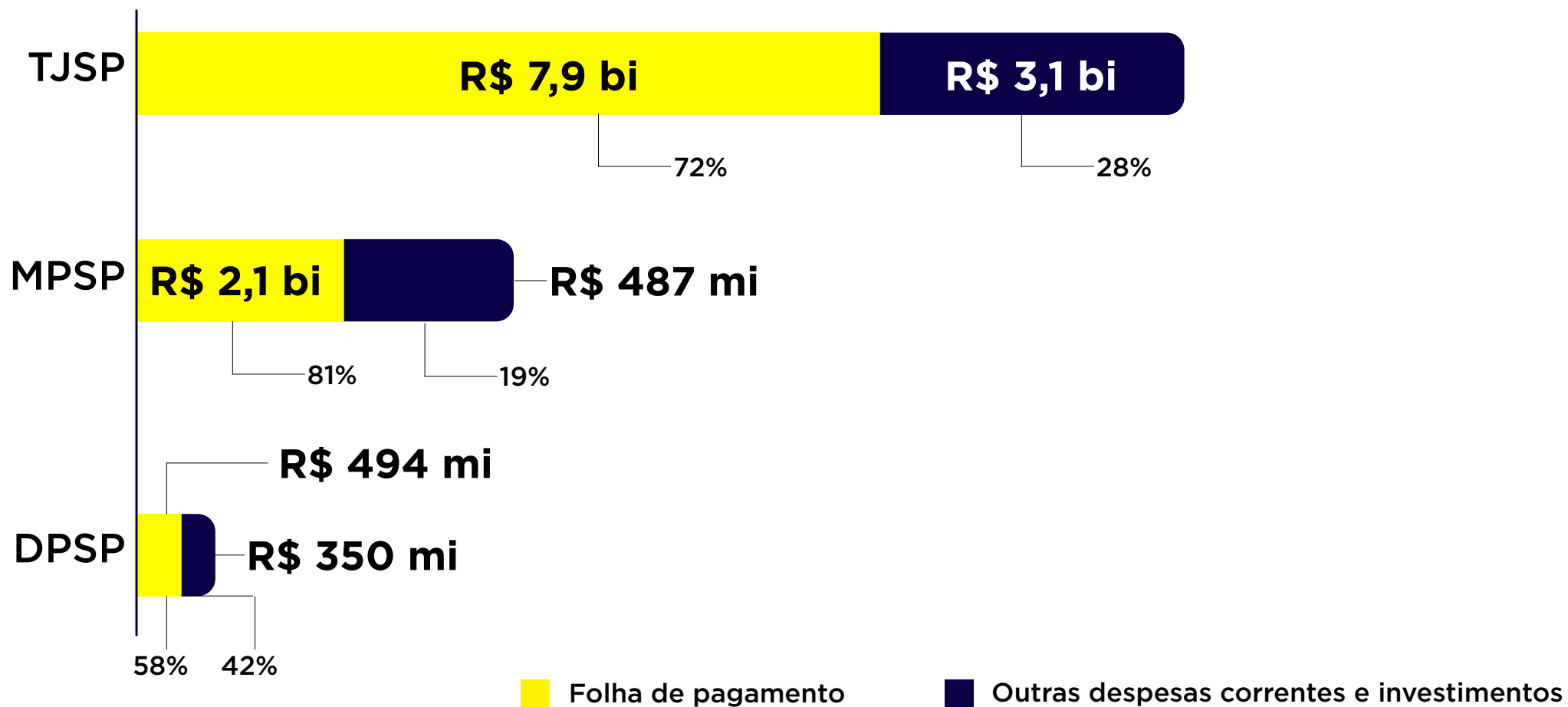
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
4,6% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



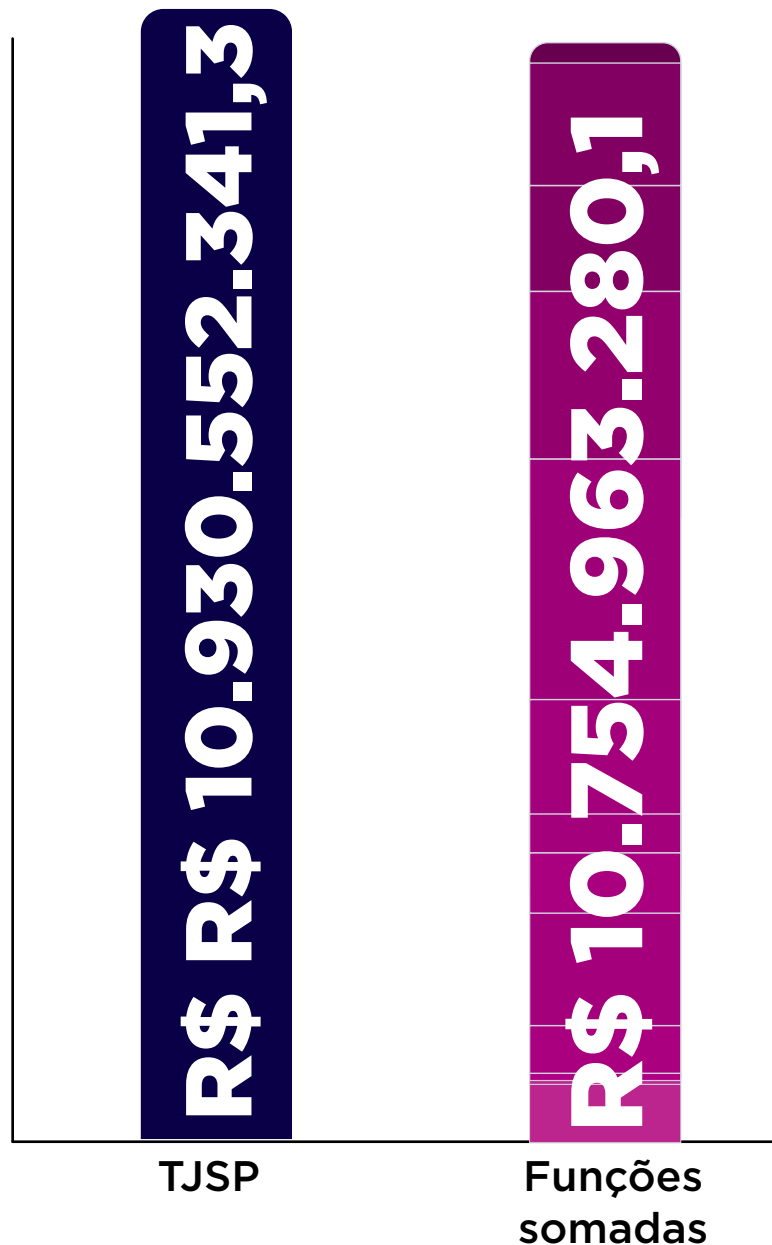
* Despesas com pessoal e encargos sociais



O ORÇAMENTO DO TJSP É SUPERIOR AOS ORÇAMENTOS SOMADOS DE 13 FUNÇÕES DE INEGÁVEL IMPORTÂNCIA NO ORÇAMENTO PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O JUSTA SELECIONOU 13 FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO ALCANÇAM OS VALORES RECEBIDO PELO TJSP



- Habitação | R\$ 1.880.927.828
- Ciência e Tecnologia | R\$ 1.851.104.673
- Assistência Social | R\$ 1.639.605.353
- Agricultura | R\$ 1.457.818.824
- Cultura | R\$ 1.173.777.466
- Comércio e serviços | R\$ 762.919.368
- Saneamento | R\$ 564.515.870
- Trabalho | R\$ 505.394.242
- Desporto e Lazer | R\$ 399.288.835
- Energia | R\$ 201.653.321
- Indústria | R\$ 111.772.015
- Comunicações | R\$ 104.679.493
- Organização agrária | R\$ 101.505.992



O ORÇAMENTO DO TJSP
É MAIOR DO QUE A
SOMA DO
ORÇAMENTO DE
2 UNIVERSIDADES DE
SÃO PAULO

Universidade de São Paulo
R\$ 6.630.961.026

Universidade Estadual de Campinas
R\$ 3.247.546.939

TJSP **R\$ 10.930.552.341**

USP + UNICAMP **R\$ 9.878.507.965**



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | SÃO PAULO

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 17% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM
PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 286,6 bi

R\$ 48,8 bi ← **17%**



**CRÉDITOS
ADICIONAIS NAS
INSTITUIÇÕES
DE JUSTIÇA DE
SÃO PAULO EM
2022**

EM 2022, O GOVERNO DE SÃO PAULO DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, **R\$ 569 MILHÕES** EM CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O **SISTEMA DE JUSTIÇA.**

O TJ FICOU COM **R\$ 439 MILHÕES**, O MP FICOU COM **R\$ 269 MILHÕES** E A DEFENSORIA TEVE UM **CORTE DE R\$ 140 MILHÕES.**



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS
TJSP	R\$ 10,5 bi	R\$ 439 mi	R\$ 10,9 mi
MPSP	R\$ 2,4 bi	R\$ 269 mi	R\$ 2,6 bi
DPSP	R\$ 984 mi	R\$ 140 mi Deixou de gastar	R\$ 844 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DE SÃO
PAULO EM 2022

EM 2022, **R\$ 820 MILHÕES** FORAM PARA
AS **FOLHAS DE PAGAMENTO** DO SISTEMA DE
JUSTIÇA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

O TJ FICOU COM **R\$ 553 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 293 MILHÕES** E A DEFENSORIA TEVE
UM **CORTE DE R\$ 27 MILHÕES**.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS
TJSP	R\$ 7,3 bi	R\$ 553 mi	R\$ 7,9 mi
MPSP	R\$ 1,8 bi	R\$ 293 mi	R\$ 2,1 bi
DPSP	R\$ 520 mi	R\$ -27 mi Deixou de gastar	R\$ 494 mi



OS CRÉDITOS ADICIONAIS
DISTRIBUÍDOS PARA O
SISTEMA DE JUSTIÇA SÃO
MAIORES DO QUE A SOMA
DE TODO O ORÇAMENTO
DE IMPORTANTES
FUNÇÕES DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | SP

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA RECEBERAM MAIS QUE O DETERMINADO NA LOA

EM OUTRAS ÁREAS ACONTECEU O CONTRÁRIO

COMÉRCIO E SERVIÇO

O VALOR GASTO FOI

-47,3%

QUE O PREVISTO NA LOA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-15,2%

QUE O PREVISTO NA LOA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-21,2%

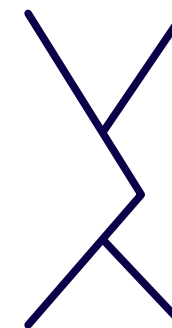
QUE O PREVISTO NA LOA

INDÚSTRIA

O VALOR GASTO FOI

-14,2%

QUE O PREVISTO NA LOA





2022

JUSTIÇA E ORÇAMENTO

TOCANTINS

Conheça os
dados de
2021



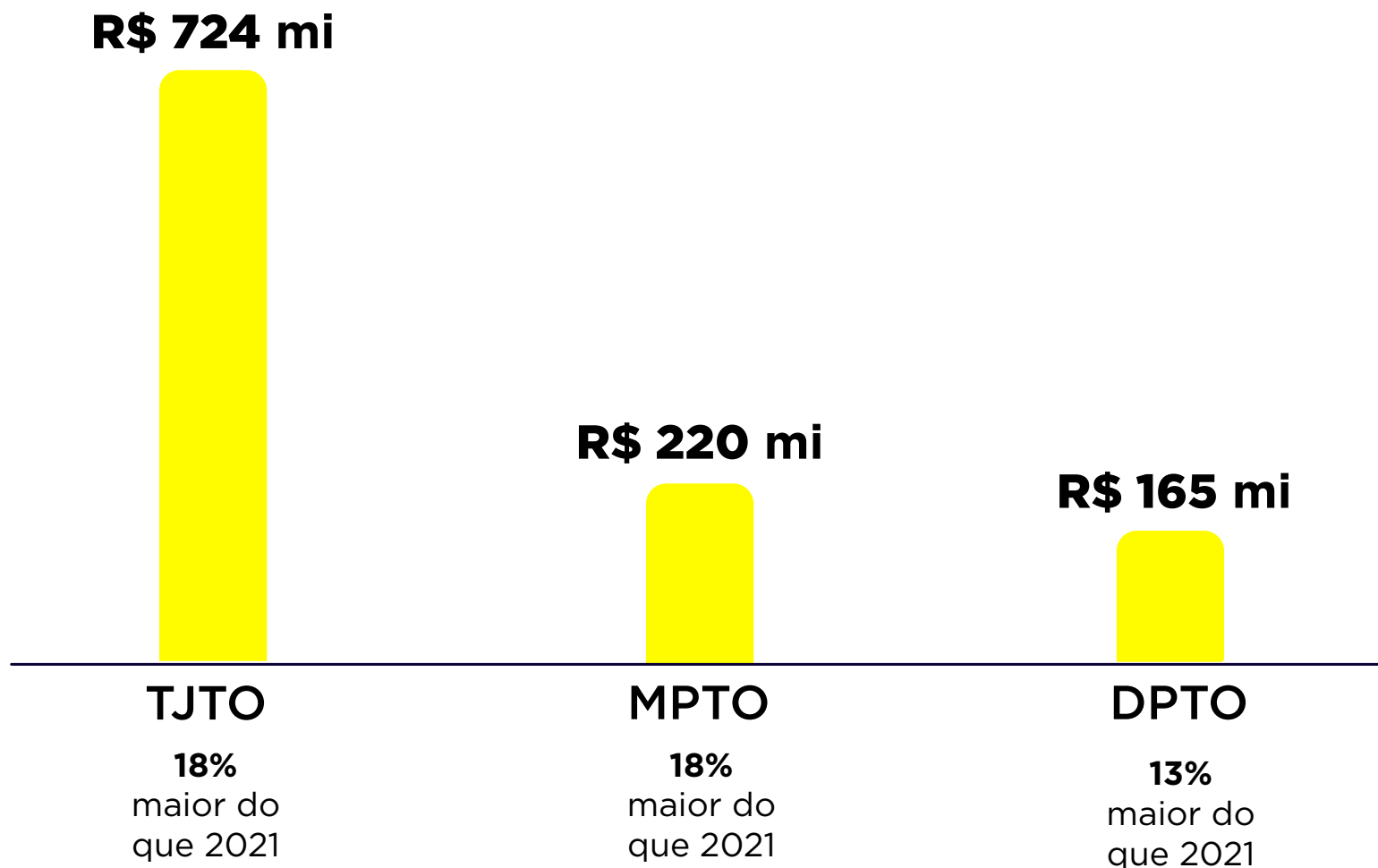


EM 2022, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DO
TOCANTINS FOI DE
R\$ 12,8 BILHÕES

20% MAIOR QUE
O DE 2021

AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
17% NO MESMO PERÍODO

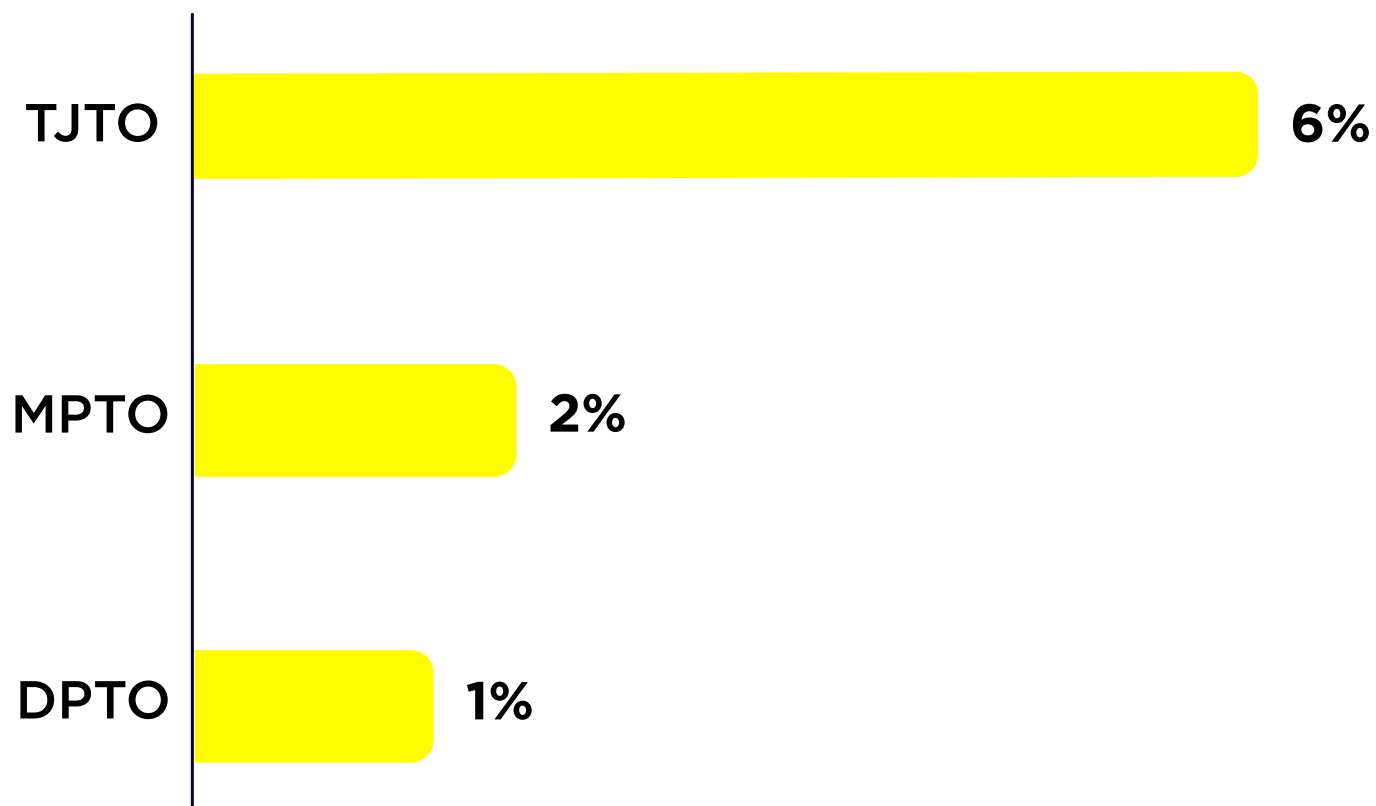
ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2022





O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
8,6% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA





PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

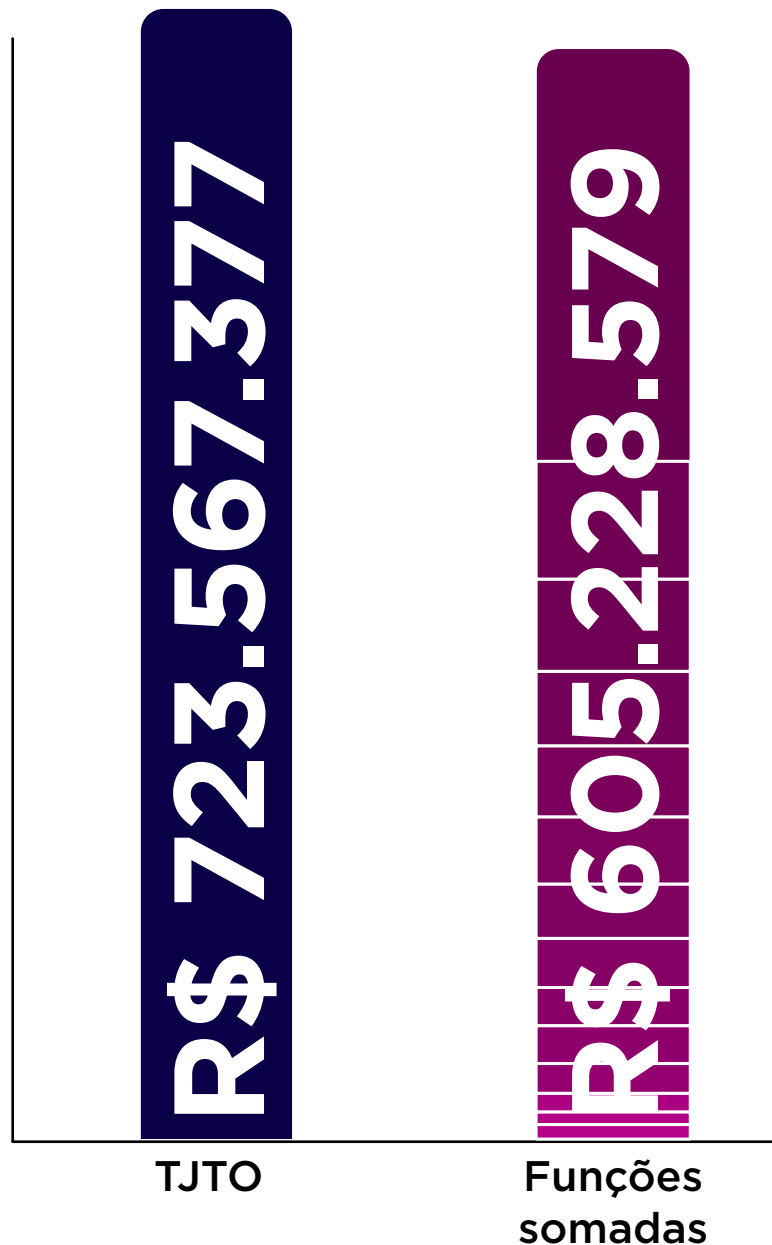
Fonte: Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.



O ORÇAMENTO DO
TJTO É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 15
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

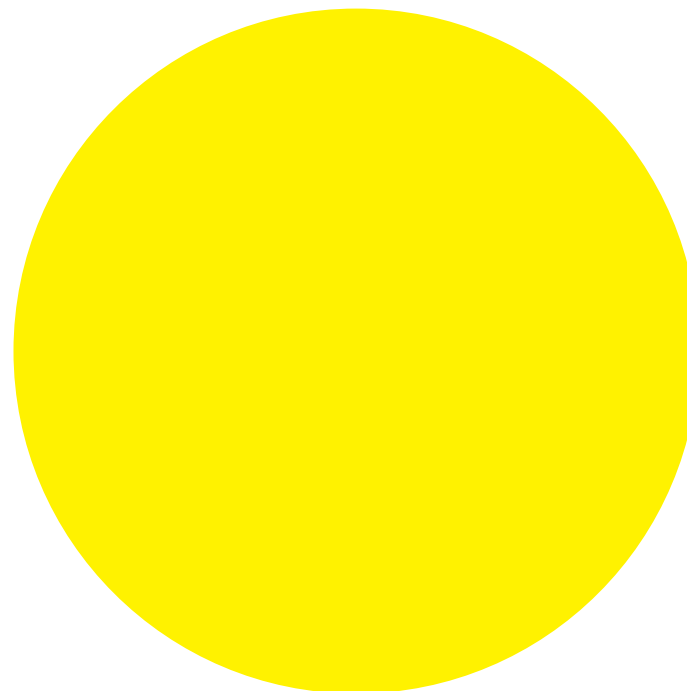
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 15
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJTO



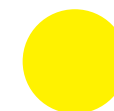
- Agricultura | R\$ 228.717.317
- Gestão ambiental | R\$ 65.044.159
- Assistência Social | R\$ 51.034.209
- Comércio e Serviços | R\$ 41.701.977
- Cultura | R\$ 38.631.200
- Saneamento | R\$ 37.406.755
- Indústria | R\$ 30.600.130
- Trabalho | R\$ 27.251.282
- Desporto e Lazer | R\$ 21.273.010
- Comunicação | R\$ 20.677.865
- Habitação | R\$ 16.732.920
- Urbanismo | R\$ 10.488.149
- Organização Agrária | R\$ 7.619.108
- Ciência e Tecnologia | R\$ 5.708.772
- Energia | R\$ 2.341.725



O ORÇAMENTO DO
TJTO É QUASE
8 VEZES MAIOR DO
QUE O ORÇAMENTO
DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
TOCANTINS



R\$ 724 mi
**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA**



R\$ 93 mi
UNITINS



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO
UMA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA
ATRIBUIÇÃO QUANDO O
ASSUNTO É ABERTURA DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

LOA 2022 | TOCANTINS

A LOA 2022 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE
ATÉ 30% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS -
SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL PREVISTO NA LOA 2022
R\$ 11,5 bi

R\$ 3,4 bi ← **30%**



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DE TOCANTINS EM 2022

EM 2022, O GOVERNO DO TOCANTINS
DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA, **R\$ 134 MILHÕES** EM
CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O SISTEMA DE
JUSTIÇA.

O TJ FICOU COM **R\$ 94 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 17 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 23 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS
TJTO	R\$ 630 mi	R\$ 94 mi	R\$ 724 mi
MPTO	R\$ 203 mi	R\$ 17 mi	R\$ 220 mi
DPTO	R\$ 142 mi	R\$ 23 mi	R\$ 165 mi



CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA
AS **FOLHAS DE
PAGAMENTO** NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DO
TOCANTINS EM
2022

EM 2022, **R\$ 100 MILHÕES** PARA AS
FOLHAS DE PAGAMENTO DO SISTEMA DE
JUSTIÇA EM CRÉDITOS ADICIONAIS.

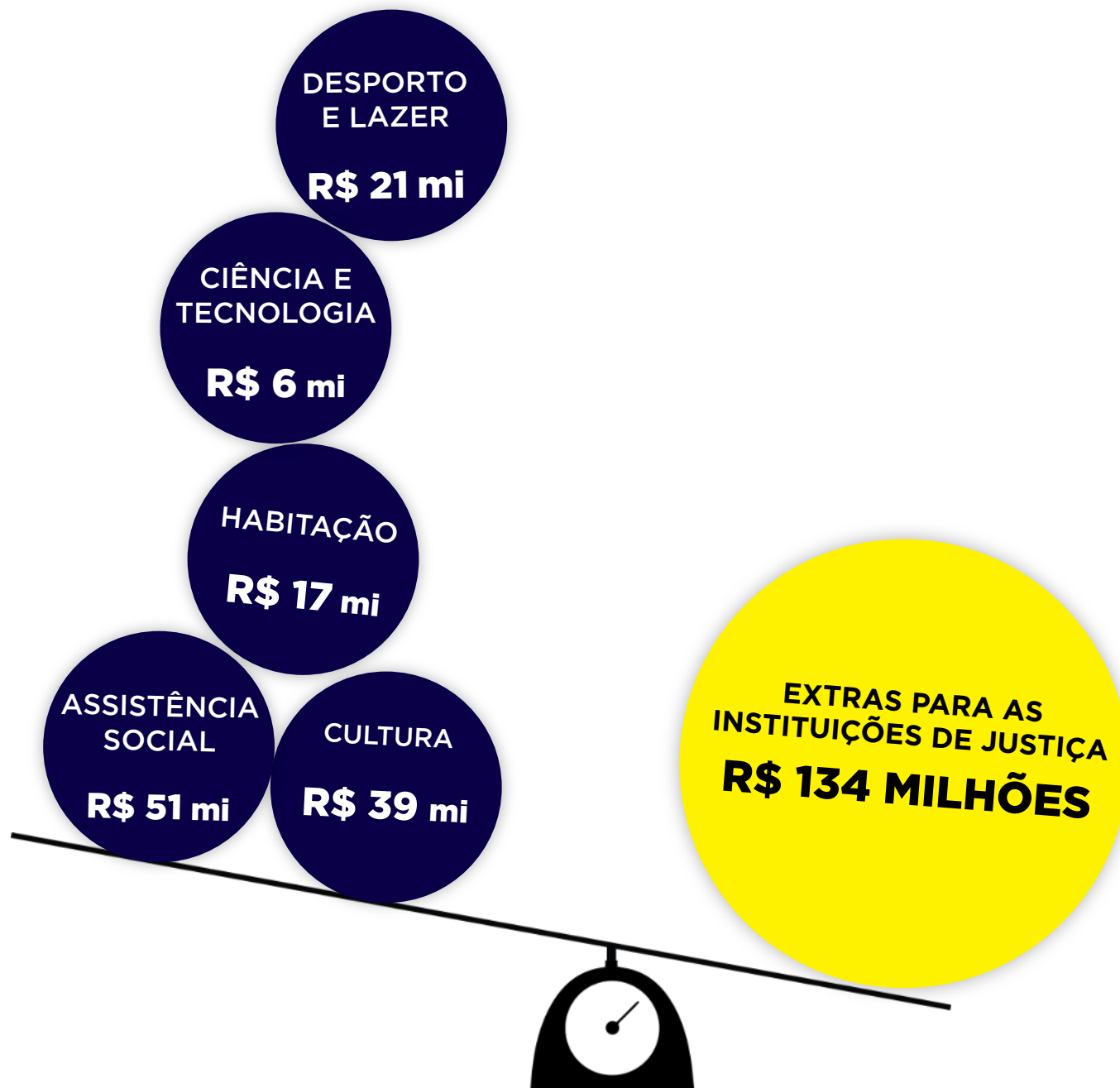
O TJ FICOU COM **R\$ 67 MILHÕES**, O MP FICOU
COM **R\$ 13 MILHÕES** E A DEFENSORIA COM
R\$ 21 MILHÕES.



	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJTO	R\$ 412 mi	R\$ 67 mi	R\$ 478 mi
MPTO	R\$ 132 mi	R\$ 13 mi	R\$ 145 mi
DPTO	R\$ 105 mi	R\$ 21 mi	R\$ 126 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA O
SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO





REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2022 | TO

AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA RECEBERAM MAIS QUE O DETERMINADO NA LOA

EM OUTRAS ÁREAS ACONTECEU O CONTRÁRIO

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-49%

QUE O PREVISTO NA LOA

URBANISMO

O VALOR GASTO FOI

-73%

QUE O PREVISTO NA LOA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-52%

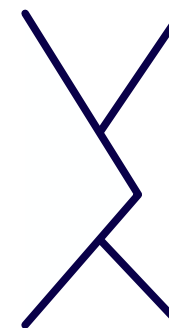
QUE O PREVISTO NA LOA

INDÚSTRIA

O VALOR GASTO FOI

-48%

QUE O PREVISTO NA LOA





Para coleta dos dados analisados, utilizamos as ferramentas disponíveis de **transparência ativa** e **passiva**.

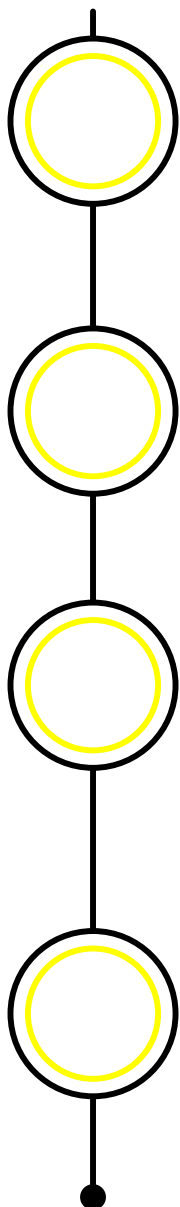
Transparência ativa: acessamos os dados nos Portais da Transparência dos estados

Transparência passiva: enviamos pedido de acesso à informação, solicitando os dados que não estão disponíveis nos Portais da Transparência dos estados


Indisponibilidade de dados em 5 estados

Amapá | Amazonas | Mato Grosso | Roraima | dados solicitados via Lei de Acesso à Informação. As planilhas com as bases de dados completas não foram disponibilizadas.

Pará | dados da defensoria pública, obtidos pelo Portal da Transparência do Estado do Pará e dados do Tribunal de Justiça obtidos pelo Portal da Transparência do TJPA, após resposta ao pedido de acesso à informação solicitado. O Ministério Público não disponibilizou a planilha de dados completa que alimenta a consulta de despesas de seu Portal da Transparência, o que impossibilitou a realização do monitoramento orçamentário anualmente realizado pelo JUSTA.




Os órgãos do Poder Executivo são, em regra, os responsáveis pelas políticas públicas. Assim, consomem a maior parte do orçamento.

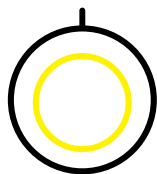
Conheça as etapas de aprovação dos orçamentos estaduais 

Cabe ao Executivo elaborar as propostas de distribuição de recursos públicos. E cabe à Assembleia Legislativa debater, alterar e aprovar as propostas orçamentárias apresentadas pelo governo.

Para monitorar o comportamento dos orçamentos dos Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas dos 16 estados analisados, extraímos dados dos Portais de Transparência, Balanços Gerais e Leis Orçamentárias Anuais (2021-2022).

Foram selecionadas despesas vinculadas às rubricas dos orçamentos das instituições analisadas.

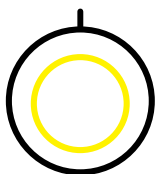
 Conheça as rubricas analisadas



O **cálculo das despesas com folha de pagamento** é realizado para cada instituição a partir das informações obtidas e validado com os relatórios publicamente disponibilizados por cada órgão.

Para a elaboração deste relatório, é aplicada a regra de arredondamento decimal **para valores na casa dos milhões. Para valores na casa dos bilhões, o arredondamento não é feito e a vírgula é mantida, apresentando sua primeira casa decimal.**

A regra de arredondamento decimal é aplicada nos valores somados (por exemplo, R\$ 543,4 vira R\$ 534) e no valor totalizado (por exemplo, R\$ 534,8 vira R\$ 535), **razão pela qual as somas de determinados valores pontualmente aparentam não bater.**



Para a composição dos cálculos, **a análise exclui a modalidade de aplicação 91**, que representa o pagamento entre membros do governo.

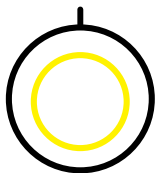
Para o caso dos estados, a principal despesa nessa modalidade é o pagamento do governo para o regime próprio de previdência. Em sua composição, a principal rubrica se refere à cobertura de insuficiência financeira (déficit previdenciário).

Optamos por excluir essa modalidade com o objetivo de analisar as despesas de forma similar, considerando que a insuficiência financeira não é comum a todos os estados pesquisados.

Sua manutenção poderia gerar assimetrias analíticas, inflando artificialmente os orçamentos das instituições públicas analisadas.

Como desvantagem dessa exclusão, temos que a parcela referente à contribuição patronal corrente, ou seja, a parcela que o Estado arca com o servidor ativo para a previdência estadual não é contabilizada como custo das instituições e das políticas públicas analisadas.

Optamos também por excluir as despesas com as aposentadorias e com as pensões, representadas pelos elementos de despesas 1 e 3, respectivamente.



Alteração metodológica na composição do orçamento geral do estado

De acordo com o artigo 158 da Constituição Federal, os estados repassam uma porcentagem de seu orçamento para os municípios, um valor que é adicionado no total do orçamento do estado e, ao mesmo tempo, descontado como despesa.

O estado de Minas Gerais fez uma alteração metodológica em seus dados orçamentários entre o ano de 2021 e 2022.

Até o exercício de 2021, o repasse dos valores pertencentes aos municípios era realizado por meio da execução orçamentária de despesas na Ação Orçamentária 7844 - Transferências Constitucionais a Municípios.

A exclusão de tais valores do total do orçamento do estado no último ano resultou em uma redução de 12% no total das áreas monitoradas pelo JUSTA em 2022.



ACRE

INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO*	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	203
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	304
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE	305

BAHIA

INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	204
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	440
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA	5050

CEARÁ

INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	4000000
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	15000000
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	6000000



GOIÁS

INSTITUIÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	GABINETE DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS	401
	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNDESP-PJ	452
MINISTÉRIO PÚBLICO	GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTICA	701
	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS	750
DEFENSORIA PÚBLICA	GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS	801
	FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS - FUNDEPEG	850

MARANHÃO

INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	04000
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	07000
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO	08000

MINAS GERAIS

INSTITUIÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.03.1
	FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.03.1
MINISTÉRIO PÚBLICO	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	1.09.1
	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.44.1
	FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	4.45.1
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.44.1



PARÁ

INSTITUIÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	04101
	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	04102
	FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO TJPA-FRC	04103
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	30

PARANÁ

INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO*	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	5
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	9
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ	7

RIO DE JANEIRO

INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	3000
	FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3610
	FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA DE MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	3620
	FUNDO DE APOIO AOS REGISTROS CIVIS PN DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	3630
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO	10000
	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	10610
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	11000
	FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	11610

**SÃO PAULO**

INSTITUIÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	04101
	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	04102
	FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO TJPA-FRC	04103
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	30

RONDÔNIA

INSTITUIÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA	030001
	FUNDO DE INFORMATIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	030011
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA	290001
	FUNDO DE DESENV. INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA	290012
	FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS	290013
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	300001
	FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	300011

**TOCANTINS**

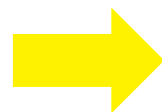
INSTITUIÇÃO	ÓRGÃO	CÓDIGO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	05000
	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES VINCULADAS	06000
MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS	07000
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES VINCULADAS	08000
DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS	49000
	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES VINCULADAS	50000



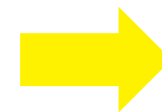
COMO FUNCIONA O ORÇAMENTO ESTADUAL



Cabe ao **Poder Executivo** elaborar as propostas de distribuição de recursos públicos



Uma das mais importantes atribuições das **Assembleias Legislativas** é debater, alterar e aprovar as propostas orçamentárias Estaduais apresentadas pelo Governo



Isso acontece em **3 etapas**

AS 3 ETAPAS DO ORÇAMENTO ESTADUAL



PLANEJAR
4 anos

PPA

O **Plano Plurianual** é formulado no primeiro ano de governo. Ele concretiza o planejamento para os 4 anos seguintes e estabelece objetivos e metas que o Executivo se compromete a implementar neste período. Nele são criados programas e ações e apontados indicadores para as políticas públicas em todas as áreas de funcionamento do Estado. É com base nesse plano que os orçamentos anuais são elaborados.

ORIENTAR
Anual

LDO

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** é aprovada anualmente, antes do período de tramitação da LOA. A LDO funciona como uma ponte entre o PPA e a LOA. Ao estabelecer quais partes do PPA serão priorizadas no ano seguinte, a LDO orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

RECURSOS, METAS E OBJETIVOS
Anual

LOA

A proposta de **Lei Orçamentária Anual** é apresentada pelo governo até o final de setembro de cada ano, deve ser elaborada de acordo com as orientações da LDO e contemplar as metas do PPA. Na LOA há o detalhamento dos gastos previstos para o ano seguinte. É assim que são definidas as verbas destinadas às políticas públicas, como saúde, justiça, educação, cultura, segurança pública e todas as demais políticas que permitem o funcionamento do Estado.

EMENDAS PARLAMENTARES

As deputadas e deputados podem **alterar o projeto de lei orçamentária do governo**, apresentando as chamadas emendas parlamentares. São realizados debates sobre a LOA do próximo ano e a Lei Orçamentária Anual do ano seguinte será publicada com as emendas debatidas e priorizadas pelo Legislativo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TEM ATÉ 31 DE DEZEMBRO PARA APROVAR A LOA DO ANO SEGUINTE.



SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

- PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA AC | BA | CE | MA | MG | PA | PR | RJ | RO | SP | TO
Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Pará
- Planos Plurianuais 2020-2023 AC | BA | CE | MA | MG | PA | PR | RJ | RO | SP | TO
- Leis Orçamentárias Anuais 2022 AC | BA | CE | MA | MG | PA | PR | RJ | RO | SP | TO
- Relatórios Anuais de Governo de 2021 e 2022 AC | BA | CE | MA | MG | PA | PR | RJ | RO | SP | TO

Informações obtidas por meio do pedido de acesso à informação junto aos órgãos:

- SEFAZ/AC (LAI/AC)
- SEFAZ/BA (LAI/BA)
- SEPLAG/CE (LAI/CE)
- SOD/GO (LAI/GO)
- SEPLAN/MA (LAI/MA)
- SEFAZ/MG (LAI/MG)
- SEFAZ/RJ (LAI/RJ)
- SEPOG/RO (LAI/RO)
- SEFAZ/TO (LAI/TO)



DIRETORIA

Cristiano Avila Maronna

Luciana Zaffalon

Poliana Ferreira

Riccardo Cappi

DIRETORIA EXECUTIVA

Luciana Zaffalon

COORDENAÇÃO GERAL

Vanessa de Jesus

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Érika Lula de Medeiros

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

Paula Ballesteros

ADVOCACY

Felippe Angeli

COMUNICAÇÃO

Sofia Fromer

Maria Eduarda Brommonschenkel

EQUIPE

PESQUISA EM ORÇAMENTO

Jean Peres

Ana Paula Pegoraro

Daniel Cardoso

PESQUISA EM JUSTIÇA E DESIGUALDADES

Érika Lula de Medeiros

Anne Brito

Ingrid Martins

Natália dos Santos

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Caroline Oliveira

The logo consists of a stylized letter 'J' on the left, followed by the letters 'U', 'S', 'T', and 'A' in a sans-serif font. The 'J' is filled with yellow and has a black outline, with a black circle in the center. The other letters are black with a thin white outline.